

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Campus de Presidente Prudente

Programa de Pós-Graduação em Geografia

**UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS NOVAS RURALIDADES
E DO CONTROLE SOCIAL NAS VILAS RURAIS DA PAZ EM
ROLÂNDIA E JOÃO INOCENTE EM CAMBÉ.**

Dissertação de Mestrado

Mestranda: Karina Furini da Ponte

Orientador: Bernardo Mançano Fernandes

Presidente Prudente, março de 2004

KARINA FURINI DA PONTE

Bolsista CNPq

**UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS NOVAS RURALIDADES
E DO CONTROLE SOCIAL NAS VILAS RURAIS DA PAZ EM
ROLÂNDIA E JOÃO INOCENTE EM CAMBÉ.**

**Dissertação de Mestrado apresentado
ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia da FCT- UNESP sob
orientação do Profº Drº Bernardo
Maçano Fernandes.**

Presidente Prudente, março de 2004

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP
– FCT – Campus de Presidente Prudente

P858a Ponte, Karina Furini da.
Uma Análise geográfica das novas ruralidades e do controle social nas Vilas Rurais da Paz em Rolândia e João Inocente em Cambé / Karina Furini da Ponte. – Presidente Prudente : [s.n.], 2004
184 f. : il.

Dissertação (mestrado). - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Orientador: Bernardo Maçano Fernandes

1. Geografia. 2. Programa Vilas Rurais. 3. Novas ruralidades. 4. Controle social. 5. Pluraridade. I. Fernandes, Bernardo Maçano. II. Título.

CDD (18.ed.) 910

DADOS CURRICULARES

KARINA FURINI DA PONTE

Nascimento: 15/10/77

Cidade: Osvaldo Cruz- SP

Filiação: Reinaldo Jesus da Ponte
Eunice Aparecida Furini da Ponte

1997-2000: Curso de Graduação em Geografia- licenciatura na Universidade Estadual de Londrina-PR

2001: Curso de Graduação em Geografia- bacharelado na Universidade Estadual de Londrina-PR

2002-2004: Pós-Graduação em Geografia- mestrado na Universidade Estadual Paulista- Faculdade de Ciências e Tecnologia, campus de Presidente Prudente-SP

Para meu pai Reinaldo, minha mãe Eunice e meu irmão Kaio,
meus exemplos de vida e porto seguro diante das turbulências da vida.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo auxílio e compreensão em todas as situações de minha vida. Pelo companheirismo nos momentos felizes e nos momentos de angústia. Exemplos que influenciaram no que fui, no que sou e no que serei.

Às 71 famílias entrevistadas que não desanimaram diante do longo roteiro de entrevistas, despendendo seu precioso tempo, muitas vezes de trabalho, para auxiliar nesta pesquisa. A vocês devo este trabalho.

Ao meu orientador Bernardo Mançano Fernandes, pelo auxílio no desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da EMATER, COHAPAR, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, IBGE, IPARDES e, em especial, à Maria Isabel Henrique (assistente social de Rolândia), Romeu de Souza (técnico agrícola de Cambé) e Luzia (assistente social de Cambé), pela disponibilização de materiais e informações que foram indispensáveis para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao CNPq, que possibilitou minha dedicação exclusiva para trabalhar integralmente.

Aos amigos e professores da Universidade Estadual de Londrina, pela minha construção intelectual e pessoal e, em especial, a Alice Yatiyo Asari pela minha formação. Uma pessoa que me ensinou o caminho e caminhou juntamente comigo em todas as etapas.

Aos professores da UNESP- Presidente Prudente, que tanto nas aulas quanto nos bate-papos informais me auxiliaram muito a pensar e repensar questões pertinentes a Geografia e a minha pesquisa.

Aos membros da banca, Alice Yatiyo Asari e Antônio Thomaz Júnior, pela participação e disponibilização de seu tempo, com suas contribuições tanto na qualificação como na defesa desta dissertação de mestrado.

À Flora, pela paciência na confecção dos mapas.

Aos funcionários da FCT-Unesp de Presidente Prudente, pela atenção dispensada, principalmente, Márcia, Washington, Erinate e Ivonete da secretaria de pós-graduação.

Ao Pedro, um dos melhores acontecimentos que a Geografia me proporcionou. Uma pessoa que conheci no meio do percurso, mas quando presente agüentou atenciosamente, com muita paciência e companheirismo.

Aos amigos que tive o privilégio de conhecer e compartilhar muitos momentos na minha trajetória pela pós-graduação. Pessoas que vivenciaram as mesmas conquistas e amarguras e que nesta fase “solitária” da vida ajudaram cada qual com seu jeitinho todo especial. São eles: pessoal do San Sebastian (Maria, Marcelo, Denis, Flávia, Júlia, Zé Augusto, Lima) e também à Sílvia, Lírian, Willian, Madalena, Marcelino, Flávia, Adriano, Adriana, Joelma, Cory e Alvaro.

E especialmente a 4 “figurinhas” muito importantes para mim neste período e que com certeza perpassará este momento. O que tínhamos de formalidade na graduação passou para uma amizade sincera e segura. São eles:

- Ao Zé, pelo socorro em muitos momentos (meu computador que o diga), pelo companheirismo, pelas caminhadas no Parque do Povo, pelas caronas sempre muito bem vindas, pela paciência com meus “stresses” (Zé limpa a casa! Zé você não presta mais atenção em mim! Zé posso comer sua bolacha!) e que, apesar de seu nervosismo exacerbado, é uma pessoa inesquecível.
- Ao Marcito, que irradia alegria e felicidade por onde passa, transmitindo um bem-estar a quem está a sua volta e que, apesar de seu ir e vir, nunca o esquecemos. (Olha a arroba da vaca gorda!)
- À Deisoca, minha ex-professora e hoje amiga, mas que continua me ensinando muito e me ouvindo nos momentos de pânico e de alegria. Pela paciência com minhas estadas em Londrina. Espero que sua fase itinerante não se restrinja apenas a Presidente Prudente e que continue por onde formos.
- Ao Jabório, com sua paciência e tranqüilidade inigualáveis, sempre nos socorrendo nos momentos dos abstracts. É bom ter amigos assim.

À Ângela Katuta, pelo fornecimento de nosso teto de cada dia.

Ao A.M.E.M. (Josilene, Flavitcha, Jurema, Marinilza, Gizerda, Luzinete, Carlota, Ferdinanda e Dú, nosso único homem), que me mostra constantemente uma das coisas mais importantes desta vida: a amizade. Sempre me ensinando que a vida não é só o profissional.

Enfim, a todos que aqui não se encontram, mas que contribuíram para a realização deste trabalho. E, também, a todos que não me atrapalharam.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar os sentidos das Vilas Rurais a partir de dois pressupostos inerentes ao Programa: dentro dos princípios da “urbanização do campo” e como forma de controle social exercido pelo capital e pelo Estado. Com as transformações dos territórios rurais que assumem feições não essencialmente ligadas apenas com a produção agropecuária, mas ampliando suas funções espaciais de moradia, lazer a praticar atividades não-agrícolas e ser dotado de infra-estrutura social é que afirmam seu processo de “urbanização do campo”. Buscou-se questionar este método de análise, uma vez que denominar de “urbanas” as alterações do rural é afirmar sua passividade e seu atraso diante dos outros territórios. Sendo assim, ao seguir tal perspectiva há uma sobrevalorização das cidades frente ao rural, partindo-se do pressuposto de que tanto o campo quanto as cidades são territórios que apresentam importância para a sociedade, sem que de uma forma afirme a hegemonia de um ou de outro. As Vilas Rurais são constituídas a partir desse “novo rural” que está se configurando, abrangendo muitos destes novos elementos, mas é a partir das relações de trabalho a presença mais evidente. O Programa Vilas Rurais propicia aos vileiros um lote de $\frac{1}{2}$ hectare com uma casa e um espaço para praticar alguma atividade agrícola. Partindo de suas dimensões e dos recursos provenientes do Estado tem-se uma produção destinada quase que exclusivamente para o autoconsumo das famílias. Deste modo, para sua manutenção e reprodução se torna necessário recorrer às atividades externas ao lote, o que se denota a pluriatividade dos moradores e a principal função das Vilas Rurais que é a constituição de força de trabalho. O trabalho é a categoria central a partir da qual o capital busca sua reestruturação para seguir sua lógica de acumulação e reprodução. Sendo assim, o trabalho é absorvido pelo capital precarizando e explorando o trabalhador e impondo relações de trabalho nas quais fazem sentido apenas para o capital. E o mesmo acontece com a pluriatividade. Não só as relações de trabalho, mas também todo o processo de transformações do rural, denominadas de “urbanização do campo”, representam uma fragilidade do Estado diante de um campo carente de políticas estruturais e ao mesmo tempo poder do controle social de adaptá-lo às formas convenientes para a lógica do capital, paliativas e conformistas para a população envolvida. A forma de controle social analisado parte das ações do capital e do Estado para ocultar os problemas derivados de seu próprio sistema e que, na inviabilidade de propor soluções estruturais, apresentam alternativas compensatórias. Um dos exemplos são os movimentos sociais de luta pela terra que no Estado do Paraná tem um grande significado na pressão por soluções nos problemas da estrutura fundiária. É a partir desta perspectiva que se buscou desencadear uma análise do Programa Vilas Rurais.

Palavras chave: Programa Vilas Rurais; “urbanização do campo”; pluriatividade; controle social.

ABSTRACT

This study has the objective to analyse the senses of Vila Rural Program, from two of its inherent presuppositions: the principles of the “field urbanization” and as a way of social control practiced by the capital and by the State. These territories are understood under the “field urbanization” perspective within rural transformations that assume aspects not essentially linked to agricultural production, but amplify its spatial functions of inhabitation, recreation and the practicing of non-agricultural activities, been dot by social infra-structure. We seek to discuss this analysis method, once denominating of “urban” these modifications on rural is to confirm its passivity and retard in face of other territories. By the way, following this perspective brings a super valorization of cities in face of rural, starting by the presupposition that even the field, or the cities, are territories that have great importance to society, without assuring the prevalence of one or the other. Vilas Rurais are constituted from this “new rural” in process of formation, embracing much of these new elements, but it’s from work relationships that its presence is more clear. Vila Rural Program includes land-grant and propitiate to village inhabitants a lot of half an hectare, including a house and space to practice some agricultural activity. Starting from this dimension and from State resources, village families have a production almost strictly destined to self-consumption. By this way, for their maintenance and social reproduction it’s necessary to run over external activities, which practice indicates resident’s pluriactivity and villages main function: the constitution of work force. Work is the central category from which the capital searches its restructuration to go on with its accumulation and reproduction logic. Work is absorbed by capital, turning workers into precariousness and exploration, by imposing work relationships which make sense only to capital itself. And the same happens to pluriactivity. Not just work relationships, but all the rural transformation process, denominated by “field urbanization”, represent the State fragility beyond a rural ambiency destituted from structural policies and from power of social control to adapt it as convenient forms to capital’s logic, palliative and conformistic to the population included on it. The analysed form of social control begins with capital and State actions to hide derived problems from its own system, which presents compensatory alternatives, facing some unpracticability of proposing structural solutions. One of the examples are social movements that fight for land accessibility that, on Paraná Estate, has major significance to pressure in search of solutions concerning to land structure. It’s from this perspective that this study searches to unleash an analysis of Vila Rural Program.

Keywords: Vila Rural Program; “field urbanization”; pluriactivity; social control.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1: O PROGRAMA VILAS RURAIS DO ESTADO DO PARANÁ

1.1) O que é o Programa Vilas Rurais?	28
1.2) O que é o Projeto Paraná 12 meses?	32
1.3) Caracterização da Vila Rural da Paz em Rolândia e da Vila Rural João Inocente em Cambé.....	35
1.3.1) Vila Rural João Inocente-Cambé	35
1.3.2) Vila Rural da Paz –Rolândia	41
1.4) Produção e renda na Vila Rural João Inocente em Cambé e na Vila Rural da Paz em Rolândia.....	47

CAPÍTULO 2: O PROGRAMA VILAS RURAIS E AS NOVAS RURALIDADES

2.1) Transformações no rural e o processo de “urbanização do campo”	68
2.2) Dialogando com teóricos sobre métodos e conceitos do rural	79
2.3) Vilas Rurais: que territorialidade é essa?.....	91

CAPÍTULO 3: O PROGRAMA VILAS RURAIS E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

3.1) O capital e as relações de trabalho	104
3.2) Os sentidos da pluriatividade	108
3.3) As relações de trabalho na Vila Rural da Paz em Rolândia e na Vila Rural João Inocente em Cambé	117

CAPÍTULO 4: OS SENTIDOS DO PROGRAMA VILAS RURAIS

4.1) As várias denominações para o Programa Vilas Rurais.....	134
4.2) O Programa Vilas Rurais como forma de controle social.....	151

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
----------------------------------	------------

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171
---	------------

BIBLIOGRAFIA174

ANEXO.....178

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Destino das verbas do Projeto Paraná 12 meses.....	33
Tabela 2- Percepção dos moradores da Vila Rural João Inocente quanto ao atendimento de:	38
Tabela 3- Necessidades, segundo os moradores, para a Vila Rural João Inocente- Cambé ..	40
Tabela 4- Percepção dos moradores da Vila Rural da Paz quanto ao atendimento de:.....	43
Tabela 5- Necessidades, segundo os moradores, para a Vila Rural da Paz-Rolândia.....	47
Tabela 6- Tipos de rendimento familiar na Vila Rural João Inocente –Cambé, referente ao mês de março-2003 (exceto o café).....	59
Tabela 7- Tipos de rendimento familiar na Vila Rural da Paz -Rolândia, referente ao mês de março-2003 (exceto o café).....	60
Tabela 8- Tipos de rendimento familiar na Vila Rural da Paz -Rolândia, referente ao mês de março-2003 (inclui o café).....	61
Tabela 9- Tipos de rendimento familiar na Vila Rural João Inocente –Cambé, referente ao mês de março-2003 (inclui o café).....	62
Tabela 10- Pagamento das prestações dos lotes na Vila Rural João Inocente-Cambé.....	63
Tabela 11- Pagamento das prestações dos lotes na Vila Rural da Paz –Rolândia	64
Tabela 12- Distribuição do rendimento mensal per capita nas Vilas Rurais do Paraná-1999	65
Tabela 13- Distribuição do rendimento mensal per capita na Vila Rural João Inocente- Cambé, referente ao mês de março/2003 (exceto o café).....	66

Tabela 14- Distribuição do rendimento mensal per capita na Vila Rural João Inocente - Cambé, referente ao mês de março/2003 (inclui o café)	66
Tabela 15- Distribuição do rendimento mensal per capita na Vila Rural da Paz- Rolândia, referente ao mês de março/2003 (exceto o café)	66
Tabela 16- Distribuição do rendimento mensal per capita na Vila Rural da Paz- Rolândia, referente ao mês de março/2003 (inclui o café)	67
Tabela 17- Números de municípios no Brasil, por tamanho da população	84
Tabela 18- Ocupação atual dos moradores na Vila Rural João Inocente –Cambé.....	117
Tabela 19- Ocupação atual dos moradores na Vila Rural da Paz –Rolândia	117
Tabela 20- Moradores que trabalham nos lotes na Vila Rural João Inocente –Cambé.....	119
Tabela 21- Moradores que trabalham nos lotes na Vila Rural da Paz –Rolândia	119
Tabela 22- Ocupações dos moradores na Vila Rural João Inocente –Cambé	121
Tabela 23- Ocupações dos moradores na Vila Rural da Paz –Rolândia	122
Tabela 24- Ocupação dos moradores nas Vilas Rurais do Paraná-1999	123
Tabela 25- Preferência para tipos de empregos na Vila Rural da Paz-Rolândia.....	124
Tabela 26- Preferência para tipos de empregos na Vila Rural João Inocente –Cambé.....	124
Tabela 27- Principais produtos agrícolas do município de Rolândia (em toneladas)	125
Tabela 28- Principais produtos agrícolas do município de Cambé (em toneladas).....	125
Tabela 29- Deslocamentos dos moradores da Vila Rural da Paz –Rolândia.....	127

Tabela 30- Deslocamentos dos moradores da Vila Rural João Inocente –Cambé	127
Tabela 31- Profissão dos moradores da Vila Rural da Paz-Rolândia (durante os dois últimos deslocamentos)	127
Tabela 32- Profissão dos moradores da Vila Rural João Inocente -Cambé (durante os dois últimos deslocamentos)	128
Tabela 33- Opiniões do trabalho com a terra na Vila Rural João Inocente –Cambé	130
Tabela 34- Opiniões do trabalho com a terra na Vila Rural da Paz –Rolândia.....	130
Tabela 35- Perspectivas para os filhos dos moradores na Vila Rural João Inocente- Cambé (com relação a trabalho e moradia)	131
Tabela 36- Perspectivas para os filhos dos moradores na Vila Rural da Paz -Rolândia (com relação a trabalho e moradia)	132
Tabela 37- Número de estabelecimentos por grupo de áreas no Estado do Paraná de 1970 a 1996	136
Tabela 38- Área dos estabelecimentos por grupos de áreas no Estado do Paraná de 1970-1996	136
Tabela 39- Condições de vida dos moradores anterior à entrada na Vila Rural da Paz – Rolândia.....	145
Tabela 40- Condições de vida dos moradores atualmente na Vila Rural da Paz –Rolândia.	146
Tabela 41- Condições de vida dos moradores anterior à entrada na Vila Rural João Inocente – Cambé.....	146
Tabela 42- Condições de vida dos moradores atualmente na Vila Rural João Inocente-Cambé	147

Tabela 43- Satisfação dos moradores com a Vila Rural da Paz-Rolândia	149
Tabela 44- Satisfação dos moradores com a Vila Rural João Inocente- Cambé.....	150
Tabela 45- Número de ocupações de terra no Brasil- 1988-2003	157
Tabela 46- Opinião dos moradores com relação às ações dos movimentos sociais na Vila Rural da Paz –Rolândia	162
Tabela 47- Opiniões dos moradores com relação às ações dos movimentos sociais na Vila Rural João Inocente –Cambé.....	163

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Produtos cultivados na Vila Rural João Inocente -Cambé (%).....	48
Gráfico 2- Produtos cultivados na Vila Rural da Paz -Rolândia (%).....	49
Gráfico 3- Produtos comercializados na Vila Rural João Inocente -Cambé (%).....	50
Gráfico 4- Produtos comercializados na Vila Rural da Paz- Rolândia (%)	50
Gráfico 5- Destino da criação de animais na Vila Rural João Inocente –Cambé (%).....	56
Gráfico 6- Destino da criação de animais na Vila Rural da Paz –Rolândia (%)	56
Gráfico 7- Destino da produção agrícola na Vila Rural João Inocente –Cambé, a partir do volume total produzido (%).....	57
Gráfico 8- Destino da produção agrícola na Vila Rural da Paz- Rolândia, a partir do volume total produzido (%).....	57

LISTA DE FOTOS

Foto 1- Centro Comunitário da Vila Rural João Inocente –Cambé.....	40
Foto 2- Estrada de acesso ao Distrito de São Martinho	41
Foto 3- Centro Comunitário da Vila Rural da Paz- Rolândia.....	45
Foto 4- Casa na Vila Rural da Paz –Rolândia.....	52
Foto 5- Casa na Vila Rural João Inocente –Cambé	53
Foto 6- Empório da Vila Rural da Paz –Rolândia	54
Foto 7- Produção Agrícola na Vila Rural João Inocente –Cambé.....	58
Foto 8- Produção Agrícola na Vila Rural da Paz –Rolândia	59

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Localização dos municípios de Cambé e Rolândia no Estado do Paraná	23
Mapa 2- Localização dos municípios com Vilas Rurais no Estado do Paraná	29
Mapa 3- Localização da Vila Rural João Inocente no município de Cambé	36
Mapa 4- Distribuição dos lotes na Vila Rural João Inocente em Cambé	37
Mapa 5- Localização da Vila Rural da Paz no município de Rolândia	42
Mapa 6- Distribuição dos lotes na Vila Rural da Paz em Rolândia	44

INTRODUÇÃO

Diante do processo de transformação do campo a partir da introdução de determinadas características, juntamente com o posicionamento da academia para esta realidade, e frente ao papel do Estado com políticas públicas que contemplam esse contexto é que surgiu a preocupação deste trabalho, o que desencadeou uma análise através dessa abordagem.

O campo sempre foi tratado como um território tipicamente atrasado face à cidade que representa uma realidade dinâmica, moderna e característica do progresso. Tal perspectiva dicotômica, que surgiu em meados do século XIX com a Revolução Industrial tem-se mantido até o momento atual, sendo que, de uma certa forma, foi intensificada pelo processo de “urbanização do campo”, pois este método de análise reforça a tendência do rural como um território com características tradicionais e arcaicas, com isso, levando seu atraso.

Dessa forma, a “urbanização do campo” corresponde a um processo em que representa alterações no território rural, repercutindo em uma tendência para a ampliação das ocupações rurais não-agrícolas, a inserção do setor de serviços, o rural como lazer através do turismo rural, como moradia para a população urbana que tenta sair do caos urbano. Pode-se também identificar a introdução de certas infra-estruturas sociais dentre tantos outros elementos antes não existentes ou não tão evidentes.

Todas essas mudanças significam que o rural apresenta neste momento uma outra realidade mais ampla que apenas produtora de bens agropecuários e é nesta nova perspectiva que o Programa Vilas Rurais foi constituído.

O Programa Vilas Rurais é uma política pública, criada em 1995 pelo governador do Estado do Paraná Jaime Lerner, com o intuito de proporcionar ao trabalhador rural volante um lote de 5.000 m², com uma casa de 44,56 m² e com infra-estrutura mínima: água, energia elétrica e sistema sanitário.

Além da existência de certas infra-estruturas sociais, tem-se também outras características que evidenciam essas novas funções do rural como território de moradia para os trabalhadores e as relações de trabalho que se estabelecem.

A tendência nos tipos de ocupações se justifica, principalmente, devido à área dos lotes (1/2 hectare), o que não proporciona dimensões adequadas para uma produção agrícola, servindo este apenas para o autoconsumo das famílias e, em alguns casos, para a comercialização do excedente.

Como a renda obtida com os lotes não é suficiente para sua manutenção, a maior parte dos moradores recorre aos trabalhos externos, constituindo então as Vilas como locais de fornecimento de mão-de-obra tanto para o meio rural quanto para o urbano.

Nesse sentido, as ocupações rurais não-agrícolas fora do lote apresentam uma realidade significativa, e a pluriatividade dos moradores é presente na medida que muitos trabalham concomitantemente dentro e fora de sua propriedade. Com isso, tendo que a pluriatividade é uma das características mais evidentes nas Vilas Rurais, considera-se relevante uma análise das relações de trabalho, pois este é o princípio essencial do Programa.

A abordagem na análise da pluriatividade vai além da definição de unidade produtiva multidimensional, na qual a maior parte de seus membros se destina a várias atividades tanto agropecuárias como as ocupações rurais não-agrícolas que podem ser dentro ou fora da propriedade. É mais do que isso. Pode-se perceber tal estratégia como uma tendência à precarização e exploração do trabalhador através das relações de trabalho diante de um contexto que necessita dessa alternativa para se reestruturar e como forma de negligenciar reformas mais estruturais.

Tal estratégia não surge como consequência do momento atual, marcado por transformações globais, ela já tem um longo percurso pelo processo histórico, mas são recentes apenas suas intenções diante do quadro econômico, político e social vivenciado pela sociedade.

Diante de todo este cenário de transformações do rural surgem políticas públicas que irão adequar-se a essas novas características presentes no campo e, como a “urbanização do campo” é um processo paliativo e compensatório, nada mais verdade que tais políticas sigam na mesma perspectiva.

Com a insuficiência na resolução dos problemas do campo e da cidade, lançam alternativas apenas compensatórias como forma do Estado e do capital manterem seu controle social.

O controle social, referido neste trabalho, representa a ação do Estado e do capital para amenizar e camuflar seus problemas que requerem soluções estruturais como a reforma agrária, pois alternativas que contemplem tais medidas não se tornam de interesse de uma classe que necessita do controle de seus meios de produção para seguir a lógica da acumulação e reprodução.

Portanto, o processo de “urbanização do campo”, juntamente com seus elementos, principalmente a pluriatividade, representam o controle social do Estado na

solução de seus problemas, o que vai repercutir na implantação de políticas públicas como é o caso do Programa Vilas Rurais.

A partir dessas questões é que se buscou nortear o trabalho a fim de compreender o sentido do Programa Vilas Rurais no Estado do Paraná. As perspectivas postas para o Programa identificaram que esta problemática estava presente em sua constituição, ou seja, as transformações do rural e o papel do Estado diante deste contexto. Para isso, o objetivo maior deste trabalho é entender e analisar os elementos que envolvem o Programa Vilas Rurais, ou seja, compreender em que momento ele foi pensado e instalado e quais seu(s) sentido(s).

As novas ruralidades representam os elementos evidenciados no Programa Vilas Rurais e o controle social o sentido da intenção para sua implantação. A partir dessa perspectiva buscou-se desencadear uma análise sobre o Programa.

As principais preocupações que moveram o desenvolvimento desta pesquisa se referem, primeiramente, ao alcance tomado pelas Vilas Rurais, pois, durante os 8 anos de sua instalação, o Estado conta com 404 unidades, distribuídas em 265 dos 399 municípios.

Pode-se perceber que durante um curto período de tempo o Programa tomou uma abrangência significativa, sem contar o dispêndio de verbas que foi uma das prioridades do Projeto Paraná 12 meses.

Outro caráter que suscitou a pesquisa foi a necessidade de trabalhos nessa temática, pois, pelo pouco tempo de duração do Programa, os únicos materiais existentes são dos órgãos oficiais do Estado e algumas dissertações de mestrado. Com isso, tornaram-se pertinente algumas análises, nessa temática, de uma forma que possa compreender o significado das Vilas Rurais e de como essas famílias estão sendo atendidas ou não, e quais as condições de vida proporcionadas para elas.

Seguindo essas preocupações, optou-se por analisar 2 Vilas Rurais heterogêneas do ponto de vista das relações de trabalho. Sendo assim, elegeu-se uma Vila onde a maior parte de seus moradores apresentava empregos nas cidades (Vila Rural João Inocente-Cambé) e outra onde a abrangência se dava com ocupações no campo (Vila Rural da Paz- Rolândia). Com isso, pode-se entender as diferentes estratégias de sobrevivência de ambas a partir de suas ocupações, uma vez que já era sabido que o trabalho fora dos lotes é a forma pela qual conseguem a renda necessária para sua manutenção. Mas, a partir dos trabalhos de campo, constatou-se que as realidades alteraram-se, pois agora ambas Vilas apresentavam, em grande parte, ocupações no meio urbano.

Tal evidência não impossibilitou a análise, pois mesmo com essa semelhança o processo de transição nos tipos de ocupações das Vilas estudadas se dá com intensidades e formas diferenciadas. Portanto, em Rolândia, mesmo a maior parte, trabalhando nas cidades, há ainda um grande contingente de trabalhadores no campo. Já em Cambé, as ocupações urbanas se dão com maior expressividade. Dessa maneira, pode-se entender o porquê dos tipos de ocupações, de acordo com os tipos de condições de cada município e, assim, compreender os diferentes processos de expropriação sofridos por tais municípios.

Nesse sentido, foram objeto de estudo a Vila Rural da Paz em Rolândia e a Vila Rural João Inocente em Cambé, ambas localizadas na Microrregião Geográfica de Londrina. [\(Mapa 1\)](#)

Após a seleção das Vilas Rurais a serem analisadas, elaborou-se o questionário e, primeiramente, foram aplicados os pré-testes com o objetivo de avaliá-lo para que fosse possível realizar as devidas correções de uma forma que possibilitasse adequá-los a apreender toda a complexidade do contexto analisado.

Já, na fase posterior, houve a aplicação dos questionários com os moradores. Optou-se por entrevistar todas as famílias, de ambas Vilas, para que assim, possa ter um panorama geral das condições dessas.

Na Vila Rural da Paz em Rolândia, aplicaram-se 34 questionários e, na Vila Rural João Inocente em Cambé, foram 37 questionários. As entrevistas ocorreram com os titulares dos lotes ou seus cônjuges, pois, como a maior parte trabalha fora dos lotes, houve dificuldades para encontrá-los em casa.

Com as informações obtidas, houve a tabulação e análise dos dados, o que possibilitou realizar logo em seguida a fase das entrevistas com os membros dos órgãos responsáveis pelo Programa em Cambé, Rolândia e Curitiba. Considerou-se relevante realizar esta etapa, após a conversa com os moradores, pois já se tem assim o conhecimento da realidade estudada “in loco”.

Além das coletas de materiais e entrevistas com os órgãos como a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento (IPARDES) e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, foram necessários também a

btenção de dados de fontes secundárias, compilados junto ao Censo Agropecuário de 1995/1996 e DATALUTA-Banco de Dados da Luta pela Terra.

Para um melhor enriquecimento e aprofundamento das análises, realizaram-se levantamentos bibliográficos acerca da temática analisada. Nesta etapa encontraram-se dificuldades, já detectadas anteriormente, no que se refere ao número de bibliografias existentes sobre as Vilas Rurais. Sendo assim, a maior parte dos materiais foi coletada via pesquisa pela internet nos sites de órgãos oficiais do Estado.

Da mesma forma, foi coletada grande parte dos materiais sobre as novas ruralidades, pois os debates e discussões sobre essa temática no Brasil ainda é recente, havendo poucos livros, apenas artigo e textos. Nesse sentido, denotou-se também a inexistência desses trabalhos na Geografia, utilizando, assim, autores de outras ciências. Portanto, considera-se relevante tal análise dentro da Geografia como uma forma de poder contribuir para essa perspectiva.

Com todos esses materiais foi possível partir para a elaboração do texto parcial e agora final deste trabalho de uma forma que pudesse entrelaçar as informações “in loco” com as bases teóricas, a fim de entender melhor a temática estudada.

Sendo assim, passou-se a desenvolver e estruturar os capítulos para esclarecer e explicar os objetivos propostos neste trabalho, analisando o objeto de estudo com os materiais teóricos referentes à temática.

Primeiramente, iniciou-se o capítulo 1 com um esclarecimento do que é o Programa Vilas Rurais, pois como é recente e restrito ao Estado do Paraná tornou-se relevante explicitar como é seu funcionamento e sua constituição. Em seguida, considerou-se pertinentes algumas reflexões sobre o Paraná 12 meses, pois é o projeto maior no qual se vincula o Programa das Vilas Rurais. Desse modo, contribui para entender o panorama das políticas públicas no Estado do Paraná e quais são suas preocupações para o campo.

Depois de esclarecidas as políticas paranaenses, e em especial o Programa Vilas Rurais, passou-se para o objeto específico da análise. Com isso, realizou-se uma caracterização das duas Vilas Rurais analisadas de modo a entender seus aspectos físicos, a assistência proporcionada e existência de infra-estruturas, ou seja, como se dá a organização do espaço/funcional das Vilas.

Ainda no capítulo 1, considera-se pertinente uma análise dos dados coletados com relação à produção e renda nas Vilas Rurais da Paz em Rolândia e João Inocente em Cambé, o que permite compreender que a produção destinada para a comercialização não assume uma abrangência e significado para a renda dos vileiros,

configurando as Vilas como reserva de força de trabalho, pois o maior rendimento se dá com os trabalhos externos, sendo este um dos objetivos do Programa.

Faz-se necessário abrir as discussões retratando as informações coletadas em campo para explicitar como se dá a sobrevivência dos vileiros e ainda demonstrar como são as condições postas para as famílias moradoras, o que torna relevante sua compreensão diante da característica mais evidente do Programa, no que diz respeito às relações de trabalho que é a pluriatividade dos moradores.

E dando encaminhamento às análises, prossegue-se com o capítulo 2. Esta parte torna-se necessária na medida que, entendendo as transformações presentes no rural, subsidiará o entendimento das análises posteriores, pois é a partir das mudanças das realidades rurais que surgem políticas que contemplem tais intenções e características, no caso o Programa Vilas Rurais.

Para isso, o capítulo 2 iniciou com uma análise das transformações das características do rural, indicando certos elementos intrínsecos a ele, o que recai no método de análise da “urbanização do campo”.

Por considerar tal método inadequado para explicar tais territórios, buscou-se esclarecer o que é para, em seguida, partir com uma análise crítica, de modo que proporcione apreender as mudanças do rural sem denominá-lo de urbanizado. Com isso, o eixo que norteou esta análise partiu do pressuposto de que o campo é um território em transformação, tanto quanto o meio urbano. Nesse sentido, não é porque o rural apresenta características diferenciadas que pode ser considerado tradicional ou arcaico. Ao seguir esta perspectiva, há uma sobrevalorização do urbano o que leva a análises desse tipo, como ocorre com a maior parte delas. Um exemplo é o método de análise da “urbanização do campo”.

Considera-se que ambos territórios apresentam relevâncias para a sociedade, mesmo sendo diferenciados, pois são territórios heterogêneos. Considera-se que o método analisado não corresponde ao contexto evidenciado, é mais uma forma de ocultar e amenizar certos problemas e situações enfrentadas pelo campo brasileiro.

Com esse processo de metamorfose das características rurais passou-se para uma indefinição e pouca clareza no entendimento do que é tal território. Para isso, considerou-se pertinente esclarecer e analisar os diferentes métodos e conceitos, buscando questionar sua contribuição ou não para se estabelecer um conjunto de elementos que permitem entender o campo atualmente, o que nos proporcionou, além do panorama geral da academia e dos órgãos oficiais para tal território, indicar métodos que apreendem tais

realidades de uma forma a não perder de vistas suas mudanças, mas sem os denominar de urbanizado.

Como a linha de análise neste capítulo 2 é o rural como um território em transformação, não apenas a partir de suas evidentes características, mas também por suas intenções implícitas a tais mudanças, passou-se para um entendimento destas de modo a realizar um resgate das definições e, mais do que isso, uma análise da lógica contida na formação de tais territorialidades.

Esse capítulo 2 buscou identificar o método de análise da “urbanização do campo” com a realidade das Vilas Rurais, tanto através de suas características semelhantes, como pela intenção peculiar no que diz respeito à formação de tais territorialidades.

No capítulo 3 passou-se para uma análise das relações de trabalho nas Vilas Rurais. Considerou-se pertinente um capítulo para tratar dessa abordagem, pois retrata uma das características mais evidentes no Programa que é a pluriatividade dos moradores.

Inicialmente, buscou-se abordar a situação do sistema do capital nessa fase para que assim facilite na compreensão da categoria trabalho diante desse contexto, pois ela é tida como central para o sistema, o que irá repercutir em diferentes estratégias de modo que possa seguir sua lógica. Uma destas formas é a ampliação do setor terciário, o que alcança todos os territórios, inclusive o campo.

Logo em seguida, passou-se para uma análise dos sentidos da pluriatividade como uma das estratégias encontradas pelo capital diante da situação vivenciada, tanto no contexto global, pelo sistema imposto, quanto para a crise no campo.

Sendo assim, analisou-se o que é a pluriatividade, tentando ir além da definição comumente utilizada, buscando entender qual a lógica para a adoção de tal estratégia. Para isso, numa perspectiva histórica, resgata seu surgimento e em que contexto suas transformações conceituais e perspectivas foram de extrema relevância para, além de um panorama geral de tal alternativa, compreender os diferentes posicionamentos do capital. Com isso, ao entender as intenções da estratégia da pluriatividade e de quem parte tais intenções pode-se entender sua lógica e assim compreender a significância assumida por ela na constituição da política pública das Vilas Rurais.

Ainda no capítulo 3, passou-se para uma análise das informações coletadas em campo no que se refere às relações de trabalho nas Vilas Rurais da Paz e João Inocente. Dessa forma, possibilitou engendrar um entendimento mais profundo acerca do contexto estudado, juntamente com as bases teóricas que permitem enriquecer as análises da realidade.

Após entender o processo de “urbanização do campo”, sendo o contexto no qual foi implantado o Programa Vilas Rurais, e analisar as características presentes, principalmente a pluriatividade, tornou-se necessário agora entender a lógica dessa perspectiva.

Este foi o objetivo do capítulo 4, compreender as intenções do Estado e do capital na constituição de políticas públicas que convergem nesta vertente, entender os sentidos das Vilas Rurais.

Para isso, iniciou-se o capítulo 4 com as diferentes abordagens postas para o Programa, tentando analisar sua veracidade ou não como uma forma de demonstrar o que constitui realmente essa política para o Estado, pois, como apresenta certas peculiaridades heterogêneas das já existentes, há dificuldades na sua conceituação.

Ao longo do trabalho procurou-se entender as Vilas apenas a partir de uma perspectiva de Estado e do capital, pois se considera esta a mais nítida e fortemente presente, mas há também a vertente que corresponde às famílias envolvidas, ou seja, o que o Programa representa para elas. Nesse sentido, desenvolveram-se análises que procuraram demonstrar o que as Vilas Rurais representam para os vileiros.

Em seguida, partiu-se para a principal análise desse capítulo com o propósito de entender a forma que está implícita ao Programa. Sendo assim, tem-se o controle social como o elemento central que irá desencadear todas as alterações e iniciativas nas ações do Estado perante a sociedade.

Dessa forma, buscou-se tratar como se dá o controle social do capital que utiliza o Estado para suas manobras e as formas paliativas dessas ações que ocultam o verdadeiro sentido da causa dos problemas.

O Programa Vilas Rurais representa uma forma de controle social que na inviabilidade de proporcionar condições de reprodução dos camponeses a partir da terra, o que necessitaria de uma alteração na estrutura fundiária, fornece condições apenas para encobrir essas verdadeiras necessidades.

Então, o processo de “urbanização do campo”, a pluriatividade dos rurais e o Programa Vilas Rurais representam formas paliativas e compensatórias, decorrentes do controle social do capital e do Estado diante dos problemas decorrentes de seu próprio sistema.

CAPÍTULO 1: O PROGRAMA VILAS RURAIS DO ESTADO DO PARANÁ

1.1) O QUE É O PROGRAMA VILAS RURAIS?

O Programa Vilas Rurais foi criado em 1995 pelo governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, com o intuito de proporcionar ao trabalhador rural volante ou bóia-fria¹ um lote de 5000 m² (1/2 hectare), com uma casa de alvenaria de 44,56 m² e com infraestrutura mínima: água, energia elétrica e sistema sanitário. O objetivo principal, segundo o Governo do Estado do Paraná (2002), foi de melhorar as condições de vida das famílias dos bóias-frias, proporcionando seu “retorno ao campo”.

Neste sentido, deve-se questionar: que retorno é esse? Quais as condições proporcionadas para essas famílias? Deste modo, a partir destes apontamentos poderá entender o que é o Programa Vilas Rurais.

A Vila Rural não proporciona um “retorno ao campo”, mas é compreendida como um processo de controle social do território de modo que este ofereça vantagens para o Estado. Sendo assim, proporcionar moradia, um pequeno espaço para produzir seu autoconsumo e uma reserva de mão-de-obra está muito mais relacionada a uma necessidade do capital do que do próprio vileiro.

O Programa Vilas Rurais é um modelo pré-estabelecido, pois as pessoas ao assumirem a posse do lote já têm uma vida determinada. Percebe-se, através das casas padronizadas, das condições proporcionadas, que não garantem manter-se a partir do lote, ou seja, tem que trabalhar fora. É um espaço determinado pelas vontades do capital e não a partir das necessidades dos moradores.

Durante o período de 1995/2002 houve um processo acelerado de implantação em todo o Estado, o que se pode observar com os dados do Governo do Estado do Paraná (2003). Foram construídas em todo o Paraná 404 Vilas Rurais, contemplando 15.579 famílias. A partir dos dados apresentados, vê-se a territorialização do Programa Vilas Rurais, sendo que dos 399 municípios que compõem o Estado, 265 deles contam com Vilas, alguns com até 5 unidades instaladas. [\(Mapa 2\)](#)

¹ Volante ou bóia – fria são trabalhadores rurais assalariados temporários.

Para a instalação das Vilas Rurais são mobilizados, juntamente com as Prefeituras Municipais, outros 12 órgãos estaduais, cada qual com sua especificidade, conforme apresentado no quadro abaixo:

CODAPAR (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná);
COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná);
COPEL (Companhia Paranaense de Energia);
IAP (Instituto Ambiental do Paraná).
EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural);
SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná);
SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento);
SECR (Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família);
SEED (Secretaria de Estado de Educação);
SERT (Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho);
SESA (Secretaria de Estado da Saúde);
SUDERHSA (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental);

Fonte: <http://www.pr.gov.br/vilasrurais>. Fevereiro/2003.

No entanto, apesar do número significativo de instituições que auxiliam as Vilas Rurais, foi verificado, a partir dos trabalhos de campo realizados junto aos moradores e aos órgãos públicos responsáveis, que a grande maioria esteve presente apenas na fase de instalação, sendo que atualmente apenas as Prefeituras Municipais e a Emater continuam auxiliando.

Para a obtenção do lote em uma Vila Rural é necessário que as famílias atendam a certos requisitos como: “ser trabalhador rural volante (bóia-fria); ter experiência agropecuária; idade máxima de 55 anos; ser morador do município há 2 anos; não possuir imóvel; *exercer atividade remunerada de caráter temporário em áreas rurais*; possuir renda familiar de até 3 salários mínimos por mês; estar morando em sub-habitação e família constituída com filhos” (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2003, GRIFO NOSSO).

Pelos critérios estabelecidos, o Programa Vilas Rurais atende exclusivamente aos bóias-frias, negligenciando outros tipos de trabalhadores rurais como os

posseiros, meeiros, parceiros, que também necessitam de políticas que propiciem condições para sua sobrevivência no campo.

Ainda, por estes critérios, percebe-se o interesse de classe do Programa, configurando-se na necessidade de viabilizar mão-de-obra para os setores que detêm a terra e outros meios de produção. Ao mesmo tempo, o Programa tenta amenizar os problemas urbanos causados pela concentração populacional das cidades, transferindo este excedente para o campo, fornecendo-lhes condições habitacionais.

Ao assumirem a posse do lote com suas devidas infra-estruturas, os custos são repassados aos vileiros² que assumem um financiamento a ser quitado em 25 anos, com um prazo de carência de 30 meses, durante o qual pagam taxas simbólicas, e, transcorrido este período, inicia-se o pagamento de prestações mensais que giram em torno de 20% do salário mínimo vigente, para que, posteriormente, possam receber o título de propriedade da terra.

Um dos objetivos do Programa Vilas Rurais é que, através da aquisição dos lotes, os moradores possam praticar uma produção agrícola para seu autoconsumo e, ainda, comercializar o excedente como forma de complementar sua renda mensal, que é obtida a partir do trabalho rural e urbano fora do lote. Mas, constatando a realidade das Vilas, verifica-se que a quantidade da produção agrícola é ínfima para suprir as necessidades básicas dos vileiros, tendo que recorrer à compra de vários produtos. Desse modo, uma produção para a comercialização se torna insuficiente, e este fato se deve ao reduzido tamanho do lote (½ ha) e a falta de incentivos destinados aos moradores.

Como a produção é insuficiente para o consumo, o trabalho fora dele se torna de extrema relevância para as famílias, caracterizando as Vilas Rurais como locais de reserva de mão-de-obra, tanto para o meio urbano quanto para o meio rural, e seus moradores vistos como trabalhadores temporários, pois, como não conseguem manter uma economia mercantil simples, necessitam buscar outras atividades externas ao lote para auferir renda.

A pluriatividade dos vileiros é uma estratégia presente de sobrevivência, pois somente com a produção no lote não conseguiriam a renda necessária para sua reprodução.

² Vileiro é a denominação dada às pessoas que moram nas vilas rurais.

1.2) O QUE É O PROJETO PARANÁ 12 MESES?

É relevante realizar uma análise do Projeto Paraná 12 meses, uma vez que o Programa Vilas Rurais faz parte de uma linha de ação deste projeto. Com isso, ao entendê-lo facilitará na compreensão de um dos sentidos do Programa.

Em 1997, o governo do Estado do Paraná assinou um contrato com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) através do Acordo de Empréstimo nº 4.060-BR, com o objetivo de implementar o Projeto Paraná 12 meses. Tal projeto se estendeu por todo o Estado do Paraná e teve a duração de 6 anos. Mas, segundo os planos do governo atual de Roberto Requião, este tende a ser prolongado.

O Projeto Paraná 12 meses tem como objetivo amenizar a situação de pobreza rural no Estado do Paraná numa ação sustentável, apoiada na modernização tecnológica, na geração de novos empregos, na proteção ao meio ambiente e na melhoria das condições habitacionais e saneamento básico da família rural.

Para isso, segundo o Governo do Estado do Paraná (1996), o Projeto Paraná 12 meses instituiu componentes e subcomponentes a serem desenvolvidos de acordo com as necessidades de cada região do Estado. Sendo assim, estabeleceu as seguintes linhas de ações:

- **Desenvolvimento da Área Social:** Abrange o subcomponente Combate à Pobreza no Meio Rural, o qual tem o objetivo de atender as necessidades dos beneficiários, priorizando a melhoria da infra-estrutura social familiar (reformas e construção de moradias, abastecimento de água e saneamento básico), o desenvolvimento comunitário e a geração de renda.

- **Desenvolvimento da Área Produtiva:** Abrange o subcomponente Manejo e Conservação dos Recursos Naturais. Este se subdivide na fase 1 e 2. A primeira etapa consiste em criar medidas que possibilitem o aumento da produtividade com a redução da degradação ambiental, o manejo adequado dos recursos naturais através do controle e erosão e a melhoria da fertilidade dos solos. Na segunda fase os objetivos consistem na busca por uma melhoria na eficiência técnico-econômica e na capacitação de competitividade das unidades produtivas familiares, através da intensificação dos sistemas de produção, da diversidade e da verticalização da produção.

- **Fortalecimento Institucional:** Contempla atividades de capacitação e apoio com equipamentos para os executores.

• **Desenvolvimento Tecnológico:** Abrange atividades de pesquisa e assistência técnica e extensão rural, buscando treinar e capacitar os beneficiários.

A partir da Tabela 1 permite-se compreender o panorama geral dos destinos dos recursos do Paraná 12 meses de acordo com seus componentes e subcomponentes e, ainda, entender quais os setores mais privilegiados no Estado do Paraná.

Tabela 1: Destino das Verbas do Projeto Paraná 12 meses

Sucomponentes/Atividades	Unidade	Previsto	Executado	% Realizada
Combate à pobreza no meio rural	Nº de beneficiários	36.000	41.539	115%
Manejo e conservação-Fase 1	Nº de beneficiários	100.000	13.864	14%
Manejo e conservação-Fase 2	Nº de beneficiários	29.360	4.334	15%
Adequação de estradas rurais	km	8.000	1.397	17%
Vilas Rurais	Nº de beneficiários	18.000	15.579	87%
Assistência técnica	Nº de beneficiários	255.400	59.737	23%
Treinamento	Nº de eventos	5.282	5.666	107%

Fonte: Governo do Estado do Paraná, 1996.

Primeiramente, tal análise dos dados permite compreender a atenção dada às Vilas Rurais pelo Estado, nas quais têm um total significativo de famílias atendidas (15.579). Se tomar como parâmetro a porcentagem realizada a partir do previsto inicialmente, houve o atendimento de quase a totalidade do estabelecido a princípio.

Outro fato relevante, a partir desta Tabela, corresponde à expressividade da assistência no subcomponente de Combate à pobreza no meio rural com 41.539 famílias beneficiadas, o que representa um avanço significativo a partir do total previsto, atendendo mais que o esperado.

Por outro lado, no subconjunto Manejo e conservação dos recursos naturais a atenção foi reduzida, chegando a apenas 14% e 15% do previsto. Para a fase 1, que corresponde à atividades destinadas à preparação e manutenção do solo para a produção, houve uma assistência ainda maior se comparada à fase 2 que seria o auxílio para os produtores na produção agropecuária. Assim, é possível compreender quais as prioridades do Estado do Paraná para as áreas rurais.

Com isso, a abrangência se dá para o subconjunto de alívio à pobreza, principalmente na instalação de infra-estruturas (saneamento básico, água) e moradia, o que corresponde também às Vilas Rurais, que segue neste sentido de política habitacional.

O Programa Vilas Rurais está contido no subcomponente de Combate à pobreza no meio rural, pois busca, principalmente, a instalação de infra-estruturas, o que denota um dos sentidos do Programa, pois a intenção ocorre em escala assistencialista de fornecer elementos para combater a pobreza, mas não há uma preocupação com a criação de meios que permitam a geração de renda a partir de seus lotes. E não só nas Vilas Rurais, mas este subconjunto atende outras famílias de pequenos proprietários fornecendo condições para combater o nível de pobreza evidenciado por eles.

Torna-se relevante uma assistência nessa questão de infra-estrutura, uma vez que no cenário rural paranaense encontram-se níveis de extrema pobreza, mas esta deveria abranger também outras preocupações, principalmente as referentes à produção com auxílios para produzir e comercializar.

Uma maior assistência nessa área poderia fornecer elementos que permitissem a geração de renda para que pudessem melhorar as condições de vida das famílias rurais, não só em curto prazo, mas em longo prazo. Mas, a partir dos destinos das verbas, percebe-se uma preocupação insignificante.

A atenção maior do Estado está centrada nas políticas em curto prazo, pois possibilitar condições de melhora infra-estrutural, sem uma preocupação com estratégias que permitam às famílias manter tais condições de elevação do nível de renda, acarretará problemas futuros, podendo retornar aos mesmos problemas evidenciados hoje.

Portanto as preocupações do Estado estão voltadas para amenizar os problemas mais momentâneos, ou seja, resolver as questões mais imediatas com resultados rápidos, pois serve como uma forma de demonstrar as atenções de determinado governo, servindo, ainda, como uma propaganda política.

Neste sentido, o Paraná 12 meses e as Vilas Rurais são políticas compensatórias, paliativas e assistencialistas de tentar resolver as questões de terra e desemprego enfrentadas pelo Estado, uma vez que não provocam alterações estruturais que permitam à população envolvida buscar e assegurar uma condição de superação do nível de vida.

Com isso, o problema mesmo que tenha sido resolvido momentaneamente poderá retornar posteriormente.

Esse é o cenário das políticas públicas no Estado do Paraná. Uma forma de controle social do Estado para amenizar os problemas evidenciados atualmente proporcionando soluções compensatórias.

1.3) CARACTERIZAÇÃO DA VILA RURAL DA PAZ EM ROLÂNDIA E DA VILA RURAL JOÃO INOCENTE EM CAMBÉ

1.3.1) VILA RURAL JOÃO INOCENTE - CAMBÉ

A Vila Rural João Inocente foi instalada em julho de 1997 na Gleba Barra Grande, no município de Cambé, que está inserido na Região Norte do Paraná.

Sua localização está a 9 km da sede do município de Cambé, às margens da Estrada da Prata e a 500 metros da Comunidade do Km 9, o que favoreceu a instalação nesta localidade, pois, segundo os critérios do Programa, as Vilas devem estar próximas aos distritos ou estradas vicinais para facilitar o acesso às infra-estruturas. [\(Mapa 3\)](#)

Para o acesso à sede do município há uma linha de ônibus coletivo que percorre este trajeto com 3 horários pré-estabelecidos (6:45, 12:00 e 18:50 hs). Mas, segundo as opiniões de seus moradores, apenas 56,7% afirmaram que estão satisfeitos com o transporte coletivo, ao passo que 43,2% manifestaram sua insatisfação, principalmente, devido à falta de mais pontos dentro da Vila Rural (16,2%), pois a única parada no ônibus é na entrada dela, o que dificulta o acesso às famílias que moram mais distantes desse ponto. Outras reivindicações são os poucos horários existentes (13,5%) e a falta de horários de circulação nos domingos e feriados (13,5%). (Tabela 2)

A Vila João Inocente ocupa uma área de 27,10 hectares, dividida em 37 lotes de 0,5 hectare aproximadamente e é constituída por 37 famílias. Algumas alterações nas dimensões dos lotes ocorrem devido ao recorte do terreno da propriedade na qual foi instalada a Vila Rural. [\(Mapa 4\)](#)

Cada lote apresenta uma casa de 44,5 m², um paiol, um galinheiro, (construções adquiridas no momento de posse do lote) e um espaço para a prática da produção agrícola.

A área da Vila Rural está situada sobre uma topografia suavemente ondulada e com solos de terra roxa estruturada eutrófica. Com relação à rede de drenagem, encontram-se em seus limites o Ribeirão Itaoca e o Ribeirão Barra Grande.

Tabela 2: Percepção dos moradores da Vila Rural João Inocente quanto ao atendimento de:

Terminais telefônicos:	Nº	%
1- Satisfeitos	14	37,8
2- Não satisfeitos	23	62,2
2.1. Falta número de aparelhos	16	43,3
2.2. Falta assistência técnica	7	18,9

Assistência de saúde:	Nº	%
1- Satisfeitos	22	59,4
2- Não satisfeitos	15	40,5
2.1. Faltam médicos	7	18,9
2.2. Faltam mais dias de atendimento	7	18,9
2.3. Faltam medicamentos	1	2,7

Água:	Nº	%
1- Satisfeitos	37	100
2- Não satisfeitos	0	0

Energia elétrica:	Nº	%
1- Satisfeitos	37	100
2- Não satisfeitos	0	0

Escola:	Nº	%
1- Satisfeitos	37	100
2- Não satisfeitos	0	0

Transporte coletivo:	Nº	%
1- Satisfeitos	21	56,7
2- Não satisfeitos	16	43,2
2.1. Faltam pontos	6	16,2
2.2. Poucos horários	5	13,5
2.3. Faltam horários de domingo e feriados	5	13,5

Fonte: Trabalho de Campo-março/2003.

Na Comunidade do km 9 está instalada grande parte das infra-estruturas de que os moradores necessitam.

Há uma escola de 1º grau com salas de 1ª a 8ª série durante o dia e ensino supletivo no período noturno. Para o atendimento educacional de 2º grau os alunos se dirigem às escolas na sede do município de Cambé com transporte fornecido pela Prefeitura

Municipal. Com relação à infra-estrutura para a educação, há uma satisfação geral dos moradores, afirmando que tais necessidades estão sendo realizadas. (Tabela 2)

Encontra-se também nesta Comunidade um posto de saúde que conta com um clínico geral e um dentista atendendo uma vez por semana, toda quarta-feira. Para os moradores da Vila Rural João Inocente, 59,4% afirmaram estar satisfeitos com a assistência à saúde; já, por outro lado, 40,5% alegam necessidades como: falta de mais médicos especializados (18,9%), dias de atendimento (18,9%) e falta de medicamentos no posto (2,7%). Quando ocorre emergência fora do dia ou hora de atendimento, a assistência é feita pela ambulância municipal. (Tabela 2)

Além dessas infra-estruturas, tem-se na Comunidade do Km 9 uma igreja e um campo de futebol, o qual serve de lazer para as famílias moradoras da Vila Rural e do seu entorno.

Com relação às infra-estruturas existentes na Vila Rural João Inocente, há um terminal telefônico, havendo uma insatisfação geral pela maior parte dos moradores (62,2%), principalmente, pela falta de número de aparelhos (43,3%) e falta de assistência na manutenção (18,9%), pois está sempre quebrado. (Tabela 2)

Encontra-se na Vila Rural um Centro Comunitário, o qual é utilizado para reuniões com os moradores, cursos fornecidos pela Prefeitura Municipal e EMATER, além de confraternizações e festas. (Foto 1)

Em todos os lotes há energia elétrica e água, não encontrando nenhuma reclamação quanto às devidas assistências (Tabela 2). A água fornecida para a Vila Rural João Inocente provém de um poço artesiano, sendo necessário o pagamento de uma taxa fixa por família de R\$ 10,00 mensais para Copel (Companhia de Energia Elétrica do Estado do Paraná) a fim de cobrir os gastos com a eletricidade utilizada pelas bombas.

Na Vila há também um serviço fornecido pela Prefeitura Municipal de coleta de lixo que acontece uma vez por semana, toda as quintas-feiras.

Verifica-se que a maior parte das queixas dos moradores da Vila Rural João Inocente se referem às infra-estruturas, sendo que 43,2% relacionam à falta de iluminação pública, 29,7% consideram necessário asfalto nas ruas internas da Vila e 21,6% gostariam de mais e melhores terminais telefônicos.(Tabela 3)

FOTO 1: Centro Comunitário da Vila Rural João Inocente-Cambé



Este é o Centro Comunitário da Vila Rural João Inocente. Local onde ocorrem as reuniões dos vileiros, cursos e eventos.

Fonte: Karina Furini da Ponte-março/2003

Tabela 3: Necessidades, segundo os moradores, para a Vila Rural João Inocente-Cambé.

Necessidades para a Vila Rural:	Nº	%
iluminação pública	16	43,2
asfalto	11	29,7
incentivos para a produção e comercialização	10	27,0
melhoria nos terminais telefônicos	8	21,6
melhoria no transporte coletivo	6	16,2
projetos de irrigação	6	16,2
emprego para os moradores	6	16,2
melhoria na assistência de saúde	4	10,8
emprego para as mulheres	4	10,8
assistência técnica	3	8,1
creche	1	2,7
cursos profissionalizantes	1	2,7
TOTAL	76	-

Fonte: Trabalho de Campo- março/2003.

Respostas Múltiplas

Base de Cálculo:37

1.3.2) VILA RURAL DA PAZ - ROLÂNDIA

A Vila Rural da Paz foi instalada em agosto de 1997 na Gleba Ribeirão Vermelho, no município de Rolândia, região Norte do Paraná.

Está localizada a 16 km da sede do município de Rolândia e a 1 km do Distrito de São Martinho, o qual oferece a maior parte das infra-estruturas necessárias para os moradores da Vila Rural. [\(Mapa 5\)](#)

O acesso dos moradores da Vila ao Distrito é feito por uma estrada de terra. Sua locomoção vai depender das condições de cada família, pode ser a pé ou de bicicleta (na maior parte dos casos) e de carro, não há nenhuma linha de ônibus que faz esse percurso. (Foto 2). Quanto ao acesso à sede do município, o Distrito de São Martinho é servido por linhas regulares de empresas particulares que fazem o transporte em 6 diferentes horários pré-estabelecidos. Existe também o transporte coletivo que percorre o trajeto de hora em hora, sendo o meio de transporte mais utilizado pelos moradores, tanto da Vila quanto do Distrito.

FOTO 2: Estrada de acesso ao Distrito de São Martinho



Estrada de terra que liga a Vila Rural da Paz-Rolândia ao Distrito de São Martinho. A maior parte das pessoas faz este percurso a pé.

Fonte: Karina Furini da Ponte-março/2003.

Para a questão do transporte, todos os moradores estão satisfeitos, pois afirmam haver ônibus em quantidade e qualidade suficiente para atender a demanda da Vila Rural. (Tabela 4)

Tabela 4: Percepção dos moradores da Vila Rural da Paz quanto ao atendimento de:

Terminais telefônicos:	Nº	%
1- Satisfeitos	24	70,6
2- Não satisfeitos	10	29,4
2.1. Falta número de aparelhos	8	23,5
2.2. Falta assistência técnica	2	5,9

Assistência de saúde:	Nº	%
1- Satisfeitos	28	82,3
2- Não satisfeitos	6	17,6
2.1. Faltam médicos	3	8,8
2.2. Falta ambulância	3	8,8

Água:	Nº	%
1- Satisfeitos	34	100
2- Não satisfeitos	0	0

Energia elétrica:	Nº	%
1- Satisfeitos	34	100
2- Não satisfeitos	0	0

Escola:	Nº	%
1- Satisfeitos	34	100
2- Não satisfeitos	0	0

Transporte coletivo:	Nº	%
1- Satisfeitos	34	100
2- Não satisfeitos	0	0

Fonte: Trabalho de Campo- março/2003.

A Vila ocupa uma área de 29,04 hectares com 34 lotes de aproximadamente 0,5 hectares e 34 famílias. Há algumas variações das dimensões dos lotes devido ao recorte do terreno, mas de acordo com os critérios do Programa eles devem ter 5.000 m². [\(Mapa 6\)](#)

Nos lotes encontra-se uma casa de 44,5 m², um paiol, um galinheiro e um espaço para a prática de uma produção agrícola.

A área da Vila Rural apresenta um tipo de solo propício para a produção agrícola (Terra Roxa Estruturada Eutrófica), mas devido a sua topografia que apresenta 43,4% de área com relevo suavemente ondulado e 56,6% com relevo ondulado são necessárias medidas de conservação do solo devido à suscetibilidade à erosão.

Com relação à rede de drenagem, não há nenhuma nascente ou curso d'água permanente existente nas proximidades da Vila, há apenas um canal seco de 740 metros, chegando a escorrer pequena quantidade de água em períodos chuvosos.

Portanto, o abastecimento de água tanto para o consumo humano, o animal e para o uso de irrigação na Vila Rural fica condicionado a captação d'água através da perfuração de poços artesianos. O serviço de tratamento e distribuição é feito gratuitamente pela Prefeitura Municipal, tanto para a Vila Rural da Paz como para o Distrito de São Martinho.

Com relação a energia elétrica, em todas as residências há a presença de tal infra-estrutura, apenas a iluminação pública é ausente na Vila, tanto nas ruas internas como na estrada de acesso a São Martinho. Para as infra-estruturas tanto de energia elétrica nas casas quanto no abastecimento de água, todos os moradores estão satisfeitos. (Tabela 4)

Além das infra-estruturas de água e energia elétrica encontradas na Vila Rural da Paz, há também um terminal telefônico e um Centro Comunitário que serve para as reuniões da comunidade e para a realização de eventos e cursos profissionalizantes ministrados pela EMATER. (Foto 3)

Foto 3: Centro Comunitário da Vila Rural da Paz-Rolândia



Este é o Centro Comunitário da Vila Rural da Paz-Rolândia. Local onde se realizam festas, reuniões e cursos oferecidos pela EMATER.

Fonte: Karina Furini da Ponte-março/2003.

Quanto ao atendimento de terminais telefônicos, verifica-se que 70,6% dos moradores estão satisfeitos e 29,4% apresentam insatisfações no que diz respeito à falta de número de aparelhos (23,5%) e à falta de assistência técnica (5,9%). (Tabela 4)

Outras necessidades na demanda de infra-estrutura são fornecidas, principalmente, pelo Distrito de São Martinho e, quando necessário, recorrem a Rolândia.

No Distrito há uma escola de 1º grau com salas de 1ª a 8ª séries. Já, as escolas de 2º grau estão instaladas apenas na sede do município. Quanto ao transporte desses alunos para Rolândia, a Prefeitura Municipal fornece gratuitamente duas vezes ao dia. Não há reclamações sobre o sistema e a estrutura educacional que servem a Vila Rural da Paz. (Tabela 4)

Há também em São Martinho um posto de saúde que funciona diariamente das 7:00 às 17:00 horas atendendo aos moradores, tanto da Vila quanto do Distrito, com clínico geral, dentista e serviços ambulatoriais. Funcionam também grupos de Hipertensos e Planejamento Familiar, é feito o controle de exames preventivos de câncer em mulheres e vacinação nas crianças.

Com relação à assistência de saúde, 82,3% dos moradores da Vila Rural estão satisfeitos e 17,6% consideram que há negligências tanto pela falta de médicos (8,8%) e falta de ambulância para socorrer os necessitados (8,8%). (Tabela 4)

Para auxiliar as mães que trabalham fora, há também no Distrito uma creche municipal que atende de segunda a sexta-feira das 7:00 às 17:00 horas, crianças de 0 a 6 anos.

A sub-prefeitura de São Martinho realiza a coleta regular (duas vezes na semana) do lixo na Vila Rural da Paz destinando-o para o lixão municipal.

As maiores necessidades postas pelos vileiros são a ausência da iluminação pública (61,8%) e asfalto, tanto internamente, como no acesso ao Distrito, (20,6%) visando a maior segurança a quem trabalha e estuda a noite e também para a maior comodidade nos dias de chuva. Deste modo, tem-se que as maiores reivindicações dos moradores da Vila Rural da Paz estão relacionados sua à infra-estrutura. (Tabela 5)

Tabela 5: Necessidade, segundo os moradores, para a Vila Rural da Paz-Rolândia

Necessidades para a Vila Rural:	Nº	%
iluminação pública	21	61,8
asfalto	7	20,6
incentivos para a produção e comercialização	4	11,8
emprego para os moradores	4	11,8
assistência técnica	2	5,9
emprego para as mulheres	1	2,9
melhoria nos terminais telefônicos	1	2,9
cursos profissionalizantes	1	2,9
não falta nada para melhorar	7	20,0
TOTAL	48	-

Fonte: Trabalho de Campo- março/2003.

Respostas Múltiplas

Base de Cálculo:34

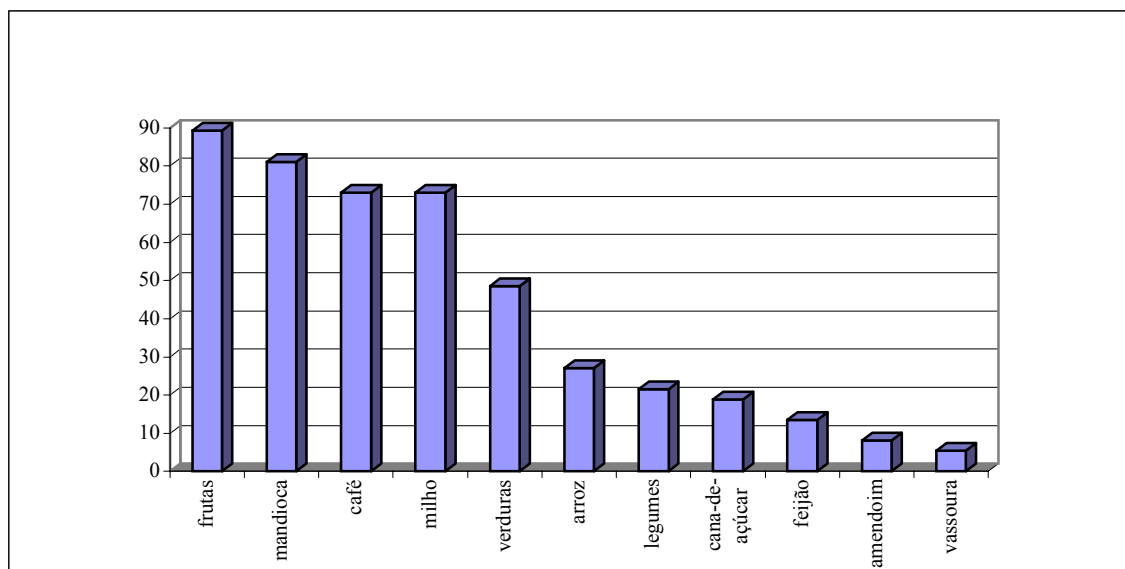
1.4) PRODUÇÃO E RENDA NA VILA RURAL JOÃO INOCENTE EM CAMBÉ E NA VILA RURAL DA PAZ EM ROLÂNDIA.

Como foi visto, o Programa Vilas Rurais tem o objetivo não de proporcionar condições para a criação ou recriação de pequenos proprietários, uma vez que os lotes não possuem dimensões adequadas para tal atividade. Sendo assim, um de seus objetivos é apenas de oferecer moradias para os trabalhadores rurais e urbanos que continuam atualmente na mesma condição que anteriormente à sua entrada nas Vilas, mantendo ocupações externas ao lote para conseguir a renda necessária para sua sobrevivência.

Outro objetivo do governo é de proporcionar um espaço para uma produção de autoconsumo das famílias e, ainda, vender o excedente quando possível. Com isso, buscou-se, a partir dos trabalhos de campo, entender como se dá a produção e renda nas Vilas Rurais da Paz em Rolândia e na Vila Rural João Inocente em Cambé, para que, assim, facilite a compreensão de como ocorre tal processo nessas duas localidades específicas.

Com relação aos principais produtos cultivados pelos moradores, tem-se que, na Vila Rural João Inocente em Cambé, as frutas representam 89,2% do total, a mandioca 81,1%, o café 72% e o milho também 72%. (Gráfico 1)

Gráfico 1: Produtos cultivados na Vila Rural João Inocente- Cambé (%)



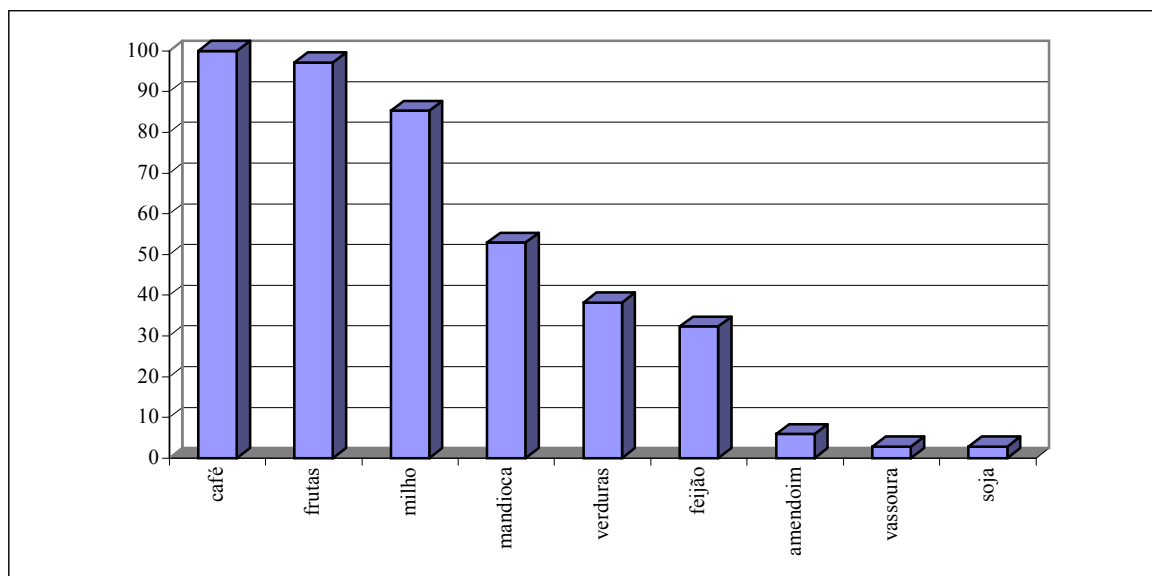
Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Dentre esses produtos cultivados, há alguns que são destinados exclusivamente para o consumo da família como: frutas, verduras, legumes, feijão e arroz; já, as outras culturas, além de apresentar uma parcela para consumo, os produtores comercializam uma parte como forma de complementar sua renda familiar.

A cultura do arroz foi incentivada pela máquina de beneficiamento que foi instalada em julho/2002 com verbas do Projeto Paraná 12 meses. O objetivo deste projeto era que os moradores pudessem praticar uma produção para seu autoconsumo, diminuindo seus custos, e vender o excedente. Deste modo, a opção por esta infra-estrutura iria facilitar na produção do arroz, mas esta se encontra danificada e, pela falta de assistência técnica, tem levado os moradores a beneficiar em outros locais, o que encarece o produto dificultando sua comercialização. Tal motivo resultou na pouca expressividade da cultura orizícola na Vila Rural João Inocente.

Na Vila Rural da Paz em Rolândia, os principais produtos cultivados são o café com 100% dos moradores, as frutas com 97,1%, o milho com 85,3% e a mandioca com 52,9%. (Gráfico 2)

Gráfico 2: Produtos cultivados na Vila Rural da Paz-Rolândia (%)



Fonte: Trabalho de campo-março/2003

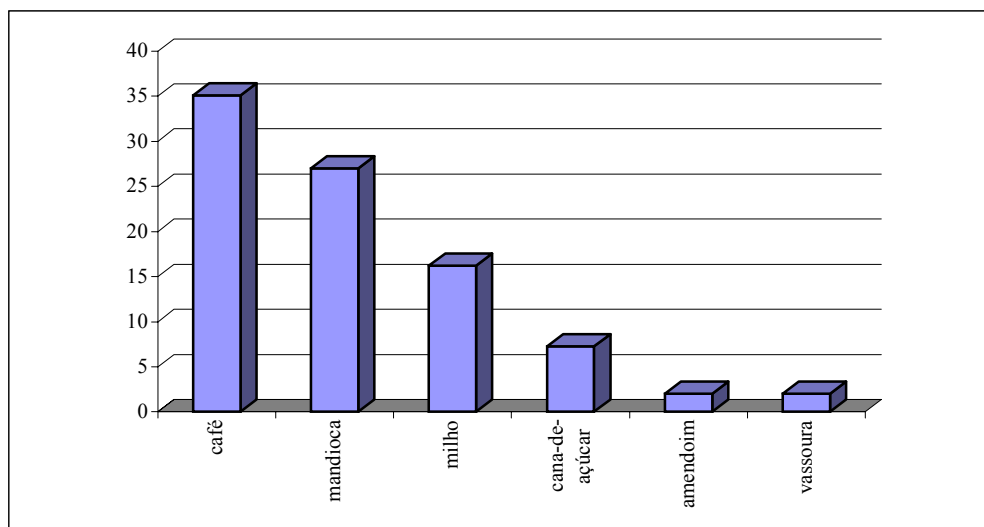
Desses produtos cultivados, as verduras, o feijão e os legumes são destinados apenas para o consumo dos moradores; já os outros produtos, além de utilizarem para a alimentação da família, são comercializados, e apenas a produção da soja é destinada, exclusivamente, para a venda.

Na Vila Rural de Cambé, os produtos mais vendidos são o café com 35,1% dos moradores, a mandioca com 27% e o milho com 16,2%; já em Rolândia, o café representa 100%, o milho 29,4% e as frutas 26,5%. (Gráficos 3 e 4)

O café tem uma grande representatividade no ranking dos produtos mais vendidos, tanto em Cambé como em Rolândia, pois este se apresenta para os produtores como um produto que gera maior lucratividade na sua venda. Mas, ao analisar sua remuneração, esta se dá de forma heterogênea nas duas Vilas Rurais mencionadas.

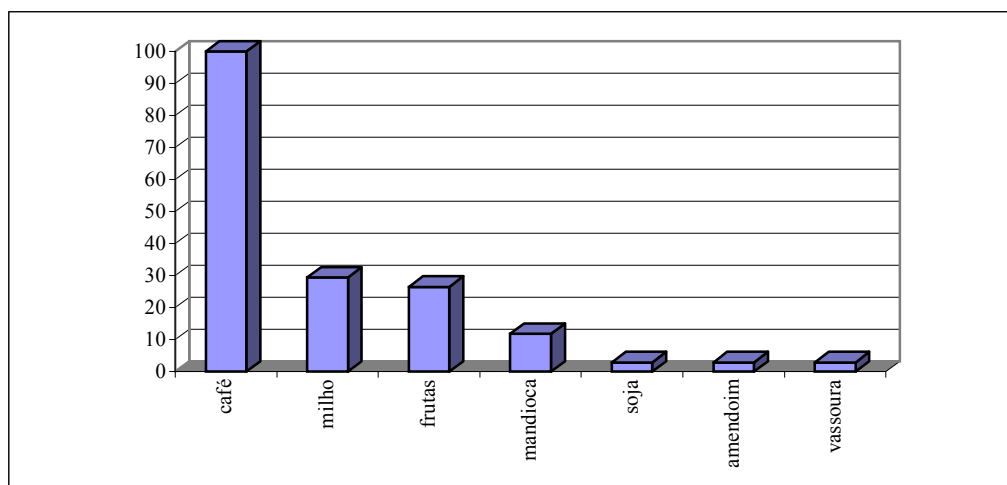
Em Cambé há 13 moradores que produzem café para a comercialização, mas destes apenas 8 conseguiram vender até o momento, obtendo uma renda de R\$306,75 por produtor. Ao realizar uma média por 12 meses, que é o período no qual se realizam as colheitas, tem-se R\$25,50 mensais para cada produtor.

Gráfico 3: Produtos comercializados na Vila Rural João Inocente -Cambé (%)



Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Gráfico 4: Produtos comercializados na Vila Rural da Paz -Rolândia (%)



Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Em Rolândia há 33 moradores que produzem café para a venda, mas apenas 22 comercializaram até o momento, o restante ainda não colheu a produção. Sendo assim, obtiveram uma renda de R\$1.265,80 por produtor, o que daria R\$105,50 mensais para cada um em 12 meses. Desse modo, há uma heterogeneidade nas duas Vilas Rurais analisadas, tanto no número de produtores, quanto na sua remuneração e também no destino da renda obtida.

Com relação ao número de produtores, este se apresenta de forma significativa na Vila de Rolândia. Este fato se deve, principalmente, ao incentivo recebido

pelos moradores em 2001 com verbas do Projeto Paraná 12 meses, destinadas a compra de mudas, insumos e para a instalação de um moedor e um torrador para o café.

Sua intenção inicial era aproveitar as experiências adquiridas pelos moradores com a produção do café e também as condições físicas propícias dos lotes. Deste modo, incentivar este tipo de cultura iria favorecer um aumento na renda das famílias. Com isso, implantar tais infra-estruturas seria uma forma de agregar valor ao produto, o que iria facilitar na sua comercialização e melhor remuneração.

Nesse sentido, a partir do trabalho de campo, foi evidenciada uma dificuldade para agregar valor ao café, pois as máquinas instaladas na Vila estão desativadas devido ao problema da energia elétrica que não comporta tais infra-estruturas. Sendo assim, os próprios moradores estão buscando alternativas como rifas e bingos para conseguir a quantia pedida pela Copel (R\$2.400,00) para aumentar a capacidade de energia e, assim, poder utilizá-las. Mas, apesar dessas dificuldades, o café na Vila de Rolândia ainda é considerado como o principal produto destinado para a comercialização e o que gera maior renda para os moradores.

Na Vila de Rolândia, a remuneração por produtor é superior à Vila de Cambé, pois a renda com este tipo de produção gera mensalmente R\$105,50; já, na Vila Rural João Inocente, a remuneração cai para R\$25,50. Tal fato se deve também à quantidade produzida em ambas as Vilas, o que para Rolândia há uma superioridade.

Outro item relevante para a análise da produção cafeeira é com relação ao destino da renda obtida com o produto. Com isso, em Rolândia, por ser maior a renda adquirida e pelas melhores condições econômicas em que se encontram os moradores, esta serve como uma forma de investimento ou poupança para as famílias, pois a maior parte a utiliza para ampliação da casa, aquisição de automóveis e outros bens materiais.

Observa-se que, na Vila Rural de Rolândia das 34 casas existentes, 24 sofreram alterações, ou na ampliação do tamanho original, ou com benfeitorias como: divisão interna (o modelo inicial era de 44,5 m² e sem divisão dos cômodos) e pintura. Deste modo, em 70,6% das moradias houve uma melhoria. Já, na Vila Rural de Cambé, das 37 casas existentes, 22 foram modificadas, ou seja, 59,4%.

Apesar da superioridade de Rolândia, com relação à melhoria das casas, o percentual de diferença não é tão alto assim, mas ao analisar a qualidade das residências, conclui-se que na Vila de Rolândia estas se encontram com um nível superior, pois nas ampliações e divisões dos cômodos, a maior parte é de alvenaria; já, em Cambé, há um grande número de alterações com madeiras, ou melhoria do paiol para servir de residência.

Nesse contexto, em Rolândia, as modificações das moradias se deram, na maior parte, para maior conforto das famílias; já, em Cambé, ocorreram com o objetivo de receber outros familiares que antes viviam nas cidades em casas de aluguel e por dificuldades financeiras foram morar na Vila Rural para fugir de tais compromissos.

Portanto, tem-se um melhor nível de qualidade habitacional na Vila Rural da Paz em Rolândia (foto 4), se comparado a Vila Rural de Cambé (foto 5).

Foto 4: Casa na Vila Rural da Paz-Rolândia.



Esta é uma casa característica da Vila Rural da Paz em Rolândia, pois representa a grande maioria das moradias lá existentes com melhores qualidades habitacionais. É uma casa que foi ampliada em alvenaria.

Fonte: Karina Furini da Ponte-março/2003.

Já, na Vila Rural de Cambé, a renda do café apresenta-se, na maior parte das vezes, como um complemento para sua sobrevivência e não como uma forma de buscar melhorias das condições de vida, pois além dela ser menor, os moradores se encontram com uma renda mensal total não compatível com seus gastos.

Além do café, há outros produtos cultivados que apresentam importância no volume produzido e no total comercializado. A mandioca é um cultivo bastante praticado nas duas Vilas Rurais, principalmente, por ter uma maior facilidade no seu trato e ser de fácil comercialização. Em Cambé, este produto tem uma maior representatividade, tanto no número de produtores (30), quanto no total vendido, o que gerou para cada produtor uma média de R\$80,60 no mês de março-2003; já, em Rolândia, o total de produtores é menor, contando com 18 e rendendo no mesmo mês R\$16,70 para cada família produtora.

Foto 5: Casa na Vila Rural João Inocente-Cambé



Esta é uma casa característica da Vila Rural João Inocente, pois representa a maioria de suas residências. São ampliações em madeira e melhoria do paiol para servir de moradia.

Fonte: Karina Furini da Ponte-março/2003.

O milho também é um produto representativo nas Vilas Rurais de Cambé e Rolândia, tendo ambas um grande número de produtores. Do total cultivado, uma parcela é destinada para a venda e outra para o consumo interno no lote, principalmente, para a criação de animais.

A Vila de Rolândia conta com 10 produtores que comercializam o milho, sendo que destes, apenas 6 venderam no mês de março-2003, rendendo em média para cada um R\$170,50. Sendo assim, o restante que ainda não comercializou corresponde àqueles que plantaram recentemente devido à experiência de lucro comprovada a partir de seus vizinhos.

Em Cambé, apesar do milho ser muito cultivado, a maior parte é destinada para o consumo, tendo 6 produtores que produzem para vender, mas que ainda não conseguiram comercializar e, destes, apenas 1 vendeu sua produção no mês de março-2003, obtendo uma renda de R\$6,00.

Deste modo, o milho é mais representativo em Rolândia do que em Cambé. Um dos fatores, como já foi mencionado, é a lucratividade na sua venda e o outro é a facilidade de mercado para sua comercialização na região de Rolândia.

A abrangência das plantas frutíferas nos lotes de ambas Vilas Rurais analisadas é expressiva, pois além do auxílio recebido na fase inicial do Programa com

algumas mudas de plantas, esta cultura apresenta uma maior facilidade em seu manejo, o que justifica o seu grande número de produtores.

Em Cambé, a produção frutífera é destinada exclusivamente para o consumo dos moradores; já, em Rolândia, 20,6% das famílias agregam valor a elas produzindo compotas de doces caseiros e até vendendo in natura.

Esta peculiaridade encontrada na Vila Rural da Paz em Rolândia se dá pelo auxílio recebido, tanto do governo estadual quanto da prefeitura local, na forma de cursos de conservas caseiras de doces e legumes, e, também, pela construção do Empório da Vila Rural, localizado no Distrito de São Martinho a 1 km da Vila Rural, o que facilita na sua comercialização. (Foto 6)

Foto 6: Empório da Vila Rural da Paz-Rolândia



Este é o Empório da Vila Rural da Paz em Rolândia. Fica próximo à Vila, no Distrito de São Martinho. Lá vendem: frutas, legumes e verduras in natura, compotas de doces caseiros e legumes, condimentos, pães, biscoitos.

Fonte: Karina Furini da Ponte, março/2003.

Segundo Maria Isabel Henrique, assistente social responsável pelo empreendimento, a idéia inicial para a construção do Empório surgiu da necessidade de um local para a venda dos produtos que fosse próximo a Vila, pois, anteriormente, os moradores comercializavam em feiras nas cidades, o que surtiu resultados satisfatórios, apesar da dificuldade encontrada para o transporte dos produtos.

Com isso, em 20/12/2002 foi inaugurado o Empório da Vila Rural da Paz em Rolândia a partir de verbas provenientes do Projeto Paraná 12 meses. Mas, apesar do pouco tempo de instalação, ele não está respondendo aos seus objetivos, pois a aceitação entre os moradores ainda é pequena, contando com apenas 3 famílias que trabalham efetivamente, ou seja, corresponde a um universo restrito, já que na Vila há 34 famílias.

As dificuldades encontradas para o sucesso do Empório ocorrem, principalmente, pelo baixo grau empreendedor dos moradores, uma vez que sempre venderam sua força de trabalho como empregados e, hoje, apresentam dificuldades em lidar com a posição de participantes de todo o processo produtivo e na circulação de mercadorias.

Outro fator está relacionado à própria insegurança gerada pelo mercado, nos quais estão sujeitos a preços, mercado consumidor e retorno financeiro. Deste modo, a condição de empregados proporciona uma remuneração mais segura e garantida, se comparada à instabilidade do mercado.

Como já foi mencionado, o milho além de representar um produto para a venda, se encontra também como uma grande representatividade em sua produção destinado ao consumo interno para as criações de animais.

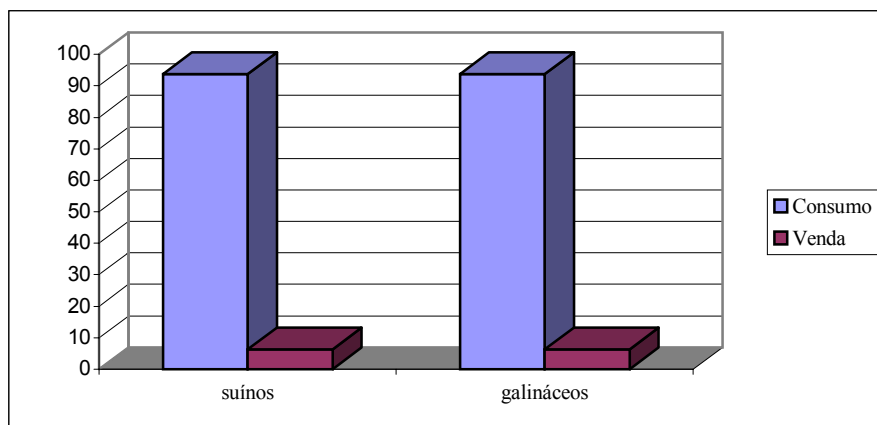
Na Vila Rural de Cambé, 62,2% ou 23 moradores têm algum tipo de criação de animais, destes, 43,2% ou 16 famílias se dedicam à criação de suínos e 43,2% ou 16 famílias à de galináceos; já, em Rolândia, 67,6% ou 23 moradores se dedicam a este tipo de atividade, sendo 41,2% ou 14 moradores para suínos e 55,9% ou 19 moradores para galináceos.³

Ainda, com relação à criação de animais, na Vila Rural de Cambé, a maior parte é destinada para o consumo interno, tendo apenas 6,3%, que além de utilizarem esta produção para o autoconsumo, vendem uma parte dela. (Gráfico 5).

Na Vila Rural de Rolândia, o destino na criação de animais também ocorre para o autoconsumo das famílias, sendo uma pequena parcela para a comercialização. Deste modo, 85,7% dos produtores de suínos consomem toda a produção e 14,3% comercializam parte dela; já, para os criadores de galináceos tem-se que 84,2% a utilizam apenas para o consumo e 15,8% comercializam. (Gráfico 6).

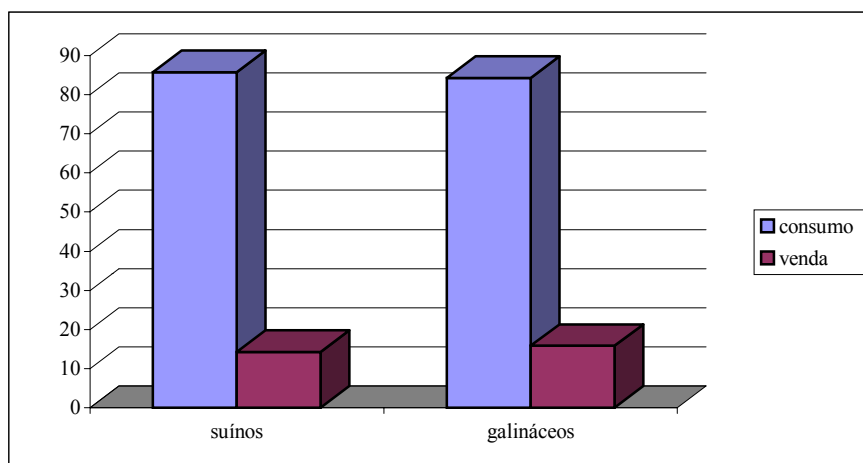
³ Tomamos como base de cálculo 100% para o número total de criadores, de modo a obter a porcentagem de criadores de animais por tipo: galináceos e suínos.

Gráfico 5: Destino da criação de animais na Vila Rural João Inocente -Cambé (%)



Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Gráfico 6: Destino da criação de animais na Vila Rural da Paz -Rolândia (%)

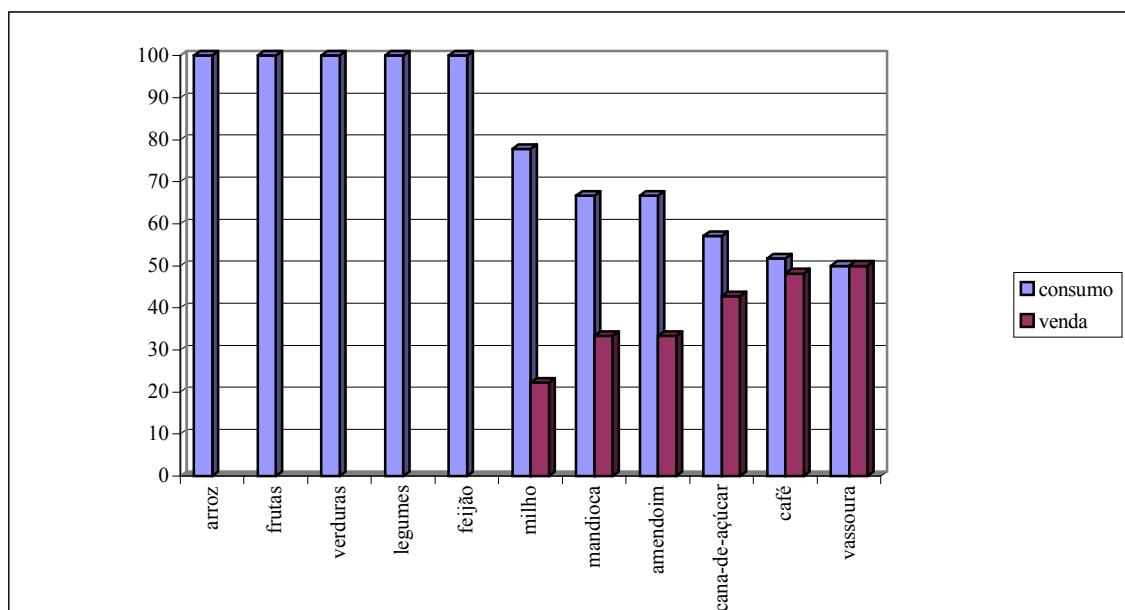


Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Segundo o IPARDES (2000), a produção agropecuária das Vilas Rurais destina-se predominantemente ao consumo familiar. Deste modo, verifica-se que é uma realidade presente tanto na Vila Rural da Paz em Rolândia como na Vila Rural João Inocente em Cambé, nas quais o grau de inserção ao mercado, como forma de obtenção de renda adicional, é insatisfatório.

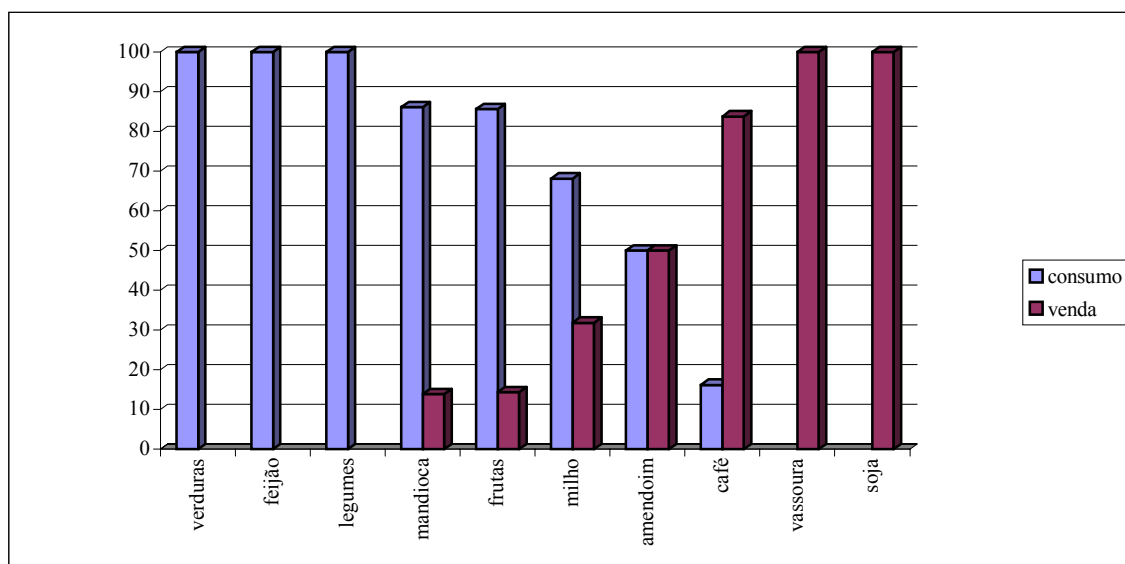
Esse fato pode ser demonstrado a partir dos dados coletados em trabalho de campo, onde se verificou que em Cambé 79,1% do volume total da produção agropecuária têm como destino o consumo interno dos moradores e apenas 20,9% são comercializados; já, em Rolândia, a porcentagem para o consumo é de 60,6% e o total destinado para a comercialização representa 39,4%. (Gráficos 7 e 8)

Gráfico 7: Destino da produção agrícola na Vila Rural João Inocente- Cambé, a partir do volume total produzido(%).



Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Gráfico 8: Destino da produção agrícola na Vila Rural da Paz- Rolândia, a partir do volume total produzido (%)



Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Esse fato se deve a vários fatores sendo, principalmente, o direcionamento do objetivo do Programa Vilas Rurais, que tem como base o lote como complemento de renda, servindo como local de moradia, produção para o autoconsumo e, se possível, vender o

excedente, o que foi comprovado que este representa uma pequena parcela, o que gerará uma renda na mesma proporção.

Seguindo o objetivo das Vilas Rurais, as condições oferecidas aos vileiros não proporcionam uma produção agropecuária com quantidade suficiente para a sua comercialização, pois além das reduzidas dimensões dos lotes (1/2 hectare), há a falta de incentivos para tal atividade. Deste modo, existe uma grande variedade de produtos cultivados e que ocorre em quantidades pequenas, devido às limitações já mencionadas (Fotos 7 e 8). Sendo assim, dificultará na venda destes, servindo, então, a maior parte da produção agropecuária, para o consumo dos moradores.

Foto 7: Produção Agrícola na Vila Rural João Inocente -Cambé.



Pode-se observar a grande variedade de produtos dos lotes da Vila Rural João Inocente em Cambé. Tem-se café e cana (a frente), banana e mandioca (ao fundo).

Fonte: Karina Furini da Ponte-março/2003.

Nesse sentido, salienta-se que o rendimento adquirido com a produção agropecuária nos lotes de ambas as Vilas estudadas serve como um complemento, pois o principal é obtido com o trabalho fora. Sendo assim, não se deve caracterizar os lotes das Vilas Rurais como unidades produtivas, pois estes se dão, principalmente, como forma de complemento mensal da renda.

Estes dados podem ser verificados a partir das Tabelas 6 e 7.

Foto 8: Produção Agrícola na Vila Rural da Paz -Rolândia.



Esta foto representa a variedade da produção agrícola na Vila Rural da Paz em Rolândia, na qual podemos encontrar o milho (a frente) e o café (ao fundo).

Fonte: Karina Furini da Ponte- março/2003

Tabela 6: Tipos de rendimento familiar na Vila Rural João Inocente -Cambé, referente ao mês de março-2003 (exceto o café)

Tipos de rendimento	média mensal por família	nº de famílias
atividades agropecuárias (exceto o café)	R\$88,25	9
transferência ou beneficiamento de produtos agrícolas	R\$270,00	2
atividades não-agrícolas no lote	R\$45,00	5
aposentadoria e pensão	R\$211,67	6
atividades fora do lote	R\$579,85	35
média da renda total da família	R\$628,00	37

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

O rendimento oriundo da transferência ou beneficiamento de produtos agrícolas está relacionado à transformação de determinados produtos agrícolas como forma de agregar valor à produção a fim de obter uma remuneração maior e alcançar um amplo mercado consumidor.

Tabela 7: Tipos de rendimento familiar na Vila Rural da Paz -Rolândia, referente ao mês de março-2003 (exceto o café)

Tipos de rendimento	média mensal por família	n° de famílias
atividades agropecuárias (exceto o café)	R\$97,17	12
transferência ou beneficiamento de produtos agrícolas	R\$39,00	7
atividades não-agrícolas no lote	R\$40,00	1
aposentadoria e pensão	R\$291,70	6
atividades fora do lote	R\$619,14	34
média da renda total da família	R\$675,80	34

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Nesse sentido, na Vila de Cambé este tipo de rendimento apresenta uma média maior, se comparado a Vila de Rolândia. Mas, desse total corresponde apenas duas famílias, sendo uma delas que se destina à transformação da cana em rapadura e outra que compra mandioca dos próprios vizinhos da Vila, agrega valor (limpa e ensaca) e depois revende na cidade.

Apesar de encontrar em Cambé uma renda mais significativa neste tipo de atividade, esta ocorre de forma específica, ou seja, apenas para 5,4% dos moradores; já, na Vila de Rolândia, tem-se uma remuneração menor, mas uma abrangência maior de famílias com 20,6% que se dedicam às atividades de produção de compotas de doces e conservas de legumes caseiros destinados à comercialização no Empório.

As atividades não-agrícolas nos lotes correspondem aos produtos artesanais como: crochês, guardanapos, colchas de retalhos, bolsas. Tal atividade é exercida exclusivamente pelas mulheres como forma de aumentar a renda familiar.

Em Cambé, as atividades não-agrícolas apresentam uma maior representatividade, e este fato se deve, principalmente, aos cursos oferecidos pela Prefeitura Municipal para a aprendizagem de tais atividades, o que se torna um estímulo às famílias.

Mas, a partir das Tabelas 6 e 7, tem-se que os principais rendimentos são derivados da produção agropecuária e do trabalho fora do lote, sendo o primeiro, apenas, como forma de complemento da renda principal que será obtida com as ocupações externas.

Analisando o rendimento da produção agropecuária, sem contabilizar o café⁴, tem-se que é mais elevado na Vila Rural da Paz em Rolândia e apresenta uma maior participação das famílias, contando com 35,3%; ao contrário da Vila Rural João Inocente em Cambé que tem apenas 24,3% das famílias envolvidas neste tipo de atividade.

Nesta análise ainda, ao acrescentar o café, verifica-se uma superioridade ainda maior para Rolândia, passando de 35,3% para 79,4% de famílias que se dedicam à produção agropecuária; e com relação à renda obtida, há um aumento de 108,2%. (Tabela 8).

Tabela 8: Tipos de rendimento familiar na Vila Rural da Paz -Rolândia, referente ao mês de março-2003 (inclui o café)

Tipos de rendimento	média mensal por família	nº de famílias
atividades agropecuárias (inclui o café)	R\$202,67	27
transferência ou beneficiamento de produtos agrícolas	R\$39,00	7
atividades não-agrícolas no lote	R\$40,00	1
aposentadoria e pensão	R\$291,70	6
atividades fora do lote	R\$619,14	34
média da renda total da família	R\$781,30	34

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Na Vila Rural de Cambé, se contabilizar o café, o acréscimo no número de famílias que exercem algum tipo de atividade agropecuária nos lotes passa de 24,3% para 45,9%, o que irá refletir na renda, havendo um acréscimo de 28,5%. (Tabela 9).

Há uma relação proporcional entre pessoal ocupado, com o trabalho nos lotes, e renda, pois quanto maior o número de pessoas envolvidas na produção agropecuária, maior também será a renda obtida. E, nesse sentido, a Vila Rural de Rolândia tem uma superioridade tanto no número de trabalhadores nos lotes como do rendimento dessa atividade.

O café representa um produto agrícola importante para as Vilas Rurais, principalmente, para Rolândia que tem um rendimento considerável para esse tipo de atividade. Mas, com relação ao destino de seu rendimento, observa-se que esse apresenta

⁴ Consideramos relevante realizar duas análises das atividades agropecuárias, uma contabilizando o café e outra sem contabilizá-lo, pois este produto tem uma representatividade particular no que se refere a quantidade de produtores, renda obtida e destino desta renda para as duas Vilas Rurais analisadas.

direcionamentos diferentes para ambas as Vilas, pois, em Cambé, ele serve como complemento da sobrevivência familiar; já, para Rolândia, devido ao seu alto grau de remuneração, ele é utilizado como forma de investimento ou poupança para os produtores.

Tabela 9: Tipos de rendimento familiar na Vila Rural João Inocente -Cambé, referente ao mês de março-2003 (inclui o café)

Tipos de rendimento	média mensal por família	nº de famílias
atividades agropecuárias (inclui o café)	R\$113,75	17
transferência ou beneficiamento de produtos agrícolas	R\$270,00	2
atividades não-agrícolas no lote	R\$45,00	5
aposentadoria e pensão	R\$211,67	6
atividades fora do lote	R\$579,85	35
média da renda total da família	R\$653,50	37

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Portanto, todo o rendimento agropecuário derivado do trabalho nos lotes, salvo o do café em Rolândia, representa um complemento para renda das famílias, tanto que a partir dos dados obtidos em trabalho de campo, observa-se que há uma unanimidade entre os moradores em afirmar que a renda do trabalho só com o lote não permite a sobrevivência das famílias, tanto na Vila Rural de Cambé como de Rolândia.

Sendo assim, a renda com o trabalho externo é a principal forma de sobrevivência dos vileiros. Este fato pode ser verificado a partir das Tabelas 6 e 7, nas quais esse rendimento é maior, se comparado aos outros tipos, tanto na Vila Rural de Cambé como de Rolândia.

Mas, mesmo assim, Rolândia apresenta um rendimento de trabalho fora do lote superior com uma diferença de R\$39,30 por família, se comparado com Cambé, o que vai refletir no grau de sobrevivência dos moradores, pois, questionados sobre as despesas, foi verificado que, em Cambé, 32,4% dos moradores afirmaram que a renda familiar mensal não é suficiente para pagar as despesas, enquanto que, em Rolândia, apenas 14,7% ressaltaram essa dificuldade.

A questão pode ser também verificada a partir dos dados referentes às prestações dos lotes, observando-se que na Vila de Rolândia há apenas 35,3% dos moradores com atrasos, e destes, a maior parte, ou seja, 14,7% está em débito com apenas uma parcela;

já, na Vila de Cambé, há 54,1% de famílias nestas condições e que a grande maioria tem 4 atrasos nas prestações (16,2%) , chegando a ter até 15 parcelas atrasadas. (Tabelas 10 e 11)

Tabela 10: Pagamento das prestações dos lotes na Vila Rural João Inocente -Cambé.

Está em atraso	Nº	%
Sim	20	54,1
Não	13	35,1
Lote quitado	4	10,8
TOTAL	37	100

Nº de prestações em atraso	Nº	%
1 prestação	1	2,7
2 prestações	3	8,1
3 prestações	2	5,4
4 prestações	6	16,2
5 prestações	2	5,4
6 prestações	1	2,7
7 prestações	2	5,4
8 prestações	2	5,4
mais de 9 prestações	1	2,7
TOTAL	20	-

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Portanto, em Rolândia, apesar de haver atrasos nas prestações, estas correspondem a poucas quantias; já em Cambé, o número é maior, o que vai refletir nas dificuldades encontradas para pagar as despesas de acordo com a renda obtida mensalmente pela família, ou seja, a renda mensal dos moradores não permite quitar as suas dívidas, principalmente, as prestações.

Com relação à renda mensal nas Vilas Rurais analisadas, verifica-se que em Cambé ela apresenta uma média de R\$653,50 por família; já, em Rolândia, esta se encontra em torno de R\$781,30, ambas referentes ao período de março/2003 e contabilizando a produção cafeeira. Estas tendem a baixar, caso não seja incluída a renda obtida com o café, tendo uma média de R\$628,00 para Cambé e R\$675,80 para Rolândia.

Tabela 11: Pagamento das prestações dos lotes na Vila Rural da Paz -Rolândia

Está em atraso	Nº	%
Sim	12	35,3
Não	20	58,8
Lote quitado	2	5,9
TOTAL	34	100

Nº de prestações em atraso	Nº	%
1 prestação	5	14,7
2 prestações	3	8,8
3 prestações	2	5,9
4 prestações	2	5,9
TOTAL	12	-

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

A partir de uma análise comparativa com a Avaliação de Impacto Sócio-Econômico da Atividade Vilas Rurais, realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento (IPARDES), na qual, dentre outros itens, retrata a caracterização de renda das famílias nas Vilas Rurais do Estado do Paraná, pode-se verificar que no ano de 1999 esta apresentava uma média de R\$284,43⁵.

Portanto, a Vila Rural da Paz em Rolândia e a Vila Rural João Inocente em Cambé apresentam uma média superior à verificada no Estado. Claro é que se deve considerar os diferentes períodos e momentos conjunturais que se referem ambos os dados, mas, mesmo assim, as Vilas analisadas apresentam uma renda maior.

Partindo desta perspectiva, pode-se concluir que os moradores de ambas Vilas encontram-se com um nível econômico elevado se comparado à situação encontrada em 1999, com isso, proporcionando melhores condições de vida e, assim, atingindo o objetivo do Programa Vilas Rurais, que é de aliviar a pobreza no meio rural.⁶

Mas, para um melhor esclarecimento dessa realidade, foi utilizado como base os critérios de análise para as diferentes situações sócio-econômicas dos moradores das Vilas Rurais estabelecidos pelo IPARDES (2000). Para isso, utilizou-se o rendimento mensal

⁵ Não há dados de 2003 para atualização. O único trabalho existente sobre a Avaliação das Vilas Rurais é de 2000, o que se refere às informações de 1999.

⁶ Tal objetivo está explícito no Projeto do Paraná 12 meses. Ver item 1.2.

per capita em dólares, conforme o Termo de Referência de Contratação das Avaliações da Atividade Vilas Rurais.

Com isso, estabeleceu a linha de US\$30/mês per capita para a condição de extrema pobreza, US\$60/mês para a linha de pobreza e os moradores que se encontram acima desta média apresentam melhores condições sócio-econômicas.

A partir deste estudo, foi verificado que, no ano de 1999, 83,7% das famílias moradoras das Vilas Rurais no Estado encontravam-se em situação de pobreza, tendo 41,5% de pessoas extremamente pobres; ao passo que foram encontrados 10% com condições um pouco mais favoráveis e apenas 2,2% de moradores que não se enquadram no programa de alívio à pobreza. (Tabela 12)

Tabela 12: Distribuição do rendimento mensal per capita nas Vilas Rurais do Paraná-1999⁷

Rendimento mensal per capita (US\$/mês/pessoas)	%
menos de 30	41,5
de 30 a menos de 60	42,2
de 60 a menos de 90	10,4
de 90 a menos de 120	1,8
120 e mais	0,4

Fonte: IPARDES (2000)

Org.:Karina Furini da Ponte, 2003

Portanto, apesar do pouco tempo de instalação das Vilas Rurais, no período da avaliação do IPARDES (abril e maio/1999), as famílias ainda se encontravam, na sua maior parte, em um nível de pobreza elevado. Agora, a partir dos dados coletados em março/2003 na Vila Rural João Inocente em Cambé e na Vila Rural da Paz em Rolândia, podem-se ter exemplos pontuais da eficácia ou não desse objetivo do Programa, que é a ação de alívio à pobreza para os moradores das Vilas.

Sendo assim, ao observar as Tabelas 13,14,15 e 16 tem-se que a maior parte dos moradores, de ambas Vilas Rurais analisadas, se encontra em níveis de pobreza. Com isso, ao analisar as condições sócio-econômicas a partir do rendimento mensal per capita vê-se que a aparente elevação da renda, se comparada ao período de 1999, não significa sua melhoria de vida.

⁷ O total não corresponde a 100%, pois faltaram dados nas informações do IPARDES (2000)

Tabela 13: Distribuição do rendimento mensal per capita na Vila Rural João Inocente-Cambé, referente ao mês de março/2003 (exceto o café)

Rendimento mensal per capita (US\$/mês/pessoas)	Nº	%
menos de 30	70	38,5
de 30 a menos de 60	90	49,5
de 60 a menos de 90	19	10,4
de 90 a menos de 120	1	0,5
120 e mais	2	1,1
TOTAL	182	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Tabela 14: Distribuição do rendimento mensal per capita na Vila Rural João Inocente - Cambé, referente ao mês de março/2003 (inclui o café)

Rendimento mensal per capita (US\$/mês/pessoas)	Nº	%
menos de 30	70	38,5
de 30 a menos de 60	90	49,5
de 60 a menos de 90	19	10,4
de 90 a menos de 120	0	0
120 e mais	3	1,6
TOTAL	182	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Tabela 15: Distribuição do rendimento mensal per capita na Vila Rural da Paz-Rolândia, referente ao mês de março/2003 (exceto o café)

Rendimento mensal per capita (US\$/mês/pessoas)	Nº	%
menos de 30	58	36,3
de 30 a menos de 60	74	46,2
de 60 a menos de 90	24	15
de 90 a menos de 120	4	2,5
120 e mais	0	0
TOTAL	160	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Tabela 16: Distribuição do rendimento mensal per capita na Vila Rural da Paz - Rolândia, referente ao mês de março/2003 (inclui o café)

Rendimento mensal per capita (US\$/mês/pessoas)	Nº	%
menos de 30	35	21,9
de 30 a menos de 60	90	56,3
de 60 a menos de 90	22	13,7
de 90 a menos de 120	13	8,1
120 e mais	0	0
TOTAL	160	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

A partir destes dados, pode-se ressaltar duas questões. A primeira se refere à produção cafeeira, o que em Rolândia contribuiu para diminuir as famílias que se encontravam na linha de extrema pobreza; já, em Cambé, este quadro não se alterou, devido a vários fatores já mencionados como a pouca quantidade produzida e a renda obtida com este tipo de cultura.

Outro fator está relacionado à diferença entre os níveis sócio-econômicos dos moradores de Cambé e Rolândia. Para isto, há uma superioridade de Rolândia, pois nesta Vila 78,2% de suas famílias se encontram nos níveis de pobreza e 21,8% estão acima deste; já, na Vila de Cambé, há 88% e 12%, respectivamente.

Esse fato se deve a vários motivos, pois em Rolândia a renda mensal por família é superior, principalmente, a partir das atividades externas, o que representa a maior parte, e os incentivos como forma de aumentar a remuneração obtida com a produção no lote.

Portanto, apesar da média na linha de extrema pobreza ser menor, para as duas Vilas, se compararmos às informações de 1999, tem-se que o objetivo do Programa Vilas Rurais para amenizar o nível de pobreza das famílias de trabalhadores rurais não foi alcançado, pois este pouco melhorou suas condições de vida. É uma das limitações do Programa Vilas Rurais, pois proporcionam determinadas condições que não surtem resultados para as famílias que permanecem na situação de pobreza ou até de extrema pobreza.

Esta análise de como é constituído o Programa Vilas Rurais, suas infra-estruturas, sua produção e renda, permitirá dar os encaminhamentos necessário para uma análise do Programa de modo que ofereça uma compreensão de seus sentidos e elementos que envolvem esta problemática.

CAPÍTULO 2: O PROGRAMA VILAS RURAIS E AS NOVAS RURALIDADES

2.1) TRANSFORMAÇÕES NO RURAL E O PROCESSO DE “URBANIZAÇÃO DO CAMPO”.

No transcorrer da história mundial, a realidade do rural e do urbano vem se alterando. Tais mudanças refletem a própria conjuntura econômica, política e social de cada época, o que, conseqüentemente, leva à inserção ou ao fortalecimento de certas características para cada território, e, também, novos tipos de relações entre eles.

Segundo Pérez (2001), a partir do século XVIII inicia-se um processo de transformação da sociedade, na qual a idéia de progresso surge como o caminho a ser trilhado pela humanidade a fim de avançar do passado para um futuro, ou seja, passando do atrasado para o moderno, do rural para o urbano, da agricultura para a indústria.

Esta passagem culminou com a Revolução Industrial no século XIX, na qual alteraram-se as estruturas econômicas, políticas e sociais daquela época, pois estas passaram a dar maior ênfase à indústria. Com isso, houve um *boom* nos setores industriais com o crescimento tanto da produção, quanto na absorção no número de empregos, fazendo com que esses setores passassem a garantir uma maior contribuição no PIB nacional.

Neste sentido, a agricultura e o rural perderam espaço diminuindo sua importância para a economia, pois estes já não mais proporcionavam a rentabilidade semelhante aos setores industriais e urbanos. Passaram, assim, a considerar o rural como espaço periférico, atrasado e residual; já, o urbano, no qual se encontravam as indústrias, como o moderno e o progresso (PÉREZ, 2001).

Nesse momento, o rural e o urbano são apresentados com uma perspectiva dicotômica, como sendo pólos opostos, separados e com características antônimas.

Tal visão associa o rural ao atraso, à baixa densidade populacional, ao isolamento, à falta ou precariedade de infra-estrutura. Já, o urbano apresenta um significado de progresso, desenvolvimento, modernidade, dinamicidade, concentração de serviços, infra-estruturas, comércio, indústria, representando os elementos que permitem o desenvolvimento.

Como afirma Alentejano (1998, p.31), “a visão dicotômica representaria então o próprio caminho para afirmar pouco a pouco a morte do rural”, pois o campo enquanto tal, ou seja, baseado em técnicas precárias, produção predominantemente para o autoconsumo, não possuía elementos que permitissem o desenvolvimento econômico, sendo um empecilho para a lógica do capital.

Essa visão dicotômica predominou fortemente até a década de 1970, mas a partir deste período, o mundo vem passando por várias transformações resultantes da crise do sistema do capital, o que por sinal provocou alterações nas configurações dos territórios e nas relações sociais. Deste modo, o meio rural vem se transformando internamente e assumindo “novas” feições⁸, o que vem caracterizar novos tipos de articulações com o meio urbano.

Nesse sentido, para o capital e o Estado é necessário transformar este tipo de campo a fim de torná-lo viável e que também não sirva como um empecilho para sua lógica. Sendo assim, irá estabelecer laços e características que propiciem a criação de condições para a reprodução e acumulação do capital.

Dentre estas novas características do campo, encontra-se o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas e a pluriatividade da população rural, o que na verdade não tem nada de novo; a mecanização e industrialização do processo produtivo agropecuário; o rural como local de moradia e lazer; a instalação de infra-estrutura social como energia elétrica, abastecimento de água, educação, saúde. Todos os elementos considerados “urbanos”, pois até então estavam predominantemente no meio urbano. É por essa nova configuração do rural que se prolifera a perspectiva de “urbanização do campo”.

Ao considerar esta maior ligação entre os espaços rurais e urbanos e as novas características “urbanas” no campo aparentemente a visão dicotômica desaparece, pois o que antes eram pólos opostos hoje são integrados. Mas a perspectiva de “urbanização do campo” afirma essa dicotomia, pois se não considera o rural como o atrasado e sem perspectiva de progresso para que urbanizá-lo? Então, o processo denominado de “urbanização do campo” surge para afirmar a dicotomia entre os territórios rurais e urbanos, pois se o rural, nesta visão, é tido como o atrasado, qualquer inserção de elementos, ditos urbanos, afirmam seu desenvolvimento, como se só as características das cidades representassem o progresso.

A perspectiva de “urbanização do campo” relaciona tais transformações do rural a um processo de política de desenvolvimento rural no sentido de retirar o atraso no campo, pois este tem como base um modo de vida e uma produção precária e tradicional⁹, o que leva ao seu baixo nível de progresso. Para isso, é necessário partir de características “urbanas”, pois estas representam o desenvolvimento.

⁸ Feições e características apresentam o mesmo significado.

⁹ As formas precárias e tradicionais nas quais se referem ao campo estão ligadas à falta de aplicação de tecnologia, pois tem como base métodos que consideram o calendário natural das plantas, rotatividade de culturas, e a falta de competitividade desta população que tem como estilo de vida a cooperação e ajuda mútua.

Tais intenções não têm como foco a busca pelo desenvolvimento para retirar o atraso do rural, mas apresenta-se, principalmente, como uma forma de negar assistência a esta agricultura familiar e amenizar o problema do desemprego no campo. Desse modo, impõem ao rural ampliar suas atividades econômicas, partindo para as ocupações não-agrícolas, pois até então o campo era visto como local predominantemente destinado à produção agropecuária.

Tais atividades além de servirem como estratégia para camuflar os problemas do rural, sem que haja a necessidade de intervenção estrutural do Estado, servem também como meio de adaptar tal território de modo que seja conveniente para a lógica do capital.

Portanto, observa-se que o campo ainda é visto a partir de uma perspectiva depreciativa como sendo o atraso, e as cidades como o moderno. Esta visão representa a base do pensamento urbano e do capital, pois para eles tais modos de vida não são compatíveis com sua lógica, sendo também uma forma unilateral de análise em que só essa vertente é a verdadeira e correta diante de toda a situação como se fosse a salvação da sociedade.

Este método de análise que considera a “urbanização do campo” com todas as suas implicações é a visão predominante no meio acadêmico, tendo como uma de suas referências Graziano da Silva. Nesse sentido, tem-se como objetivo lançar questionamentos e reflexões para outro (s) possível (is) método (s) de análise que possibilite (m) entender a importância do rural para a sociedade a partir de suas peculiaridades, de uma forma que possa apreender suas transformações sem denominá-las de “urbanização do campo” e sem acreditar que este tende a um fim.

É necessário entender o campo como um espaço diferenciado e singular, no qual predominam certas características que apresentam uma importância para a população envolvida e para o conjunto da sociedade; e são consideradas características tradicionais, pois para a visão de progresso apenas as tecnologias e a competitividade são modernas e dinâmicas, o que leva ao desenvolvimento.

Sendo assim, a expansão das relações urbanas, como características consideradas modernas, é um dos elementos que apresentam uma relevância para o capital na medida que favorecem suas leis com a produção de territorialidades que serão, de certa forma, subordinadas à sua lógica.

São consideradas tradicionais frente as tecnologias de ponta existentes atualmente e ao caráter empreendedor imposto pelo mercado.

É nesse sentido, da transformação das características do rural, que se propaga sua “urbanização”, pois seus elementos específicos foram alterados, assimilando características antes dominantes apenas no meio urbano como as infra-estruturas sociais, técnicas de produção tecnificadas, ampliação do setor de serviços como lazer, moradia¹⁰. Com isso, o rural está assumindo elementos antes não peculiares a esta realidade, ou que alguns deles já existiam, mas que vem apresentando uma expressividade maior. O campo já não é mais o mesmo de outros períodos, está se configurando novas relações e características. É deste ponto que a análise partirá.

Como o Programa Vilas Rurais tem por pressupostos essas novas ruralidades, principalmente, porque é uma política pública baseada no processo de “urbanização do campo”, considera-se relevante entender este método de análise, o que contribuirá para posterior reflexão e crítica de suas características.

As novas ruralidades são as diferentes realidades evidenciadas no rural atualmente como a instalação de certas infra-estruturas sociais como energia elétrica, abastecimento de água, sistema de saúde, educação; as atividades não-agrícolas no campo; a ampliação do setor de serviços no rural como moradia e lazer. Sendo que tais características apresentam-se com formas e intensidades diferentes para as localidades. É a partir destas “novas” características que se afirma o processo de “urbanização do campo”, pois são elementos que até então se concentravam nas cidades.

O termo “urbanização do campo” foi difundido no Brasil, principalmente, com os trabalhos de Graziano da Silva, tendo como marco a obra “O Novo Rural Brasileiro” de 1999, apesar de que esta perspectiva já estava sendo encaminhada a partir do “Projeto Rurbano” coordenado pelo mesmo autor.

Para Graziano da Silva (1999), o processo denominado “urbanização do campo” refere-se tanto ao desenvolvimento e aplicação de técnicas industriais na agricultura, quanto à implantação de características ditas “urbanas” no campo como as infra-estruturas sociais. Pois, segundo o autor:

No caso brasileiro, cinco grupos de políticas são fundamentais para o desenvolvimento do novo rural, a saber:...

b) políticas de urbanização do meio rural (sic) visando a criação de infra-estrutura de transportes e comunicações, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação... (Graziano da Silva, 1999, p. 122)

¹⁰ É necessário lembrar que tais características não abrangem todos os espaços rurais, são exemplos pontuais dentro da realidade rural brasileira.

A perspectiva de “urbanização do campo” acredita que o urbano irá se sobrepôr ao rural eliminando tal espaço, pois haverá uma homogeneização deles, predominando as características urbanas. (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Esse método de análise é muito questionável na medida que não contempla a realidade. Por isso, se torna relevante realizar algumas reflexões em torno de sua denominação e seu sentido, pois não se deve utilizar uma teoria ou método sem a crítica.

Deste modo, “urbanização do campo” é a representação de um pensamento urbano-centrado (WANDERLEY, 2001a), em que as cidades são espaços totalizantes, determinantes e dominantes sobre o meio rural, pois este, baseado em características diferenciadas das urbanas, apresenta especificidades que não podem ser consideradas modernas, uma vez que sua organização está alicerçada em princípios mais tradicionais, se comparado ao setor urbano/industrial.

Essa visão da “urbanização do campo” representa um determinismo urbano, como se todos os espaços fossem dominados pela cidade e seu modo urbano, sendo este o único espaço capaz de transformar a si próprio e aos outros. Apresenta-se também como uma visão de mundo em que se compreende o desenvolvimento socioeconômico como um processo linear, no qual a sociedade, num futuro próximo, será “totalmente” urbana.

Não há dúvidas de que os espaços urbanos, através de diversas relações sociais expressas em suas territorialidades, subordina o meio rural imprimindo novos tipos de relações como a inserção de atividades de serviços como o turismo rural, a ampliação das ocupações rurais não-agrícolas. Todavia, também o rural influencia o urbano por meio de suas próprias territorialidades, manifestas em diversos tipos de relações culturais, sociais e políticas como a extensão de modos de vida, culinária, expressões culturais como as festas de rodeio. Entretanto, afirmar que o rural se urbanizou, afirmando sua decadência a caminho de sua extinção, não é verdadeiro.

Essa é uma visão centrada no urbano, o que resulta em políticas públicas - Programa Vilas Rurais que trata o assentamento dos trabalhadores rurais volantes ou bóias-frias apenas para suprir os interesses da classe dominante e como uma forma de não alterar a estrutura fundiária.

Ao tratar do caráter urbano imposto pelo Programa, a partir do processo de “urbanização do campo”, está-se apenas demonstrando o sentido dado pelo governo como uma forma de garantir a reprodução do capital. Não foi considerado que o rural está assumindo feições urbanas e que vá desaparecer, ao contrário, ele está sim se alterando e adaptando-se às novas exigências impostas pela conjuntura mundial e local.

Então, ao propor a discussão do método de análise de “urbanização do campo”, servirá para uma compreensão de como este processo vem ocorrendo e quais suas intenções. Deste modo, faz-se necessário tal discussão na medida que o objeto de análise traz embutido esta tendência.

O método de análise da “urbanização do campo” subentende que, pelas inserções de características urbanas no rural e suas transformações territoriais, este tende a desaparecer. Mas os espaços não são estáticos, há agentes que os modificam constantemente alterando suas características. Neste sentido, Rémy apud Wanderley (2001a, p. 02) afirma que “o ‘rural’ não se constitui como uma essência imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma” para existir como espaço singularmente rural. Sendo assim, não há seu fim, mas a emergência de uma nova ruralidade e não sua urbanização.

Esta nova fase, marcada pelo processo de globalização, transformações pós-fordistas das relações de produção e precarização das relações de trabalho, não vem afirmar o fim do campo, mas sim novas relações que estão sendo estabelecidas de modo que o urbano e o rural possuem necessidades que ambos poderão suprir.

Nesse sentido, Wanderley (2001a) oferece importantes contribuições ao analisar o rural como um espaço que apresenta particularidades históricas, sociais, econômicas e culturais que proporcionam sua integração ao resto do território. Mas estas relações não anulam suas especificidades, ao contrário, faz com que ocorra esta integração e cooperação. Com isso, o rural se torna um local específico e diferenciado das outras realidades.

Siqueira (2001) ao analisar alguns clássicos das Ciências Sociais¹¹, como por exemplo, Marx, Weber, Durkheim, Parsons, ressalta que no percurso do desenvolvimento histórico as sociedades e culturas vão se diferenciando, sendo este processo uma dialética, pois ao mesmo tempo em que gera uma autonomia de cada espaço, cria-se também uma maior interdependência entre eles.

Essas diferenças permitem uma integração dos espaços. Mas acredita que apesar da dominação das cidades sobre o campo, este não tende a desaparecer, pois ao mesmo tempo em que se interagem, mantêm suas particularidades para que possam permanecer nessa

¹¹ Utilizamos alguns autores das Ciências Sociais, pois na Geografia este debate sobre campo/cidade e rural/urbano não apresenta a mesma amplitude e desenvolvimento havendo apenas alguns autores como Alentejano e Rua com trabalhos nesta perspectiva. Neste sentido, tem-se a pertinência de estudos nesta temática de modo que a Geografia possa contribuir nesta abordagem.

relação, criando, também, as tensões e os conflitos entre os espaços, estabelecendo uma dialética deles.

O capital utiliza os diferentes espaços para seguir sua lógica. Sendo assim, através das diversas formas de territorialidades, subordiná-os a fim de garantir sua reprodução e acumulação. Com isso, tanto o rural como o urbano são espaços de que o capital necessita para prosseguir sua lógica e é através destas diferentes realidades que expressa seu jogo de interesses.

Nesse sentido, Moreira (1985, p.156) ressalta que a lógica do capital está contida na relação entre dominantes e dominados e “a relação cidade-campo é o plano geral das alianças a partir do qual a burguesia pratica seus estratégias espaciais com o intuito de ordenar sua hegemonia de conjunto”, ou seja, utiliza-se destes diferentes espaços para operar o seu controle, sua dominação, e, conseqüentemente, ampliar seu capital.

Nessa aliança, a cidade é a base territorial onde se concentra o poder das oligarquias e do Estado, *locus* de regulação e de administração de toda a ordem nacional, sendo o espaço dos dominantes; já, o campo é o local dominado e subordinado no qual oferece as vantagens para tal acumulação (MOREIRA, 1985).

Com isso, o rural é uma das realidades de que o capital necessita, pois a sua lógica consiste na criação de relações espaciais e sociais a serem dominadas, o que dificulta acreditar na sua eliminação, como prega o processo de “urbanização do campo”.

Nesse processo de mudanças no rural, deve-se entender que não é só este espaço que alterou, mas o urbano também, pois o capital promove a reorganização espacial para ordenar sua hegemonia.

Segundo Alentejano (1998, p.43) “não se trata da eliminação pura e simples do rural e sua transmutação em urbano, mas de um fenômeno mais complexo, onde um novo urbano e um novo rural surgem do choque entre ambos”, ou seja, não foi só o campo que se modificou devido a estas transformações conjunturais, mas as cidades também, de modo que algumas delas ainda permanecem em estágios de desenvolvimento que não acompanharam o processo de urbanização e industrialização.

Dentro dessa perspectiva de transformação do rural, há a emergência de certas características, algumas novas, outras não tão novas assim, mas que vem ressurgindo com novas modelagens. Neste sentido, encontra-se a disseminação de ocupações rurais não agrícolas, com o uso do solo rural para atividades “ditas urbanas”, como moradia, lazer, atividades industriais (como forma de agregar valor aos produtos agrícolas), prestação de

serviços e o conjunto de “novas” atividades localizadas em nichos específicos de mercado como: floricultura, piscicultura, criação de animais exóticos.

Nesse contexto, pode-se questionar: será que a moradia é tida como elemento característico apenas dos meios urbanos¹²? Esta é uma visão, como afirma Wanderley (2001a), urbana-centrada de que as cidades representam os setores dinâmicos que detêm as infra-estruturas necessárias, o poder político, administrativo, econômico e que é o espaço no qual se concentra a maior parte da população no Brasil.

Por outro lado, há um estigma com o meio rural, tido como atrasado, por ter menor densidade populacional, falta de infra-estrutura e é conhecido também pelo isolamento. Por isso, é que os elementos citados não podem ser considerados rurais. Pois o campo é visto apenas como local de produção agrícola e de fornecimento de mão-de-obra, sendo reconhecido como um “quintal das cidades”, o qual tem a função de suprir as demandas do meio urbano, ou seja, um espaço de importância secundária.

Mas, apesar deste estereótipo, deve-se desmistificar certas associações a esses territórios para perceber que há novos rurais e novos urbanos se concretizando no Brasil. Os processos de desenvolvimento no campo e na cidade são desiguais, todavia não é possível fazer uma leitura linear, em que só se observa o desenvolvimento nas cidades. Existem espaços rurais em pleno desenvolvimento tanto por meio de grandes projetos, como por exemplo: a região do médio Vale do São Francisco, a implantação da soja no Mato Grosso; quanto pela consolidação de processos históricos de colonização, como, por exemplo: a região da Serra Gaúcha.

Outro item que pode ser considerado é o aspecto da preservação ambiental como um processo restrito ao rural. Pode-se observar pela realidade que há muitos espaços urbanos onde encontra-se uma enorme preocupação com esta questão, buscando cidades menos artificiais, construindo parques e reservas naturais como forma de lazer para a população e como meio de tentar conter os efeitos da poluição que assolam muitos municípios brasileiros por causa dos altos níveis populacionais e industriais. (ALENTEJANO, 1998)

E, por fim, cabe ainda dizer que, segundo Alentejano (1998, p.42), “o isolamento, a visão de mundo provinciana e as relações impessoais restritas, porém densas, atribuídas ao rural, são hoje também altamente questionáveis”; pois atualmente há uma difusão dos meios de comunicação, alcançando até os espaços rurais, considerados alheios aos acontecimentos mundiais e até locais.

¹² Tomou-se como base de análise a moradia, pois é uma das características “urbanas” evidenciadas no Programa Vilas Rurais.

Por essa razão, afirmar o caráter atrasado imprimido ao campo é muito mais uma visão política do que uma compreensão da realidade. Representa também um desconhecimento desse contexto, pois o campo está em transformação, incorporando infra-estruturas antes concentradas apenas nas cidades, que, por sua vez, também apresentam espaços de absoluta precarização com total ausência de infra-estrutura, indo de encontro com o que afirma Wanderley (2001a ,p.25), de que “só há espaços porque há uma série de diferenças”, mesmo dentro daqueles ditos iguais.

Além do campo como moradia, há a inserção, apenas em exemplos pontuais, não se restringindo a toda a realidade rural, de certas infra-estruturas sociais como: escola, atendimento de saúde, energia elétrica, água. Neste sentido, afirma-se erroneamente sua “urbanização do campo”, mas não se deve entender que só porque esses elementos estão com uma concentração maior nas cidades, deste modo são urbanos, é que são exclusividade apenas dos moradores urbanos, pois todos têm o direito básico à assistência mínima em seu espaço de vida, tanto a população rural quanto a urbana. Então não é porque está havendo a inserção destes em alguns territórios rurais é que estão sendo urbanizados.

Outro item relevante para esta análise está centrado nas ocupações rurais não-agrícolas, com o uso do solo no meio rural abrangendo atividades que não contemplam a agropecuária propriamente dita, além da questão do trabalho fora do lote em atividades urbanas.

Como a visão predominante acredita que o campo é destinado exclusivamente para atividades agropecuárias, as atividades não-agrícolas representariam características “urbanas”, ou seja, de uma certa forma, está ocorrendo o processo de “urbanização do campo”, pois estão emergindo novas atividades não específicas ao seu meio.

Nesse contexto, torna-se relevante analisar o que há de novo nessas atividades. Ao compreender o campesinato na história, a partir das obras de Chayanov (1974), tem-se que sempre ocorreu a busca por atividades não-agrícolas como estratégias de sua sobrevivência em momentos de crise, ou seja, recorreram a outros tipos de atividades para complementar sua reprodução. Então, a utilização de ocupações não-agrícolas não é recente, o que alterou foram os tipos de ocupações que surgem de acordo com as necessidades atuais impostas pelo mercado e o sentido desta estratégia que passou de uma simples forma acessória de sobrevivência na terra pela população rural para uma estratégia imposta pelo capital.

Portanto as definições dos espaços rurais não vão depender apenas do grau de concentração desses elementos; mas também das relações tanto econômicas, políticas como sociais que a população tem com a terra.

Quando se assume essa visão do campo como espaço atrasado e dependente do urbano, é renegada qualquer função social e necessidade que a população rural possua, como se esta não necessitasse morar, ter momentos de lazer e, além de tudo, não precisasse de infra-estruturas. Portanto qualquer introdução destes elementos no cenário rural afirma que houve um processo de “urbanização”, mas na verdade são requisitos básicos de sobrevivência de qualquer população, independentes de sua origem e de seu lugar.

Esta associação de certas infra-estruturas serem de caráter urbano (energia elétrica, água, saúde, educação) deriva, em parte, da sua concentração neste espaço, uma vez que o meio rural é conhecido pelo estigma de baixo nível de renda e de dificuldade ao acesso a determinados bens e serviços, pois estes são raros nessas localidades, tendo a população rural que recorrer ao urbano para usufruí-las.

Há sim a inserção de novos elementos ao rural que até então eram predominantemente urbanos (infra-estrutura, serviços), mas não se pode considerar como peculiaridades urbanas, uma vez que os denominar dessa forma é afirmar que são exclusivos de tais territórios, sendo que toda a população necessita de tais necessidades. Então, ressaltar como caráter urbano é afirmar que apenas a população urbana tem tais direitos.

Desse modo, é cômodo afirmar a “urbanização do campo”, pois ao mesmo tempo em que se nega a importância do meio rural se afirma que não são necessárias políticas restritas aos setores agropecuários, pois esses empregos tendem a diminuir. Sendo assim, propagam determinadas atividades não-agrícolas como sendo a única estratégia que deverá ser adotada, como se a responsabilidade do sucesso ou do fracasso fosse da população rural.

Portanto, denominar de “urbanização” as transformações no campo é negar a própria condição específica deste, pois tais políticas que visam desenvolvimento não têm como objetivo maior as necessidades da população rural, mas sim os interesses das classes dominantes.

É necessário ressaltar que a centralidade assumida pelo termo “urbanização do campo” nessa análise surge pelo próprio contexto acadêmico no qual está inserido, pois a utilização desse apresenta-se com uma abrangência significativa, na qual a maior parte dos teóricos o utiliza para associar as transformações no rural.

Mas, há também outros termos para designar tais alterações das características do campo, como, por exemplo, a denominação de “urbanidades no rural”, trabalhada por Rua (2002), a partir das obras de Poulle e Gorgeu.

Segundo Rua (2002), tal conceito contempla todas as manifestações do urbano em áreas rurais, como, por exemplo, a instalação de infra-estrutura e de meios de comunicação, novas formas de lazer, valores, atitudes, padrões de comportamentos, sem denominá-las de urbanizadas.

Rua (2002) sugere a utilização do termo “urbanidades no rural” como um conceito que melhor abrange a realidade rural a partir de suas alterações, pois é necessário entender que o espaço rural sofreu modificações assumindo características ditas urbanas, mas sem que isso demonstre um processo de destruição do rural. Deste modo, a escolha pelo termo “urbanidade” surge como uma forma mais coerente de explicar tal contexto na medida em que, para o autor, o termo “urbanização” dificulta a compreensão dos processos em curso e o termo “novas ruralidades” coloca uma ênfase sobre o rural diante do urbano.

Concorda-se com Rua (2002) ao afirmar que a denominação de “urbanização do campo” não contempla a realidade colocada atualmente para os espaços rurais. Sendo assim, o termo “urbanização do campo” significa que as características peculiares do rural estão se transformando em urbanas. Desta forma, denota-se que pouco a pouco estas tendem a desaparecer incorporando aos espaços urbanos. Outro sentido do termo é o político que, na inviabilidade de sustentação do rural como tal, altera-se seu significado.

Já o termo “urbanidade no rural”, representa de forma mais completa a transformação das características rural, mas não optou-se por sua utilização na medida em que tal denominação pressupõe que tais elementos inseridos no campo são característicos apenas do meio urbano como só esta população tivesse direito ao seu acesso. Não é porque apresenta uma concentração nas cidades é que são urbanas. Consideram-se tais elementos como necessidades de todas as pessoas, independente de sua localidade.

Sendo assim, a opção foi pelo termo “novas ruralidades”, pois compreende-se que este tende a abarcar de forma mais satisfatória todo esse contexto.

O conceito de “novas ruralidades” vem explicitar a emergência de novos rurais se concretizando, espaços que se transformaram e se adaptaram devido às novas conjunturas globais e locais, mas sem que houvesse uma metamorfose ou homogeneização em modos urbanos, havendo seu fim.

Utilizar a designação “novas ruralidades” chama a atenção para as peculiaridades e importância do rural diante de um contexto em que só o urbano é

considerado como o principal modo de progresso e desenvolvimento. Desta forma, ressaltar o termo rural é demonstrar sua relevância para a sociedade, pois como apresenta estilos de vida e de produção diferenciados, não significa seu atraso, mas sim outras formas de realidade e que devem ser consideradas dentro do contexto geral.

Desse modo, a opção pela utilização de determinados termos demonstra nosso posicionamento perante a realidade. Com isso, denominar o rural de hoje a partir de um processo de “urbanização” é mostrar nossa posição diante da insatisfação do rural tal como é, sem considerar sua importância.

Portanto, afirmar a “urbanização do campo” é uma forma de negar a relevância do rural, o que contribui para afirmar a negligência de políticas públicas estruturais nesse espaço. Sendo assim, criam formas alternativas de serviços no campo para que este não seja um problema para o Estado e, ainda, formando locais convenientes para a lógica do capital.

Entende-se que “urbanizar” o campo está muito mais relacionado aos interesses do capital, juntamente com o Estado, como uma forma de criar territorialidades para suas manobras e, ainda, alienar a sociedade diante das condições vivenciadas pela população rural do que um meio de atender aos verdadeiros anseios dessa camada.

2.2) DIALOGANDO COM TEÓRICOS SOBRE MÉTODOS E CONCEITOS DO RURAL.

Ao propor analisar o método de análise da “urbanização do campo”, buscando questionar seus pressupostos, na medida que não se considera tal processo verdadeiro, torna-se relevante neste momento, entender o que é o rural e quais são suas características para que assim possa compreender suas peculiaridades e suas transformações sem classificar como “urbanizado”.

O processo de “urbanização do campo” fez com que houvesse uma distorção das características do rural, pois sua transformação e inserção ou fortalecimento de certos elementos afirmam, nesta vertente, que ocorreu tal processo. Sendo assim, tornou-se complicado definir o que é rural, pois este espaço não se configura como até então era concebido.

Nesta parte, pretende-se abordar as diferentes conceituações em torno do termo rural, pois com as transformações desse espaço tem-se alterado suas configurações dificultando uma definição precisa. Deste modo, considera-se relevante realizar uma análise

de como esse espaço tem sido entendido a partir de diferentes fontes e sugerir reflexões para se pensar em um rural que não é mais o mesmo, mas que mantém ainda algumas peculiaridades inerentes às suas características.

Em cada momento histórico, o rural apresenta diferentes conceituações e, mesmo dentro de cada período, há vários tipos de realidades rurais, pois além de depender das transformações globais, dependem também de fatores locais, o que os obriga a adaptar-se a certos fatores para sobreviver.

Não há uma definição universal do significado do rural, mesmo porque são encontrados contextos diferentes em cada localidade. Contudo, considera-se relevante abordar as diferentes perspectivas e suas limitações, o que contribuirá para posterior análise que fornecerá subsídios para entender o que é o rural atualmente.

Para o IBGE (1996, p.09) as definições de urbano e rural se estabelecem da seguinte forma:

na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondendo às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos¹³.

¹³ Para o IBGE (1996):

- Áreas urbanizadas: São aquelas legalmente definidas como urbana. São as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e aquelas reservadas à expansão urbana, sendo caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana.
- Áreas não urbanizadas: São aquelas com ocupações de caráter rural (atividades agropastoris-lavouras em geral e pecuária) e atividades extrativas. São consideradas também as terras ociosas e sem qualquer uso.
- Municípios: São unidades de menor hierarquia (a maior são os Estados) dentro da organização político-administrativa do Brasil. Criados através de leis ordinárias das Assembléias Legislativas de cada unidade da Federação e sancionadas pelo governo. Todo município tem sua sede, o que corresponde a uma cidade.
- Distritos: São as unidades administrativas dos municípios. Sua criação é norteadas pelas Leis orgânicas do município. Sua sede são as vilas.
- Áreas urbanas: São aquelas internas ao perímetro urbano de uma cidade ou vila e são definidas por Leis Municipais.
- Áreas rurais: São aquelas externas ao perímetro urbano.
- Áreas urbanas isoladas: São aquelas definidas por lei municipal e separada da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal.
- Aglomerados rurais de extensão urbana: São aqueles fora do perímetro urbano legal, mas desenvolvido a partir da expansão urbana de uma cidade ou vila, ou por elas englobadas em sua expansão. São áreas efetivamente urbanizadas, por isso, a definição ser de caráter urbano. Podem ser constituídos por loteamentos já habitados, conjuntos habitacionais, aglomerados de moradias ditas subnormais ou núcleos desenvolvidos em torno de estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços. Deve ter uma distância inferior a 1 km do núcleo principal (cidade ou vila) ou a mesma distância de outro aglomerado de extensão urbana.
- Povoados: São os aglomerados rurais isolados. Não tem caráter privado ou empresarial, ou seja, não é vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usinas). Seus moradores exercem atividades econômicas primárias, secundárias e terciárias no próprio aglomerado ou fora dele. É caracterizado pela existência de: pelo menos 1 estabelecimento comercial de venda de bens de consumo, pelo menos 2 dos 3 serviços e equipamentos de ensino de 1º grau (1ª a 4ª série), posto de saúde e templo religioso.

A partir destas informações, tem-se que a definição do IBGE apresenta um caráter político-administrativo assumido pelas cidades. Com isso, estabelecem sedes municipais para regular e ordenar determinada região, independente do número de habitantes, de seus aspectos econômicos, sociais, culturais e geográficos.

Segundo Veiga (2002), o Estatuto das Cidades estabelece que toda a sede de município é cidade, sejam quais forem suas características demográficas e funcionais. Deste modo, demonstra-se a falta de credibilidade nas definições territoriais no Brasil, pois para se definir tais situações se prendem apenas a critérios políticos.

Outro elemento que se pode entender nesta análise do rural e do urbano para o IBGE é que ele considera como pólo principal o urbano. Sendo assim, definido este espaço, o restante é rural, ou seja, o secundário.

As áreas rurais ou não urbanizadas são definidas pelas atividades agropecuárias e extrativas. Desta forma, para o IBGE, qualquer introdução de novos tipos de ocupações não-agrícolas pode ser considerada “urbanização do campo”.

Segundo Siqueira (2001), as definições de rural, tanto do IBGE como dos PNADs e dos Censos em geral, derivam do Plano Diretor de cada cidade, o que, por sua vez, é elaborado por técnicos, mas são submetidos à aprovação nas câmaras municipais, ou seja, são critérios políticos que vão definir o que é rural. Deste modo, estes têm como base a tradição e representação que o poder público tem do rural, e não a partir de critérios estabelecidos cientificamente derivados de estudos que permitem apreender o verdadeiro contexto que envolve cada território.

Ainda com relação ao Plano Diretor verifica-se que a maior parcela das leis que são por eles implementadas se referem ao urbano.

Outro elemento importante nesta análise da definição do IBGE é o caráter quantitativo no que se refere ao número de equipamentos para se estabelecer se é rural ou urbano. Deste modo, quando sua concentração é maior, é urbano; já, em menor escala, é rural.

Na necessidade de viabilizar conceituações político-administrativas e quantitativas perdem-se a dinamicidade e a peculiaridade dos territórios, renegando as funções econômicas, políticas e sociais dessa população e de suas atividades.

Outro sentido assumido por tais definições refere-se às questões econômicas, pois os impostos urbanos têm como destino as prefeituras municipais; já, os

- Núcleo: É um aglomerado rural isolado vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina), dispondo ou não de serviços e equipamentos definidores dos povoados. Tem caráter privado e empresarial.

rurais vão para o governo federal. É a partir desta realidade que há uma necessidade de ampliação da área urbana pelos municípios, pois neste caso, sua arrecadação orçamentária tende a aumentar.

Portanto, segundo Abramovay (2000), verifica-se que no Brasil e em muitos países como o Equador, a Guatemala, em El Salvador e na República Dominicana, muitas cidades nas quais suas economias e sua vida social giram em torno de aspectos rurais são consideradas urbanas, pelo simples fato de possuir um aparato administrativo que é necessário para a regulação das regiões.

Essa definição permite entender que no Brasil é urbano quem mora nas sedes dos municípios e distritos, independente do tamanho destas e das profissões desempenhadas. Sendo assim, um agricultor que tem como base econômica, social e cultural o campo, mas que vive nas cidades é considerado urbano.

Outro critério de definição do rural está baseado em variáveis quantitativas, pois privilegiam o tamanho populacional como se vê, por exemplo, em Abramovay (2000) que demonstra os critérios adotados por alguns países para o que denominam áreas rurais. Deste modo, em Portugal, na Espanha, na Itália e na Grécia são rurais os locais com menos de 10 mil habitantes, e há, também, outros países latino-americanos como a Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua e Panamá que adotam um limite populacional que varia entre mil e 2.500 habitantes para a definição de rural. Esta dimensão apresenta certas limitações, pois não leva em consideração as situações geográficas, econômicas, sociais e culturais de cada localidade, apenas fatores quantitativos.

Para entender o território rural, não se deve reduzi-lo a uma simples realidade quantitativa, mas sim considerá-lo dentro de um contexto histórico com suas inter-relações com o urbano e com o resto do território.

Dentro dessa perspectiva quantitativa, Veiga (2002) acrescenta à análise outros critérios de definição. Para o autor, deve-se combinar, além do tamanho populacional, a densidade populacional e a localização. Deste modo, o autor considera municípios de pequeno porte aqueles que apresentam menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km²; já, os de médio porte, são aqueles que têm entre 50 a 100 mil habitantes e com uma densidade que supera 80 hab/km².

Nesse sentido, constatou em seu trabalho que o Brasil é menos urbano do que se calcula, pois 80% dos municípios brasileiros são essencialmente rurais, o que corresponde a 30% dos habitantes, e 10% dos municípios, com 13% dos habitantes, como classificados em “rurbanos”, ou seja, apresentam características tanto rurais como urbanas.

Concluindo, Veiga (2002) afirma que os outros 10% de municípios no Brasil, e que abrange 57% de sua população, podem ser considerados urbanos. Esta porcentagem representa as 12 aglomerações metropolitanas, com 34% dos habitantes; as 37 demais aglomerações, com 13%; e os 77 centros urbanos, com 10% dos habitantes.

O trabalho de Veiga (2002) é relevante no que se refere à classificação do campo e da cidade como espaços diferenciados pelo grau de artificialização destes, pois no campo há um predomínio de aspectos naturais, enquanto que nas cidades a ação antrópica está mais evidenciada. Mas, tais elementos, por si só, não permitem compreender toda a complexidade dos territórios.

Considera-se essa perspectiva limitada para apreender o rural, mas também não se pode deixar de entender sua contribuição, pois a variável quantitativa tem sua relevância para diferenciar o campo da cidade. O rural, geralmente, apresenta um grau reduzido de população e pouca influência antrópica em seu meio; já, o urbano, tem uma maior concentração de pessoas com ambientes mais artificializados. Mas, neste contexto, deve-se levar em consideração também outros fatores até mais importantes que correspondem às relações econômicas, políticas e sociais que estes apresentam com a terra.

Para as análises do grau de ruralidade dos municípios, Veiga (2002) ressalta que as cidades de pequeno e médio porte, já especificadas acima, apresentam uma economia alicerçada na utilização direta de recursos naturais, portanto são rurais, ou seja, apesar da denominação de cidades, pela própria exigência político-administrativa, são rurais pelas relações que estabelecem com a terra.

Por outro lado, Wanderley (2001c, p. 04) considera as cidades com população total inferior a 20.000 habitantes como territórios que “pela sua própria dimensão, impõem limites a uma verdadeira experiência da vida urbana”, pois apresentam relações, tanto no campo como na cidade, estritamente ligadas à terra.

Estabelecer um critério por tamanho populacional seja até 20.000 habitantes ou até 50.000 para definir o grau de ruralidade das cidades se torna complicado, uma vez que o Brasil é composto por realidades distintas ao longo de seu território. Mas, há cidades, principalmente, as de pequeno porte, que apesar de serem classificados como urbanas, apresentam relações nas quais a terra é o condicionante principal. Neste sentido, observa-se a partir da Tabela 17, que a maior parte das cidades brasileiras corresponde a este tipo estabelecido.

Tabela 17: Números de municípios no Brasil, por tamanho da população.

tamanho da população	nº de cidades
até 2.000	105
2.001-5.000	1.225
5.001-10.000	1.312
10.001-20.000	1.382
20.001-50.000	958
50.001-100.000	301
100.001-500.000	193
mais de 500.000	31
TOTAL	5507

Fonte: www.ibge.org.br- Censo Demográfico-Brasil:2000.
Org.: Karina Furini da Ponte, 2003

Com isso, tem-se que, no Brasil, a maior parte dos municípios é de pequeno porte, correspondendo a um reduzido tamanho populacional, o que muitas vezes representa relações tipicamente rurais pela dificuldade de inserção em atividades industriais e de serviços.

As atividades nessas cidades, tanto nas áreas rurais como nas urbanas, giram em torno das ocupações primárias, o que traz influências na vida política e social das pessoas e do município.

Nesse caso, deve-se analisar cautelosamente o caráter do Brasil ser predominantemente urbano, pois se percebe que a maior parte de seus municípios apresentam relações essencialmente rurais, características estas presentes em municípios de pequeno porte. Mas, também, se torna difícil estabelecer o grau de ruralidade a partir de uma delimitação quantitativa, pois cada localidade apresenta diversas realidades rurais e urbanas.

Como foi visto, as definições dos territórios rurais são diferentes para cada país, mas, na maior parte, permanecem centradas na densidade populacional, não levando em consideração as relações econômicas, políticas, sociais e culturais dos atores sociais envolvidos. Entretanto, a partir dos dados quantitativos, muitos espaços, considerados urbanos, apresentam relações essencialmente ligadas ao meio rural. Outro fator importante, no caso brasileiro, é que algumas cidades não alcançaram o nível de desenvolvimento de outras mais urbanizadas e industrializadas, apresentando relações tipicamente rurais, como é o caso de municípios de pequeno porte nos quais sua vida econômica gira em torno da agropecuária.

O terceiro critério, na delimitação do rural, corresponde ao aspecto econômico, ou seja, está associado ao tipo de ocupação da população. Deste modo, são rurais

as localidades que apresentam uma determinada proporção de mão-de-obra empregada na agricultura, como, por exemplo, em Israel e no Chile. (ABRAMOVAY, 2000)

É arbitrário estabelecer uma definição do rural a partir de uma perspectiva de atividades da população, pois se verifica, nessas últimas décadas, um crescimento no número de ocupações rurais não-agrícolas no campo. Sendo assim, ao assumir que são rurais apenas os espaços nos quais se praticam atividades ligadas à agropecuária, estaria, de certa forma, afirmando a “urbanização do campo”, pois essas ocupações não seriam típicas do rural.

Essa perspectiva, para a maior parte dos teóricos, já não mais contempla a realidade do rural, pois este espaço ampliou seu leque de atividades não se destinando exclusivamente às atividades agropecuárias.

Nessa vertente, alguns estudiosos como Abramovay (2000), Veiga (2002), Solares (1998), Wanderley (2001 a,b,c), Fresno (2000), Pérez (2001), ressaltam que o rural já não pode ser mais entendido a partir de uma visão econômica e setorial, ou seja, classificado a partir do tipo de ocupação desempenhada pela população.

Fresno (2000, p.69) ressalta que:

la concentración de actividades agrícolas en el campo y de actividades industriales o terciarias en la ciudad que existía en el pasado evoluciona hacia una diferenciación menos marcada de la composición socioeconómica entre las zonas rurales y urbanas... Las actividades industriales y terciarias manifiestan también tendencia a implantarse fuera de los mercados urbanos... Todo esto quiere decir que se produce en las áreas rurales un proceso de diversificación económica que diluye la importancia que ha tenido en el pasado la agricultura.

Então, as cidades não são definidas pelas indústrias e o campo pela agricultura, pois está havendo uma mudança das relações de produção e de trabalho em ambos os territórios.

Nesse contexto, vale ressaltar a definição da FAO/DAS (1998) apud Abramovay (2000, p.06), na qual afirma que:

ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez

menos dominadas pela agricultura. Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas.

Não se pode mais entender o rural e o urbano a partir de uma perspectiva de divisão social e espacial do trabalho em que as cidades são reconhecidas pela indústria e o campo pela agricultura. Observa-se um rural não mais atrelado essencialmente à produção agropecuária, mas sim a outras atividades industriais e de serviços. Ao partir do pressuposto de que o rural se destina exclusivamente às atividades agropecuárias, então, quaisquer inserções de outras ocupações demonstram que este se urbanizou.

A concepção determinada sobre o rural e o urbano representa o posicionamento perante o sistema. Neste caso, se a base do pensamento estiver alicerçada na divisão estanque entre moderno/atrasado, agricultura/indústria, cairá em uma visão alienada proporcionada pela lógica do capital. Sendo assim, se torna necessário uma análise crítica desse processo para que, assim, possa apreender a complexidade da realidade colocada e as intenções ocultas a esta visão.

Nesse sentido, Marques (2002) afirma que “para compreender as imagens do campo e da cidade é preciso examinar os processos sociais concretos de alienação, separação, exterioridade e abstração de modo crítico”. Essa perspectiva contribuirá para uma melhor reflexão desse contexto sem uma reprodução da lógica contida hoje.

Outro elemento relevante para entender o rural de hoje é a fragmentação do espaço vivido, pois, anteriormente, o espaço de vida era o mesmo que o do trabalho. Hoje, há uma separação desses elementos, uma divisão parcial dos níveis das necessidades do homem rural.

Com a expansão do sistema do capital ao campo, este tende a se tornar mais restrito aos descapitalizados. Com isso, perdem espaço os trabalhadores e os pequenos produtores que sem, ou em precárias condições de sobrevivência, podem tanto lutar contra o capital, ou a ele aderirem.

Nesse sentido, os trabalhadores pluriativos, na inviabilidade de encontrar suas necessidades em seu território de vida, recorrem a outros para garantir tal condição, aderindo ao sistema imposto.

Outro elemento, nesse contexto, é a transferência do local de moradia dos trabalhadores urbanos para o campo devido à tranquilidade, segurança e uma vida mais saudável que este proporciona. Tal realidade tem encontrado maior expansão nos países desenvolvidos; já, no Brasil, apresenta uma influência ainda não muito significativa, mas que

vem ampliando-se. Então, pelas condições impostas pelo sistema, não se pode mais associar o rural como um espaço da totalidade, ou seja, que o mesmo espaço de vida seja o espaço do trabalho, uma vez que este tende a se dissociar cada vez mais.

Portanto, os três critérios de definição das áreas rurais aqui trabalhados apresentam limitações, pois quando assume um caráter quantitativo e administrativo das cidades, negligenciam-se as relações econômicas, sociais e culturais da população, e ao definir a partir do tipo de ocupação é adotado uma postura dicotômica de que ao campo se destina a agricultura e as cidades correspondem à concentração industrial e comercial.

A maior parte dos estudiosos que se propõe a analisar o rural, sugere métodos de análise que contribuem para uma reflexão, de modo que compreender o rural atualmente com suas transformações possibilita a sugestão de propostas de políticas para o desenvolvimento rural a partir destas peculiaridades e singularidades, pois, entendendo como se configura o novo território, irá auxiliar no encaminhamento de alternativas para seu desenvolvimento. Neste sentido, ressaltam o aspecto territorial no qual o rural deve ser analisado, pois este vem passando por transformações internas e externas, estabelecendo novos tipos de articulações.

Ao tomar como parâmetro o território para uma análise do significado do rural, está-se entendendo não apenas como uma base física na qual ocorrem as relações e ações sociais, econômicas e políticas, mas como o resultado dessas diferentes tramas. Deste modo, cada realidade vai apresentar configurações espaciais que demonstrarão os tipos de relações estabelecidas. O território é algo construído historicamente pela sociedade. Sendo assim, representa suas relações.

Segundo Pérez (2001, p.17), tais propostas de desenvolvimento rural compreendem “un proceso de mejora del nivel del bienestar de la población rural y de la contribución que el medio rural hace de forma más general al bienestar de la población en su conjunto, ya sea urbana o rural, con su base de recursos naturales”. Neste sentido, entender o rural facilitará nas sugestões de propostas de desenvolvimento que têm como base as peculiaridades do campo e sua articulação tanto entre si, como com outros territórios.

Assim, tem-se a relevância de se pensar em políticas próprias para as especificidades do rural, pois muitas medidas para o campo são derivadas da visão do urbano, o que não contempla a realidade rural, e estão fadadas ao fracasso, na medida em que impõem alternativas que tal contexto não consegue responder.

Com isso, políticas que levem em consideração tais especificidades contribuirão para um melhor resultado, que é o de propiciar uma ascensão no nível de vida tanto da população rural, quanto da urbana, uma vez que são territórios que se relacionam.

Apesar da convergência de muitos autores em analisar o rural não mais a partir de uma visão setorial e sim territorial, cada qual lança métodos de análise para compreender o que é o rural hoje.

Abramovay (2000) sugere três pontos para se pensar o rural. O primeiro faz referência a relação que a população rural estabelece com a natureza, tanto pelo lado afetivo, quanto por meio da geração de renda. O segundo ponto ressalta a relativa dispersão populacional que apresenta um aspecto fortemente ideológico, estabelecendo relações de confiança, cooperação e trabalho coletivo. Já, o terceiro ponto afirma a relação com as cidades, ressaltando que as áreas rurais mais dinâmicas apresentam ligações com centros urbanos, mas sem eliminar suas particularidades.

Wanderley (2001a) estabelece duas características para se entender o rural. A primeira refere-se à relação dos habitantes do campo com a natureza, nos quais estes lidam diretamente como local de trabalho e moradia. O segundo aspecto concerne às relações sociais estabelecidas entre eles, tendo como base o interconhecimento e a coletividade.

Alentejano (1998) propõe duas vertentes de análise para o rural: a relação estabelecida com a terra e a dimensão territorial. Na primeira, afirma que a população rural apresenta uma ligação mais direta com a terra, tanto na dimensão econômica, social quanto na espacial. Considera a dimensão econômica como sendo a importância que a terra representa como elemento de produção, reprodução ou valorização. As relações sociais incluem as dimensões simbólicas, afetivas, culturais, bem como os processos de herança e sucessão. As relações espaciais estão vinculadas aos arranjos espaciais de ocupação da terra, da infraestrutura e das moradias.

Enquanto na dimensão territorial, o rural apresenta uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa do que o urbano que apresenta relações mais globais, mais descoladas do território.

A partir das análises de vários autores sobre o rural, vê-se que há convergências e divergências em seus métodos. As divergências maiores se dão não a partir das características em que um considera mais relevante ou não, mas a partir do enfoque de análise.

Nesse sentido, Veiga (2002) oferece importantes contribuições ao chamar a atenção para um repensar do rural e do urbano, pois tais territórios apresentam alterações em

suas configurações a partir do processo de desenvolvimento histórico da sociedade. Mas, por outro lado, analisa-os com base em dados quantitativos. Deste modo, perde-se toda a dinamicidade das relações que os envolve, o que se considera de maior relevância para entender tais espaços.

Já, Abramovay (2000), Wanderley (2001 a,b,c) e Alentejano (1998) apresentam métodos mais qualitativos, pois, em suas análises do rural, dão ênfase às relações estabelecidas, o que nos permite uma maior compreensão de tal contexto.

Com relação às convergências, para a maior parte dos autores, há um posicionamento do fator terra como ponto principal na delimitação do rural, o que corresponde às relações existentes com tal elemento. Para entender o rural, considera-se a terra como principal fator que irá estabelecer os tipos de relações econômicas, políticas e sociais da população do campo, sendo esta o elemento definidor do rural.

Quanto às relações sociais, verifica-se no campo algumas alterações, pois, segundo os autores mencionados acima, estas se baseiam na cooperação, ajuda mútua, dentre outras características. Elas ainda predominam, mas também há um enfraquecimento dos laços sociais, debilitando suas solidariedades coletivas.

Esse fato se deve à própria competitividade econômica colocada pelo mercado, de modo que, na busca pela sobrevivência, muitos perdem este sentido de coletividade para atender a tal demanda imposta pelo capital, o que leva, algumas vezes, ao individualismo desta população. Mas, nesse sentido ainda, apesar de alterar as ligações sociais, há um sentido de pertencimento ao local, pois para se manter como rural se adaptam como a única alternativa de manutenção e recriação.

Nessa perspectiva, Wanderley (2001b) analisa o rural como a constituição de um local de vida, com particularidades de modo de vida e referências identitárias, fazendo com que se construa um sentimento do local.

Nas relações econômicas, tem-se um rural não mais ligado exclusivamente às atividades agropecuárias, mas ao uso da terra para outras atividades como prestação de serviços, como local de moradia, com ocupações não-agrícolas. Apesar de considerar que estas “novas” atividades não configuram toda a realidade rural brasileira, são realidades específicas de alguns espaços que devido seus fatores locais, favorecem tais alternativas. Mas, deve-se admitir que tal contexto vem ampliando-se, apesar da ocorrência desigual nos territórios.

Nas relações políticas, ocorrem as lutas e reivindicações não só por terra, mas por condições econômicas, políticas e sociais mais dignas no campo, tendo estas como

maior representatividade os movimentos sociais que lutam para uma reterritorialização da população envolvida, ou seja, o retorno no seu território de origem, o campo, no qual o capital os desterritorializou.

Essa dimensão política deriva da própria contradição colocada pelo capital, pois ao mesmo tempo em que geram condições que favorecem sua lógica, criam-se também outras contrárias a estas imposições.

Nesse sentido, Wanderley (2001b) oferece importante contribuição ao analisar o rural de forma dinâmica e contraditória, pois ao mesmo tempo em que ocorre a integração com as cidades, ocorre também a luta para manter suas particularidades que o urbano tenta aniquilar. Deste modo, as diferenças entre rural e urbano criam simultaneamente identificações e reivindicações, constituindo o rural como um ator coletivo do processo.

Segundo Wanderley (2001c, p.25), “a definição do rural é uma dialética: grupos e instituições o definem atribuindo sentido a estas diferenças e sua ação-notadamente política- afeta estas diferenças, cria e revela outras, às quais são atribuídos novos sentidos”.

Com isso, o rural apresenta também uma dimensão política de luta e reivindicação que vem crescendo nos últimos tempos como forma de conseguir seus direitos enquanto cidadão rural. É necessário entender que estas reivindicações ocorrem para que se criem condições de reprodução e manutenção como população rural e no espaço rural. Sendo assim, o rural deve ser entendido como um território criado pelas relações econômicas, sociais e políticas que a população do campo estabelece com a terra.

Segundo Santos (1996), a categoria território permite um conhecimento sistematizado da realidade, o que proporciona entender sua constituição em determinado momento histórico e, com isso, demonstrar as relações intrínsecas a ele, ou seja, o modo de vida e as relações da população que vive em um determinado local.

Desse modo, o território é uma categoria que permite o conhecimento da realidade a partir de suas relações. Sendo assim, entender os territórios rurais é entender suas relações e suas características.

2.3) VILAS RURAIS: QUE TERRITORIALIDADE É ESSA?

Diante das transformações e adaptações do meio rural ao sistema do capital imposto, o que leva, conseqüentemente, a uma maior integração ao urbano, tem-se produzido novas territorialidades que representam esta dinâmica. É neste sentido, que há um repensar destas como uma forma de melhor entender e interpretar a realidade atualmente.

Nesse sentido, tem-se as Vilas Rurais como um exemplo desse novo contexto, pois de acordo com algumas características, tanto de localização, quanto das relações econômicas, políticas e sociais, representam uma política que abrange tais alterações no rural.

Muito se tem questionado a respeito da definição das Vilas Rurais. Esta problemática deriva da sua peculiaridade, pois, como são novas territorialidades dentro da realidade campo/cidade paranaense, dificulta estabelecer sua delimitação conceitual. Primeiramente, se torna relevante entender como estes territórios têm sido abordados pela academia para que, posteriormente, possa analisá-los.

Com essas transformações no campo surgem trabalhos com o objetivo de buscar entendê-lo. Mas pode-se perceber que a maior preocupação dos acadêmicos se restringe a sistematização das características a fim de chegar a uma denominação para tais realidades. A constituição destes conceitos, algumas vezes, serve como uma forma de descrever as alterações do contexto analisado e sistematizar as características, o que nos remete a uma compreensão descritiva destes.

Para compreender essas novas territorialidades colocadas para o meio rural, neste caso o Programa Vilas Rurais, não se deve restringir apenas aos aspectos de seus elementos peculiares, mas buscar uma análise da intenção para a sua constituição, o que nos permite entender não só o que está aparente, mas também a essência. Desta forma, é relevante abordar as diferentes conceituações acerca destes novos territórios rurais para que, posteriormente, possa analisar o caso das Vilas Rurais, pois é um Programa que representa nova realidade no campo.

Wanderley (2001a) ao analisar as novas realidades rurais, nos países desenvolvidos, denomina-as como *continuum rural-urbano*, ou seja, os locais onde se identificam a proximidade e a continuidade espacial entre o meio urbano e o rural a partir das relações estabelecidas, tanto de trabalho como de busca de infra-estruturas.

Observa-se a existência de duas vertentes que reconhecem esse processo de integração dos espaços, mas que apresentam peculiaridades no que se refere à persistência de

tais territórios. A primeira, representada, dentre outros, por Graziano da Silva, corresponde a uma “visão urbano-centrada”, na qual acreditam que com o transcorrer do processo de “urbanização do campo” haverá uma fusão dos territórios, provocando uma homogeneização espacial e social, e, conseqüentemente, o fim da realidade rural, pois o pólo urbano irá sobrepor o campo eliminando suas peculiaridades.

A gênese desse conceito de *continuum rural-urbano*, que foi elaborada por Pahl apud Abramovay (2000) durante a década de 1960, já continha princípios que pregavam a eliminação do rural, pois neste haverá uma metamorfose de suas características, passando a compor elementos “urbanos”.

Para isto, a definição de *continuum rural-urbano* estava baseada na minimização das diferenças nos modos de vida, na organização social e na cultura dos espaços rurais e urbanos, ou seja, uma homogeneização dos pólos, antes opostos. Esta visão é a que tem verificado maior crescimento, pois beneficia a ideologia dominante que está baseada na lógica do capital para o desenvolvimento econômico e político. Deste modo, tem-se o urbano como único espaço capaz de proporcionar aos seus anseios, pois este evidencia o progresso e a modernidade, difundindo este ideal para o conjunto da sociedade.

A segunda vertente, que tem como uma das representantes Wanderley, consiste na hipótese de que mesmo com a continuidade entre o rural e o urbano, configurando novas relações, não destruirão suas particularidades, por conseguinte, não representa o fim do rural, pois ele não é mais visto como um espaço isolado, mas sim integrado, porém com suas especificidades.

Nesse sentido, Wanderley (2001b) ressalta que são estas particularidades de ambos os territórios, que promoverão seu inter-relacionamento e sua integração, ou seja, os espaços só se interagem porque têm diferenças.

Já, Schneider (1994) denomina o *continuum rural-urbano* como sendo um processo de periurbanização, ou seja, são locais que combinam ao mesmo tempo aspectos rurais e urbanos, emergindo um tipo próprio e característico de relação de trabalho que se baseia na pluriatividade dos trabalhadores.

Para esse autor, o processo de periurbanização tem como características principais a plurifuncionalidade no uso do solo, podendo servir tanto como fator de produção, reserva de valor ou um valor subjetivo e patrimonial e a pluriatividade das relações de trabalho através da combinação de atividades agrícolas, não agrícolas e trabalho assalariado.

Freyre apud Souza (2000) define essa realidade, que constitui na interação entre rural e urbano, como sendo rurbanização, ou seja, processos que combinam valores de

vida rurais e urbanos de modo que ocorra uma situação mista, dinâmica e profundamente conjugal. Neste sentido, ainda, cita o ex-governador do Paraná, Jaime Lerner, que tem colocado em prática esta noção de realidades rurbanas.

Essas experiências colocadas por Freyre se referem, primeiramente, à instalação da chamada comunidade “urbana”, realizada em 1979, na localidade de Tatuquara, ao sul de Curitiba; já, a segunda prática é a agrovila no município de Terra Boa.

E dando continuidade a esse processo no Estado paranaense, hoje o Programa Vilas Rurais, tem como princípio formar locais onde os elementos rurais e urbanos estão amalgamados, tanto pela proximidade espacial, quanto pelas relações socioculturais e econômicas estabelecidas entre ambos os territórios.

Pode-se identificar no Programa algumas características desse processo. Um dos elementos corresponde à proximidade espacial entre as cidades e as Vilas, o que teria que ocorrer, segundo os seus critérios de instalação, mas verifica-se que a maior parte delas está distante das sedes dos municípios, um exemplo é a Vila Rural da Paz em Rolândia que está a 16 km, mas é amenizada pela proximidade com o Distrito de São Martinho que está a 1 km, e a Vila Rural João Inocente em Cambé, a 9 km da cidade, ambas objetos da análise.

A característica mais evidente nas Vilas é a presença da pluriatividade dos moradores como forma pela qual a maior parte deles consegue auferir renda. A produção agropecuária para comercialização é inviável, o que dificulta sua reprodução como produtores autônomos rurais, com isso, além de trabalharem em seus lotes para garantir uma produção para seu autoconsumo, os moradores recorrem às outras atividades como trabalhadores assalariados, meio de obter a renda necessária.

Dentro dessa questão da pluriatividade, tem-se ainda que a maior parte dos moradores, tanto da Vila de Cambé como de Rolândia, possuem empregos nas cidades. Deste modo, há uma ligação das Vilas Rurais com os meios urbanos, sendo reconhecidas como locais de postos de trabalhos para os setores rurais e urbanos.

Outra característica relevante encontrada no Programa se refere à formação de espaços habitacionais para os trabalhadores, de modo que haja uma dissociação entre local de emprego e moradia, ou seja, o campo servindo como residência e o urbano como local de trabalho.

Há também a instalação de certas infra-estruturas como energia elétrica, água, asfalto e iluminação pública. Elementos estes colocados como tipicamente urbanos. Embora a implantação de tais infra-estruturas não ocorra de forma similar em todas as Vilas

Rurais do Estado, como, por exemplo, o asfalto e iluminação pública que não são encontrados na maior parte delas, como é o caso da Vila Rural da Paz e João Inocente.

Mas, por outro lado, não se encontra nas Vilas Rurais analisadas um desenvolvimento de técnicas industriais na agropecuária, uma vez que não há uma produção que necessite de tais infra-estruturas, pois as Vilas servem apenas como *locus* de fornecimento de mão-de-obra.

Ao identificar certas características nas Vilas Rurais semelhantes aos espaços periurbanos ou rurbanos, não significa que este corresponde a um processo de “urbanização do campo”, mas o propósito é identificar tais elementos semelhantes para demonstrar sua proximidade com a tendência dos novos territórios rurais.

Ao ressaltar o caráter de transformação do meio rural, apontando algumas dessas características que se tornam evidentes nas Vilas Rurais, como, um exemplo deste processo, não se está afirmando que toda a realidade rural brasileira sofreu tais alterações, pois no Brasil o desenvolvimento e aplicação de técnicas industriais na agricultura ocorrem em pequenas escalas, apenas em realidades pontuais.

Nesse sentido ainda, o campo como moradia, lazer e desenvolvimento de atividades não-agrícolas também são exemplos específicos de determinadas realidades¹⁴, não se pode estender este fenômeno para todo o país como se fosse um processo nacional. Já, a pluriatividade da população rural ocorre mais amplamente, pois como o trabalho agropecuário, na maior parte dos territórios rurais brasileiros, não corresponde às necessidades de reprodução das famílias, estas tendem a buscar outras formas para complementar a sua renda com ocupações não-agrícolas tanto dentro como fora da propriedade.

É relevante ressaltar que a preocupação em classificar as Vilas Rurais como um território rural ou urbano não ocorreu no momento de sua implantação, pois a preocupação maior naquele momento era de realizar um projeto que, ao mesmo tempo em que servia como propaganda política, mostrasse a “preocupação” do Estado perante o imenso contingente de trabalhadores temporários e sem modificação na estrutura fundiária do Estado.

Com isso, a preocupação inicial tinha um conteúdo mais político do que uma preocupação com as necessidades destes trabalhadores, criando novos tipos de territorialidades a favor de seus interesses, surgidos a partir de brechas nas leis e como alternativas conformistas.

¹⁴ Ver também Schneider (1994) com o exemplo da indústria couro-calçadista da região da Encosta da Serra no RS.

As negligências do Programa começaram a se tornar mais evidentes no momento em que iniciaram a distribuição das escrituras dos lotes. Deste modo, surgiu a preocupação de discutir que tipo de territórios são as Vilas Rurais para que assim, possa haver sua legalização. Para entender esta problemática se torna necessário recorrer a lei 4.504/64 contida no Estatuto da Terra de 1964, a qual estipula que um terreno rural deve apresentar um limite de no mínimo um módulo, e para a maior parte dos municípios do Paraná, o INCRA estabelece como 20.000 m². Portanto, a Vila Rural, dentro destes critérios, não pode ser considerada como território rural, pois apresenta 5.000 m² de dimensão.

De acordo com o INCRA, as Vilas se enquadram como espaços urbanos, e é neste sentido que surgiram as discussões, principalmente, em torno de sua tributação, pois se esta ocorrer como imóvel urbano, elevaria consideravelmente os custos, o que impossibilitaria os vileiros de pagarem e de receberem o título de posse do lote como propriedade rural. Com isso, as Vilas passaram a ser consideradas como áreas de urbanização específica, segundo o Governo do Estado do Paraná (2002), para tentar amenizar os problemas com as leis, mas, por outro lado, surgiram outras questões de ordem social, econômica e política a serem pensadas.

Com relação às infra-estruturas como luz e água, a preocupação estava em torno do aumento de suas tarifas, pois nas Vilas Rurais há leis específicas de pagamento destas. A luz, por exemplo, tem uma tarifa mais barata para o meio rural; já, o abastecimento de água é feito por poços artesianos e apresentam custos diferenciados com relação às outras localidades rurais e urbanas. Na Vila Rural de Cambé, os moradores pagam uma taxa fixa mensal de R\$10,00 pelo abastecimento de água; já, na Vila Rural de Rolândia a prefeitura isentou os moradores, pois ela é a responsável pelo serviço. Com o processo de legalização de ambas as Vilas, tais custos das infra-estruturas não sofreram alterações, permanecendo os mesmos valores que anteriormente.

Há também a preocupação em torno da aposentadoria rural, pois como agora são urbanos como se dará tal benefício? Segundo o Estatuto da Urbanização Específica, tal concessão se dará da mesma forma, pois o que importa para o INSS não é o tipo de área, mas sim o tipo de atividade desenvolvida. Portanto, se o vileiro comprovar a atividade rural/agrícola, conseguirá se aposentar como trabalhador rural.

Além dessas preocupações, há ainda a que corresponde às linhas de créditos como o PRONAF, por exemplo, pois a Vila, sendo urbana, poderá ficar de fora do incentivo. Mas, segundo o Estatuto da Urbanização Específica, estas se dão através dos tipos de atividades, sendo agropecuárias receberão os benefícios, independente da área situada.

Para isso, o Estado estabeleceu as Vilas Rurais como áreas em expansão urbana, mas diferentes dos demais terrenos nas cidades. Criou, também, uma lei denominada urbanização específica, na qual compete a cada município criar as leis que definam seu zoneamento e estipular o valor ou a isenção dos impostos a serem cobrados aos vileiros.

Depois de aprovada essa lei, há o registro da Vila Rural e, com isso, os moradores poderão receber a escritura de propriedade de seu lote. Ambas as Vilas Rurais estudadas já são consideradas áreas de urbanização específica, sendo que a Vila de Rolândia está isenta dos impostos; já, na Vila de Cambé, ainda não foi definido.

Portanto, as Vilas não se enquadram nem na definição de territórios urbanos nem rurais, sendo consideradas como espaços específicos e com leis específicas, nas palavras de Souza (2000) um assentamento intermediário, ou seja, não tem uma delimitação definida, não é uma coisa nem outra.

Com a necessidade de constituir soluções e alternativas para os problemas do capital e do Estado, o governo cria políticas negligenciando a situação da população envolvida. Neste caso, os vileiros, que são colocados em uma situação, perante a lei, de intermediária, como se não tivessem uma identidade definida. Deste modo, ao mesmo tempo em que estas famílias estão residindo no campo não são consideradas como rurais, mas sim urbanas.

É relevante analisar essas diferentes denominações da nova realidade rural, como uma forma de entender os diferentes posicionamentos do meio acadêmico em geral, e, também, reconhecer as semelhanças dessas características do novo rural com as Vilas Rurais. Mas a importância maior se dá no sentido de identificar o significado da formação de tais territorialidades.

Com isso, tem-se que as Vilas Rurais são apresentadas como territorialidades do capital, pois se entende que todo o território é dominado por ele, então, esta forma pontual na realidade representa uma expressão dentro do contexto espacial.

Diante disso, se torna relevante explicitar a compreensão do território e da territorialidade para que, assim, contribua no desenvolvimento das idéias propostas.

Para Raffestin (1993) o território é um produto das ações sobre o espaço, sendo que tais interações são mediadas por relações de poder. A apropriação do espaço se dá mediante certas ações humanas determinadas por intenções e objetivos que irão estabelecer a transformação do espaço e criação de articulações convergentes e divergentes tanto com o espaço natural como com os atores sociais envolvidos.

Sendo assim, como tais ações são mediadas pela necessidade de sobrevivência, tendo vários níveis destas, podendo ser desde a simples reprodução biológica dos indivíduos até a reprodução ampliada do capital, há embutidas relações de poder com os elementos envolvidos nesse processo para que possam alcançar seus objetivos. Mas, como o território é formado a partir da dominação do capital, então, pode-se entender que o jogo de poder está controlado por ele.

Nesse sentido, no território há várias formas de territorialidades para que possa garantir estas relações de poder, dominação e controle. Sendo assim, territorialidades são as diferentes expressões no território. Como o território é uma forma apropriada pelo capital, então, as diferentes territorialidades vão ao encontro a esta lógica.

Segundo Raffestin (1993) a territorialidade demonstra a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, em um determinado local, com certos instrumentos, suas necessidades. Deste modo, não é possível compreender as territorialidades se não se considerar aquilo que a construiu, ou seja, o capital.

Para Martins (1995) o capital é produto do trabalho a partir do valor a mais gerado por ele, ou seja, é a mais-valia extraída do trabalhador. Sendo assim, é um meio de subordinar as pessoas.

Mészáros (2003) vai além, ressaltando o caráter de controle e dominação do capital, ou seja, um sistema orientado para a acumulação, sendo estas originárias de várias formas, tanto economicamente, a partir da extração direta do trabalho no qual o ganho se dá pela circulação das mercadorias que contém materializado o trabalho acumulado, tanto politicamente, isto é, o controle do poder adquirido pela classe trabalhadora, fazendo com que haja as ações que impedem esta lógica.

Portanto, o sistema do capital está em toda a parte dominando e subordinando o ser social a partir de seu trabalho a fim de consumir sua lógica. Neste sentido, apresenta formas e intensidades diferentes para cada localidade e em cada momento histórico.

Segundo Mészáros (2003), o capital é um sistema metabólico sócio-econômico de controle, ou seja, para se manter dentro de tal lógica de dominação e subordinação, organiza-se em diferentes territorialidades cada qual com suas especificidades. Então, no caso das Vilas Rurais, estas correspondem a uma territorialidade do capital de dominação através do trabalho.

Ao ressaltar o caráter de territorialidade do capital para o Programa, deve-se entender a partir de sua constituição como um território formado por e a partir dos objetivos do capital, sendo uma forma de dominação e, portanto, controle social na qual a mais-valia é

retirada do trabalho, quando este não se dá dentro das Vilas, uma vez que sua função é a constituição de uma reserva de mão-de-obra. Por outro lado, a territorialidade do capital se expressa também na subordinação da renda da terra, quando o trabalho acontece no interior das Vilas, mas esta forma é menos evidenciada no Programa. Neste sentido, a dominação pelo trabalho se dá mediante a este núcleo de trabalhadores, o que faz com que haja uma reserva de força de trabalho para a manobra do sistema.

Com isso, a lógica do capital, juntamente com o Estado, para a constituição das Vilas Rurais não é de formar espaços nos quais a mais-valia é retirada dentro dele, uma vez que não pressupõe a criação ou estímulo de empregos no campo. Sendo assim, haveria um dispêndio financeiro maior do Estado com políticas destinadas diretamente à produção ou com políticas como a reforma agrária.

Nesse caso, implicaria na ordem estabelecida pelo sistema do capital, pois alterará a lógica de seu poder na medida que irá dividir seus meios de produção. Sendo assim, se torna mais interessante a formação de exércitos de mão-de-obra para outros setores como forma de garantir sua exploração. Então, por mais que a extração da mais-valia não se dê internamente, a lógica é esta: a formação de massas de trabalhadores para que haja o controle de sua força de trabalho de acordo com o sistema do capital.

Sendo assim, o capital que tem como categoria central para sua lógica o trabalho, o utiliza para seus objetivos. O ser social se torna o elemento principal do processo, posicionando-o como fator produtivo dentro do sistema. Assim, negligencia sua reprodução social, pois para o capital não se torna interessante pensar nas necessidades do indivíduo, mas sim, em suas necessidades econômicas.

Para manter toda essa dinâmica em desenvolvimento, há o metabolismo societal do capital, agindo nas diferentes esferas do vivido como forma de subjugar o indivíduo aos ditames elementares do capital.

Dentro dessa perspectiva, as Vilas Rurais são formas de controle do indivíduo a partir de seu trabalho. Ao entender a lógica do sistema, permitirá compreender as relações existentes entre o trabalho e o espaço num processo dialético que engendra o trabalho como elemento da dinâmica geográfica e as transformações espaciais dos sentidos do trabalho. Desta forma, contribuirá também para um entendimento do metabolismo societal do capital.

Segundo Thomaz Júnior (2003):

os efeitos desse metabolismo societário do capital fragmenta, complexifica e heterogeneiza o mundo do trabalho e todos os sentidos assumidos pela polissemização- promovem profundos rearranjos territoriais e conseqüentemente, redefinições locacionais do domínio espacial, e mexem profundamente com o universo simbólico e com a subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho

Com isso, o metabolismo societal do capital, ou seja, suas diferentes formas de reestruturação apresentam um alcance em várias esferas, provocando modificações nos sentidos do trabalho, na dinâmica espacial e na subjetividade do indivíduo como trabalhador e ser social.

O sentido do trabalho apresenta uma ênfase maior na escala da produção, ele tem significado apenas para o capital, na medida em que o trabalhador perde toda esta dimensão, pois se encontra estranhado de todo o processo, sendo apenas mais um fator de produção que tem o trabalho como meio de sobrevivência, o que, muitas vezes, está comprometida pelo nível de exploração deste trabalhador.

Nas Vilas Rurais, o trabalho é o elemento central na sua dinâmica, pois seus moradores são relegados a serem apenas fatores de mão-de-obra para o processo produtivo, negligenciando suas necessidades plenas como ser social. É a partir do fator trabalho, como elemento para a reestruturação do capital, que se tem este desvirtuamento de seu sentido.

Seguindo essa lógica, o território é um elemento relevante para a manutenção desse sistema. Para isso, o capital produz diferentes territorialidades expressas em formas heterogêneas de dominação, controle e submissão do ser social. Desta forma, o capital tem o trabalho e o território como fatores para sua reorganização e reestruturação a fim de construir um sistema de controle e dominação que permita sua manutenção e reprodução.

Então, as Vilas Rurais é um exemplo dessa dinâmica, ou seja, uma territorialidade característica desse sistema, pois o trabalho é uma categoria principal para o rearranjo territorial do capital a fim de seguir sua lógica.

Diante de todo este processo em que o indivíduo não é considerado como ser social em todo seu sentido pleno, mas apenas como fator de produção e a lógica sobressai o econômico e o político sobre o social, há também profundas alterações na subjetividade do indivíduo. Estas modificações trazem conseqüências para o ser como trabalhador, o que o torna um fator diante do sistema de produção, tendo sua força de trabalho como elemento desvinculado de seu portador, pois é tomada como posse do sistema e não do trabalhador.

Martins (1995) nos oferece importantes contribuições para uma análise desta relação entre o trabalhador, com sua força de trabalho, e o capitalista, como elemento detentor dos meios de produção e do capital. Para isso, ressalta que esta relação é aparentemente livre e igual, pois o trabalhador tem a liberdade para vender sua força de trabalho a quem precise e, por outro lado, pressupõe uma igualdade no sentido de que um necessita do outro, ou seja, o trabalho por si só não gera os bens necessários para a sobrevivência de seu portador, e os meios de produção sozinhos também não proporcionam tal condição. Mas de uma relação igual no final se torna desigual, pois como a força de trabalho é paga com uma parte do capital e este tem como objetivo sua acumulação e reprodução, não se torna interessante uma distribuição equitativa, na medida que desta forma não ocorrerá o seu crescimento.

Sendo assim, o trabalhador não é remunerado de acordo com seu trabalho, pois o salário que recebe serve apenas para sua recriação como trabalhador para o capital, mas caso o indivíduo não realize esta troca não conseguirá sobreviver, uma vez que sua força de trabalho é o único elemento que possui para garantir tal condição. Com isto, cria-se uma relação de sujeição do trabalho ao capital como se só o indivíduo necessitasse dele, mas para seguir sua lógica o capital também necessita do trabalhador, pois na verdade só o trabalho produz valor e riqueza a fim de garantir a reprodução do capital.

Martins (1995) enfatiza que essa é uma relação de exploração baseada na ilusão de que não há exploração, pois aparece para o trabalhador como se ele recebesse o equivalente à sua força de trabalho, mas na verdade não recebe o valor do produzido. Então, o trabalho que é um elemento do trabalhador é tido não como propriedade dele, mas como algo do capital, sendo um meio de manobra para sua lógica. Portanto, o trabalho é apropriado pelo capital como se fosse uma força do capital e não do trabalhador.

Além de ocorrer essa alteração, causando profundas mudanças como ser que vive do trabalho, acontecem também conseqüências para o indivíduo como ser social. Para compreender de que modo o sistema do capital, através das transformações espaciais, influencia no sentido social do indivíduo, vale aqui remeter a uma análise realizada por Lefebvre apud Haesbaert (2002) sobre a produção do território.

Há dois elementos importantes para se entender o território (a apropriação e a dominação) que tem conteúdos diferentes. A apropriação reúne elementos funcionais e simbólicos; já, a dominação abrange apenas o aspecto funcional e utilitário do espaço, sem uma dimensão simbólica deste para o indivíduo. Mas o que se denota nas formações de territórios e, conseqüentemente, nas territorialidades é apenas o aspecto da dominação, pois os

espaços são tidos como um poder para se obter a lógica do capital, sendo esta desvinculada dos aspectos sociais e simbólicos da população envolvida.

Desse modo, apesar da dominação representar um aspecto predominante no território e na territorialidade, estes pressupõem também uma dimensão subjetiva para o indivíduo na qual o capital tende a suprimir. Neste sentido,

o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. (HAESBAERT, 2002, p.121).

Desse modo, o território é um produto dialético, pois ao mesmo tempo em que é uma forma de dominação da classe dominante e do Estado para extrair seus objetivos, o que sobrepõe as necessidades do ser social ao fator produção; gera também identidades territoriais na população envolvida. Com isso, tais dimensões simbólicas podem favorecer tanto a interação com o capital, a fim de corresponder aos seus anseios como forma de buscar sua sobrevivência no território, como também pode criar movimentos contraditórios de lutas e reivindicações para se manter no seu território e contra a dominação imposta pelo capital. Mas, como a dominação é a lógica do capital, qualquer subjetividade e identidade do indivíduo são abafadas e negadas, pois para o sistema não é interessante se preocupar com o social, mas sim com o econômico e o político. Neste contexto, é que as ações reivindicatórias que buscam a retomada de suas condições de existência são controladas pelo sistema.

A partir dessa lógica criam-se territorialidades apenas privilegiando os aspectos funcionais e utilitários, renegando qualquer elemento subjetivo e necessidades sociais. Sendo assim, as Vilas Rurais representam esta lógica.

Tomando como referência a distinção conceitual de Lefebvre, acima citada, tem-se que o Programa Vilas Rurais é um produto da dominação sobre o espaço, pois abrange apenas os aspectos funcionais e utilitários deste a partir da necessidade de formar reservas de mão-de-obra para os setores rurais e, principalmente, urbanos, ou seja, provém de uma necessidade do capital e, por conseguinte, da classe dominante, o que traz, como consequência, um fortalecimento das desigualdades sociais. Tal realidade não pressupõe uma apropriação do espaço, uma vez que a dimensão social não é contemplada pelo Programa.

Como já foi tratada, as Vilas Rurais são formadas pelo capital. Deste modo, negligencia necessidades dos indivíduos, tanto que a sua formação se deu pela instância estadual e não por movimentos sociais que derivam, em parte, dos anseios das classes dominadas, nos quais estes podem resultar na formação de territórios e a criação de

identidades territoriais que apresentam um sentido simbólico e afetivo com o espaço em que vivem, tanto através da interação com o capital, como da luta contra ele.

Denota-se que nas Vilas Rurais a identificação territorial não se dá por completo, pois há uma crise de identidade na medida que tal territorialidade não proporciona todas as necessidades do ser social. Deste modo, as Vilas servem como local de moradia; já, as cidades, na maior parte dos casos, como local de busca de infra-estrutura, trabalho e lazer.

Com isso, há uma fragmentação do vivido, pois sua reprodução social e econômica divide-se por vários outros territórios, não se dá por completo nas Vilas. Sendo assim, há identificações parciais que misturam elementos e estilos de vida que até então não eram peculiares à territorialidade rural. Tal condição deriva da própria imposição do capital, o que denota um dos sentidos do Programa Vilas Rurais. Então, a partir da realidade, entende-se que não há uma identidade territorial completa nas Vilas, pois não há um sentido de pertencimento ao local. Há sim, um sentido de pertencimento ao rural, mas não às Vilas Rurais. Isto ocorre justamente pela falta de condições proporcionadas pelo Programa.

Nas Vilas estudadas, não foi observada uma identidade territorial no sentido de comportamentos e condutas que façam com que se criem uma maior interação entre os moradores ou lutas para buscar uma melhoria nas condições de vida a partir de seu território. Este fato se deve, em grande parte, à parcialidade identitária proporcionada aos moradores.

Esta perspectiva da Vila como uma territorialidade de dominação e não de apropriação surge pela situação conjuntural e estrutural mundial, na qual se prega o fim dos territórios, pois a tendência de hoje é a desterritorialização, em vários aspectos.

Neste sentido, as Vilas Rurais representam uma desterritorialização de certos elementos como o cultural, por exemplo. Haesbaert (2002, p.131) afirma que:

neste processo há uma perda do sentido/o valor de espaços aglutinadores de identidades, na medida em que as pessoas não mais se identificam simbólica e afetivamente com os lugares em que vivem, ou se identificam com vários deles ao mesmo tempo e podem mudar de referência espacial-identitária com relativa facilidade.

Primeiramente, não se acredita que atualmente esteja ocorrendo um processo de destruição dos territórios a partir de um sistema baseado em uma sociedade desenraizada, pelas redes e fluxos, pois, se o território pressupõe poder e a lógica do sistema converge neste sentido, não se pode afirmar que este tende ao seu esfacelamento.

Tem-se presenciado sim um processo de desterritorialização de grande parte da sociedade que está a margem deste processo, mas, por outro lado, há também sua reterritorialização em outro espaço.

Ao pressupor que as Vilas Rurais apresentam esse processo de desterritorialização cultural, não se acredita que tal perspectiva abrange toda a sociedade, pois, por outro lado, tal dominação do sistema do capital faz com que se crie ou se reforce uma referência simbólica e uma identidade territorial, ou como forma de sobreviver com o capital, ou como forma de luta para sua manutenção e reprodução.

Portanto, as Vilas Rurais são territorialidades constituídas pela dominação do capital, juntamente com o Estado. Uma territorialidade formada a partir das relações de poder de tal classe e como forma de manutenção e perpetuação de tal poder.

Deste modo, como as Vilas Rurais tem origem no processo do capital e esse tem como princípio sua acumulação e reprodução a partir da subordinação do indivíduo mediado pela sua exploração nas relações de trabalho e negligenciando suas necessidades, então, não se pode entender que o Programa se constitui como uma saída para os anseios desta camada da sociedade, pois iria em desencontro à própria lógica de seu sistema e, por conseguinte, do Estado.

Nesse sentido, as Vilas Rurais surgem como uma necessidade do capital e do Estado em formar locais que venham a favorecer sua lógica, ou seja, na inviabilidade da reterritorialização da população rural a partir da constituição de espaços que propiciem sua reprodução como produtores rurais autônomos, criam-se medidas convenientes, como o Programa Vilas Rurais, no qual ao implantá-lo, afirma uma preocupação com esta camada, mas na verdade estão ocultando a verdadeira causa do problema.

Com isso, proporcionar o retorno ao campo desta população que dele se originou, oferecendo um pequeno espaço de terra para seu autoconsumo e, ao mesmo tempo, formar espaços rurais que constituem reservas de mão-de-obra para os setores mais dinâmicos da economia, vem de encontro com os interesses do capital, porque ao mesmo tempo em que demonstram a realização de políticas para esta população desterritorializada do campo, fornecerão elementos de que as classes dominantes rurais e urbanas necessitam.

Então, independente de sua denominação, as Vilas Rurais são territorialidades formadas por uma política que camufla as causas dos problemas enfrentados pela população rural, relegando-os apenas à condição de força de trabalho como se para melhorar sua condição de vida fosse necessária apenas habitação, esquecendo que além desta, há muitas outras de igual relevância para esta camada se reproduzir enquanto cidadão rural.

CAPÍTULO 3: O PROGRAMA VILAS RURAIS E AS RELAÇÕES DE TRABALHO.

3.1) O CAPITAL E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Nas últimas décadas, o mundo vem presenciando profundas transformações econômicas, políticas, ideológicas refletindo nas relações de trabalho, pois estas se apresentam como uma categoria central para a reprodução do capital. Deste modo, o capital tem criado estratégias para que possa seguir sua lógica e permanecer sua ampliação a partir da subordinação do trabalho.

No início dos anos de 1970, o capitalismo encontrava-se em crise devido a vários fatores derivados da conjuntura mundial como: a queda da taxa de lucro, o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção em resposta à retração do consumo que se acentuava devido ao desemprego estrutural, a relativa autonomia da esfera financeira frente aos capitais produtivos, o aumento no número de privatizações, a retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado, a concentração de capitais devido às fusões de empresas. Tais fatos afetavam profundamente o sistema do capital, colocando-o em uma enorme crise estrutural.

Como resposta a essas transformações, iniciou-se um processo de reorganização do capital, baseado em uma reestruturação da produção e do trabalho, consolidando-se em um novo sistema de metabolismo societal estruturado pelo capital¹⁵, na qual, segundo Antunes (1999, p.17), “o sistema de mediações de segunda ordem passou a se sobrepor e a conduzir as mediações de primeira ordem¹⁶”, ocorrendo a subordinação das funções reprodutivas sociais mediadas pela lógica de reprodução ampliada do capital.

A explicação para todo esse processo consiste na sobreposição do valor de uso pelo valor de troca, ou seja, todas as necessidades humanas são completamente subordinadas às necessidades da contínua, sistemática e crescente ampliação de valores de troca. Deste modo, é baseada no interesse da auto-realização expansiva do capital. Nesse momento, o mercado passou a ser o principal mediador do capital, pois todas suas preocupações estão voltadas para ele.

¹⁵ Metabolismo societal ou social do capital é resultado de uma divisão social hierarquizada, na qual derivam diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital.

¹⁶ Sistema de mediação de primeira ordem é a necessidade que os indivíduos têm de garantir sua reprodução biológica, econômica e política por meio de relações estabelecidas entre ele e no intercâmbio e interação com a natureza.

Segundo Siqueira (2001, p.66), nesta fase há uma “tendência à transformação das relações sociais, dos produtos e dos valores em mercadorias, fomentando o domínio do mercado”, ou seja, todas as esferas estão condicionadas pela sua lógica. Neste sentido, é necessário entender que apesar do mercado ser o elemento condicionador de tais transformações, sua estratégia é direcionada pelo sistema do capital, ou seja, por trás destas configurações está o capital criando mecanismos de subordinação. Esta negligência com as necessidades humanas se tornou mais acentuada com a transição para o modelo neoliberal, servindo assim, para reforçar e contribuir na reestruturação do capital.

Com isso, percebe-se explicitamente que o capital destrói e dissolve todo o valor qualitativo das relações humanas, impondo-lhes valores quantitativos, o que na verdade, consiste na sua lógica de reprodução que se preocupa exclusivamente com os lucros e a acumulação, negligenciando as necessidades dos indivíduos.

Segundo Antunes (1999, p.182), “o trabalho que estrutura o capital desestrutura o ser social”. Portanto, a explicação para a configuração da atual situação econômica, política e ideológica de todo esse cenário global e local tem como elemento central não o sistema capitalista, mas sim o capital, pois para Mészáros apud Antunes (1999, p.23) “o capitalismo é uma das formas possíveis da realização do capital, uma de suas variantes históricas, presentes na fase caracterizada pela generalização da subsumção real do trabalho ao capital”, e este já existia antes desta generalização do modo capitalista.

Desse modo, o capitalismo pode ser entendido como a forma na qual o capital tem livre acesso de se expandir e se articular com o aval de seus atores sociais envolvidos, principalmente o Estado e a classe hegemônica, agindo de modo que suas exigências se consolidem e se façam exercer, pois segundo Mészáros apud Antunes (1999, p.23) “o capital constitui uma poderosíssima estrutura totalizante de organização e controle do metabolismo societal, à qual todos, inclusive os seres humanos, devem se adaptar”, independente do sistema vigente.

O capital não existe apenas no sistema capitalista, ele se faz presente em todos os espaços, o que difere são apenas as formas e intensidades de dominação e controle que ele exerce, o que caracteriza o metabolismo societal do capital.

Diante destas alterações decorrentes do advento do neoliberalismo e da era da acumulação flexível como soluções encontradas pelo capital para sair de sua crise, este

Sistema de mediação de segunda ordem tem como resultado a origem do capital, a qual impôs a separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção e a personificação do capital e do trabalho para que haja sua reprodução e expansão, mediando a subordinação do trabalho a este.

vem se reestruturando e deixando como rastro um enorme desemprego estrutural e um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas ou mesmo à margem do processo produtivo. Deve-se lembrar que a lógica nesta fase é a subordinação do trabalhador ao capital, sendo esta primeira categoria entendida apenas a partir de sua ligação com o capital e não mais como elemento social que possui necessidades humanas, mas um elemento de produção.

Neste contexto de transformações das estratégias do capital, este vem buscando alternativas de relações de trabalho para que possa extrair dela sua mais-valia e manter sua reprodução. Com isso, a importância assumida pelo setor de serviços, que vem ampliando-se largamente tanto no meio urbano como no rural, apresenta-se como uma das formas que se encaixam na lógica do capital.

Para Antunes (1999, p.113), o setor de serviços “não é uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista, mas cumpre um papel de funcionalidade ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital”, pois o sistema não tem nenhuma preocupação pública e social com esta camada, além de suprir gastos que são de responsabilidade do Estado.

A expansão do setor de serviços no campo ocorre, pois, na inviabilidade de implementar políticas voltadas para a produção agropecuária e criação de empregos em tal setor, criam-se medidas alternativas para tentar amenizar estes problemas no rural.

Desse modo, o crescimento do setor de serviços vem como uma alternativa paliativa de retirar do Estado os óbices com esta camada desempregada que gera custos para ele, uma vez que este não se preocupa com o bem estar social, serve apenas como aparato institucional de ação das classes do capital. Então, estas medidas tendem a ser apenas compensatórias, uma vez que não resolvem os problemas estruturais do desemprego, apenas abafam as causas mais imediatistas.

Para Antunes (1999, p.114):

o setor de serviços surge como um mecanismo minimizador da barbárie do desemprego estrutural, ele cumpre uma efetiva (ainda que limitadíssima) parcela de ação. Porém, quando concebidos como um momento efetivo de transformação social em profundidade, eles acabam por converter-se em uma nova forma de mistificação que pretende, na hipótese mais generosa, “substituir” as formas de transformação radical, profunda e totalizante da lógica societal por mecanismos mais palatáveis e parciais, de algum modo assimiláveis pelo capital. E na sua versão mais branda e adequada à Ordem pretendem em realidade evitar as transformações capazes de eliminar o capital.

É mais interessante para o Estado implementar políticas de absorção dessa camada desempregada em setores terciários do que arcar com seus encargos sociais, além de minimizar os movimentos sociais que reivindicam melhores condições de sobrevivência.

Essa relevância assumida pelas atividades relacionadas ao setor de serviços se dá pela reestruturação do capital nessa fase, na qual sua lógica que estava contida na esfera da produção passou para a esfera dos serviços, não que o primeiro tenha sido substituído, mas, sim, que o setor terciário representa hoje uma crescente evolução devido à conjuntura e estrutura mundial, no qual o trabalho representa a forma viável para se obter a lógica do capital.

Segundo Mészáros (2003, p. 22), “houve época em que o aumento do círculo do consumo se fazia acompanhar do imperativo destrutivo da auto-realização ampliada do capital”, ou seja, além da exploração do trabalho, ele se reproduzia a partir do nível de consumo da população. Mas, nesta nova fase do capital o consumo para o benefício do indivíduo e para o capital já não mais se dá na mesma proporção, pois a exploração das relações de trabalho se tornou o cerne principal desta lógica.

Portanto, não se pode assimilar a tese de que o trabalho irá desaparecer com o advento das tecnologias de ponta que irão substituí-lo, pois é através desta categoria que o capital consegue manter sua lógica de reprodução. Com isso, criam-se novos tipos de relações de trabalho que melhor retorno possa trazer, como, por exemplo, a expansão do setor de serviços como uma forma de manter empregada uma parcela da população que se encontrava desempregada, sendo menos oneroso para o Estado sua inserção nestas atividades do que arcar com seus gastos sociais.

Nesse contexto é que se questiona o novo sentido assumido pelo mundo rural, identificando-o não exclusivamente com as atividades agropecuárias, mas, sim, adaptando-se às novas formas sociais e econômicas de organização da sociedade, baseada nos padrões “pós-fordistas”, que tem como uma de suas características o crescimento do setor de serviços.

A partir dessa análise realizada sobre os rumos do trabalho nos dias atuais, denota-se uma crescente marginalização e precarização de suas relações, nas quais alterou-se todo o sentido do indivíduo, do trabalhador e do cidadão. No cerne desta nova configuração atribuída ao sentido do trabalho, o capital, como elemento principal, assume uma importância significativa nos rumos do processo econômico, político, ideológico e social, apreendendo o espaço e suas relações de diversas formas, conforme suas necessidades e as características peculiares dos locais.

Essa breve análise sobre a precarização das relações de trabalho, sua subordinação ao capital e a estratégia de ampliação do setor terciário será de grande importância na medida que fornecerá subsídios para posterior análise da pluriatividade como uma estratégia criada pelo capital e não pelos trabalhadores rurais de manter ocupada a mão-de-obra rural, uma vez que o Estado admite e negligencia o declínio de empregos rurais e, ao mesmo tempo, maximiza o exército de trabalhadores. Deste modo, têm criado meios para rebaixar os salários pagos tanto dos trabalhadores rurais quanto dos urbanos.

3.2) OS SENTIDOS DA PLURIATIVIDADE

O termo pluriatividade foi criado na Europa nos anos de 1980 para designar, segundo Alentejano (1998, p.57),

a diversificação das formas de organização na agricultura com multiplicação de estratégias complementares de reprodução dos agricultores que envolve inclusive o recurso a outras atividades, seja o assalariamento urbano, seja a transformação industrial ou artesanal da produção agrícola, seja o desenvolvimento de atividades terciárias (serviços e lazer) na propriedade rural

Refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, a qual destina-se tanto a agropecuária como a outras atividades não-agrícolas que podem estar dentro ou fora da propriedade.

Na Europa, o desenvolvimento da noção de pluriatividade esteve ligada a vários fatores, principalmente às transformações do processo de industrialização e urbanização, as quais romperam com o padrão fordista de concentração urbana das indústrias, substituindo, nos anos de 1970, para um modelo baseado na industrialização difusa que é caracterizada, segundo Alentejano (1998, p.53), por uma

reduzida concentração espacial da indústria que se espalha por várias pequenas cidades com unidades de pequeno porte, num processo fragmentado de produção que tem entre outras grandes vantagens a fuga das deseconomias de aglomeração e da maior organização sindical nos grandes centros urbanos, possibilitando a contratação do trabalho sob custos mais reduzidos e formas mais flexíveis.

A realidade da industrialização difusa é observada nos países desenvolvidos, mas não no Brasil, de uma maneira geral, que possui apenas casos específicos.

A partir dessa perspectiva, não se pode aplicar o processo de pluriatividade em todo o território nacional, pois a industrialização e a urbanização continuam concentradas, havendo apenas algumas localidades que, devido a vários fatores, permitem a utilização de tais estratégias. Mas, mesmo em menor escala e com causas diferentes, há a ampliação da pluriatividade para a população rural, uma vez que a proliferação desta relação de trabalho é a forma mais simplificada encontrada pelo Estado e pela classe hegemônica de resolver os problemas do capital.

Schneider (1994, p.167) já afirmava que:

essas relações não são apenas o resultado de processos sociais e econômicos previamente constituídos e determinados (industrialização difusa ou transformações agrárias). Elas também possuem uma historicidade e uma especificidade que as diferencia em relação ao exterior e entre si, de modo endógeno.

O mesmo autor ressalta o papel do sistema produtivo local, que são os modos de organização e reprodução social do local, influenciando no processo geral de articulação da economia.

Outra causa relevante para a consolidação do termo pluriatividade, na Europa, seria a inversão do processo de especialização, nos quais muitos agricultores tiveram que diversificar não só a produção, mas também suas atividades devido à crise de superprodução que se encontravam nos anos de 1980. Deve-se ressaltar também que muitos agricultores não aderiram ao processo de profissionalização e modernização recorrendo a outras atividades como forma de buscar sua sobrevivência.

Inicialmente, este tipo de realidade marcada pela multiplicidade de estratégias era denominada de agricultura em tempo parcial, mas com as mudanças econômicas, políticas, sociais ocorridas na Europa, as quais modificaram seu contexto, ampliaram-se os estudos acerca da temática, surgindo, assim, outros conceitos para tentar explicar estas transformações.

Fuller apud Schneider (1994) realiza uma periodização das fases do estudo da agricultura em tempo parcial na Europa e nos Estados Unidos, demonstrando sua trajetória controvertida perante o meio científico e o Estado, pois em diferentes momentos assume várias denominações e significações.

Até a década de 1970, a agricultura em tempo parcial era vista a partir de uma ótica negativa, não reconhecendo este tipo de trabalhador rural como agricultor, significando, assim, sua exclusão das políticas públicas destinadas a este setor. Este tipo de

atividade era considerado como um obstáculo para a modernização agrícola, pois recebendo maior renda com o trabalho fora da propriedade, condicionaria os trabalhadores à substituição da atividade agrícola por outras não agrícolas.

Predominava, durante este período, a lógica da transitoriedade da agricultura de tempo parcial, pois esta ocorria como uma fase transitória para a transferência do trabalhador em assalariado ou burguês, ou até seu retorno como agricultor depois de cessada a época de crise, a qual os forçava a ampliar seu leque de tarefas para garantir sua renda.

No período pós 1970, a agricultura de tempo parcial passa a ser vista como solução para a fixação da população no meio rural, de redução das migrações e de assimilação dos impactos da modernização agrícola.

Já, nos anos de 1980, devido à superprodutividade na Europa, este tipo de agricultura foi utilizado como política para manter o emprego no meio rural sem ampliar a produtividade. Deste modo, assumiu, neste momento, uma importância relativa como alternativa para resolver as questões agrárias e urbanas, sendo amplamente difundida, não só nos países desenvolvidos, mas em todos os outros.

Neste contexto de disseminação da importância da agricultura de tempo parcial, a expressão foi substituída primeiramente pela noção de *multiple job holding*, que pode ser considerada como o fenômeno da multiplicidade de fontes de renda que compõem o orçamento das unidades agrícolas familiares e, mais tarde, por *pluriactivité* ou pluriatividade, termo predominante até o momento atual.¹⁷ (SCHNEIDER, 1994)

Essa mudança dos conceitos resultou de uma revisão teórica e de uma mudança da realidade que refletia os valores dos anos de 1980, uma vez que houve uma ampliação do número de pessoas das famílias que passaram a recorrer a outras atividades acessórias e não apenas um dos membros, como ocorre com a agricultura em tempo parcial. Deste modo, o termo pluriatividade passou a apresentar um sentido mais amplo das transformações em curso no cenário agrário-urbano europeu e a abranger o contexto apresentado.

Essa periodização se torna relevante na medida em que oferece elementos para entender como essa estratégia foi considerada nas diferentes épocas para a população rural.

Com isso, até a década de 1970, a pluriatividade não era muito aceita pela realidade da época, atribuindo uma avaliação negativa a essas formas alternativas de renda.

¹⁷ O termo agricultura em tempo parcial ainda existe, mas sua abrangência foi reduzida uma vez que houve o aumento no número de membros da família que passaram a exercer outras ocupações.

Os motivos para esta aversão consistiam na posição de enfrentamento político atribuído a esta prática, pois a adoção de tal estratégia representava a negação na inserção ao modelo produtivista implantado, que estava baseado na especialização da produção agrícola e na modernização tecnológica.

Desse modo, a pluriatividade, inicialmente, representava além do aspecto econômico, um forte caráter político, sendo assim, incompatível com as necessidades do capital, uma vez que representava ameaça a ordem estabelecida. Mas, a partir deste período ela passou a ser vista como a alternativa mais viável para o campo, pois devido à crise de superprodução agrícola na Europa, a pluriatividade passou a representar um modelo e solução para o futuro, pois era necessário frear a produção agrícola.

Com isso, denota-se a mudança no posicionamento perante tal alternativa, pois devido as situações estruturais e conjunturais da época, o capital passou a necessitar da pluriatividade para seguir sua lógica. Este fato se deve a própria transformação do sistema do capital, pois a partir de 1970 devido a sua crise estrutural, modificou suas estratégias a fim de se reorganizar. Sendo assim, a pluriatividade tornou-se um meio mais eficaz para que ao mesmo tempo fosse uma saída para o desemprego rural e sem custos para o Estado.

A partir do momento em que a pluriatividade foi vista como solução pelo capital, ela foi aceita e até incentivada. Com isso, vê-se como o capital manipula certas estratégias para que possa alcançar seus objetivos. Então, inicialmente, a pluriatividade foi uma estratégia encontrada pela população rural como forma de sobrevivência no campo, ao mesmo tempo, em que negava tal sistema imposto. Atualmente, serve como uma alternativa não do trabalhador rural, mas sim do capital como uma saída para seus obstáculos.

No Brasil, o termo ganhou espaço nos anos de 1990, sendo reconhecido, pela maior parte dos pesquisadores, como um fenômeno recente da realidade agrária-urbana brasileira. Surgiu como estratégia à atual crise agrícola enfrentada pelo país e como resposta às atuais transformações mundiais.

Um dos problemas que merece especial destaque é atribuído ao desenvolvimento tecnológico, o maior impacto sobre as atividades agropecuárias, impondo limites à sua expansão, o que, por sinal, ocasionou uma intensa queda nos níveis de empregos agrícolas, com dificuldade na sua reabsorção, pois as principais culturas aderiram à mecanização.

Então, no Brasil, a principal causa para a ampliação das atividades não-agrícolas recai sobre a situação de crise enfrentada pela agropecuária, o que irá refletir no decréscimo do número de empregos. Diferente da situação posta na Europa, na qual, além

deste fator, estava baseada no processo de industrialização difusa e na especialização da produção.

Nesse contexto, ganha importância a adesão no meio rural de novas atividades agrícolas e não-agrícolas como estratégias dos pequenos produtores de se manterem no campo, como forma de buscar sua sobrevivência e de se inserirem no mercado imposto pelo capital.

Segundo Graziano da Silva (1999), essas “novas” atividades implantadas no meio rural estão ligadas tanto às atividades não-agrícolas como: moradia, lazer e várias atividades industriais e de prestação de serviços; como as atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos como: produção orgânica, criação de rãs, de aves nobres, floricultura e produção de mudas de plantas ornamentais.

Nesse sentido, questiona-se: o que há de novo nessa realidade? Sem dúvida, certas atividades aqui mencionadas correspondem às novas exigências do mercado, mas a estratégia da pluriatividade sempre foi utilizada pelo campesinato como forma de complementar sua reprodução em momentos de crise, como foi mencionado por Chayanov (1974). Portanto, recorrendo a outros tipos de tarefas como o assalariamento, agregar valor aos seus produtos agrícolas, ou seja, independente do tipo de atividade a ser executada pelos diferentes camponeses ao longo da história, a essência é a mesma, a multiplicidade de atividades como forma de sobrevivência. Mas, apesar de considerar que sempre houve o trabalho não-agrícola no campo, é necessário entender que durante os diferentes períodos históricos esta forma de atividade assume significados e expressões heterogêneas.

Para esta periodização dos sentidos assumidos pela pluriatividade, Carneiro (1998) nos oferece importantes contribuições. Neste sentido, ressalta que as práticas de atividades não-agrícolas são antigas, recorrendo desde o século XV, ou seja, o campesinato sempre utilizou estas atividades como forma de buscar um complemento para sua sobrevivência. Mas, não se pode afirmar que esta prática seja semelhante ao que ocorre no momento atual, pois segundo Carneiro (1998) na Europa, até o começo do século XX, as atividades não-agrícolas não representavam tanta importância, uma vez que serviam apenas como acessório da renda nas épocas de crise da produção agrícola.

Desse modo, não havia uma classificação para tal atividade. A necessidade de uma denominação mais precisa surgiu recentemente, o que vem demonstrar a transição para um novo sentido assumido pelas atividades não-agrícolas.

Carneiro (1998 p.150) expressa muito bem essa transição ao afirmar que “lentamente, a base agrícola da dupla atividade perde sua importância no equilíbrio

socioeconômico do camponês-operário que se torna operário-camponês”. Com isso, anteriormente, na Europa, o camponês-operário tinha como base principal de renda as atividades agropecuárias, sendo a não-agrícola apenas um complemento; já, a partir da década de 1970 e, principalmente, de 1980, estes trabalhadores são metamorfoseados em operário-camponês, ou seja, a atividade agrícola passou de principal para acessório.

Apesar dessa constatação ser mais evidente na Europa, tal processo no Brasil apresenta um ritmo diferenciado devido a própria heterogeneidade do desenvolvimento da agricultura, apresentando estágios mais atrasados. Mas, são questões que devem ser pensadas nacionalmente por apresentar certa tendência para a pluriatividade, principalmente, pela crise da agropecuária.

Nas Vilas Rurais esse processo é mais evidente, podendo denotar que para os vileiros as atividades não-agrícolas já representam o principal rendimento, sendo as ocupações agrícolas como acessórias. Neste sentido, a pluriatividade, atualmente, é posta como a única alternativa de permanência no campo, sendo uma forma que garante a reprodução da população rural diante da crise posta pela agricultura modernizada.

Com isso, a imposição de certas relações de trabalho que retiram do produtor agrícola a importância do trabalho agropecuário, coloca agora como acessório e não mais como fonte principal, como sempre ocorreu, sendo substituída por atividades não-agrícolas. Tal processo aliena esta camada da população criando uma crise de identidade, pois não são nem trabalhadores agrícolas, nem urbanos, uma vez que moram no campo, mas não necessariamente apresentam atividades na mesma ordem. Isso vem demonstrar o capital determinando nas relações de trabalho, de modo que nega a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento das forças produtivas.

Essa análise se torna relevante para o trabalho na medida em que as Vilas Rurais são exemplos característicos dessa realidade, pois impõem certas condições de trabalho para uma população que sempre utilizou a agropecuária como fonte principal de renda e que, hoje, serve como acessório.

Apesar da pluriatividade no Brasil não apresentar a mesma expressividade do que nos países mais desenvolvidos, ela vem sendo amplamente difundida como alternativa ao desenvolvimento rural.

Analisando a política agrícola e agrária do segundo mandato de FHC, a partir da obra de Carvalho Filho (2001), vê-se que sua proposta está baseada em um suposto Novo Mundo Rural, no qual um de seus princípios tem como base o estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas.

Graziano da Silva (1999), porém, ressalta que o Brasil ainda não possui programas que estimulem a pluriatividade no meio rural, ou políticas públicas relacionadas a esta realidade, apesar de haver importantes instituições internacionais que vêm insistindo na criação de políticas que favoreçam a multiplicidade de atividades, como forma de se alcançar o desenvolvimento rural.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que apresenta políticas de um novo rural, o Estado não despende incentivos a tais atividades, deixando a cargo da população rural optar e se encarregar dos custos. Fornece idéias, mas não as incentiva. Com isso, o Estado apresenta uma postura distanciada do problema, pois quem será responsável pela sua condição será a própria população envolvida e não o Estado.

Todavia, entende-se, a partir dessa proposta, o papel do Estado como elemento intermediador da classe dominante, que será mediada pela lógica do capital. Sendo assim, visualiza-se nestas políticas o interesse em adaptar o meio rural às novas exigências do mercado e do capital e, ainda, subtraindo do poder público os encargos sociais, caso esta população migre para as cidades por falta de emprego, e até servindo como negação a uma reforma na estrutura fundiária, pois estimulando formas alternativas não serão necessárias transformações radicais no meio rural, o que iria contrariar interesses dos dominantes.

Segundo Graziano da Silva (1999, p.29), “a criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais é, portanto, a única estratégia capaz de reter a população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar a sua renda”, afirmando que o aparecimento destas “novas” atividades no campo é a “salvação da lavoura”, pois permite que, além de conter o êxodo rural, proporcionarão emprego, renda e ainda poderão ter habitação, uma vez que, nas cidades, geralmente viverão em condições precárias de moradia e de trabalho.

Quando o autor afirma “a única estratégia”, vem confirmar o interesse do Estado em retirar seu dever perante os trabalhadores rurais de proporcionar condições dignas tanto econômicas, políticas e sociais, pois medidas mais estruturais afetarão o poder da classe dominante. Deste modo, é de responsabilidade da população rural o seu progresso ou sua decadência.

Essa ascensão renovada do termo neste momento tem um objetivo especial, podendo recorrer ao início da exposição, quando se ressalta o caráter subordinante e dominante do capital, nesta era de acumulação flexível, na qual se privilegiam as atividades urbanas e o setor de serviços como forma de garantir emprego às pessoas que o processo do capital deixou à margem. Deste modo, retira do Estado os custos sociais com esta camada e

poupa ainda investimentos nos setores da agricultura familiar, uma vez que estes não proporcionam renda necessária para o desenvolvimento do país, segundo a visão da classe dominante.

Nesse contexto é que Graziano da Silva (1999, p.09) afirma que “trata-se de buscar, nas franjas do crescimento da prestação de serviços pessoais que caracteriza o mundo atual, um conjunto de novas ocupações cujos níveis de qualificação exijam apenas um treinamento rápido para esses milhões de ‘sem sem’”, consistindo na saída mais viável para o capital.

Portanto, ao realizar essa análise da pluriatividade, entende-se o caráter de interesse de classes que ela representa como condição da lógica do capital a partir do qual se impõem certos tipos de relações de trabalho que o favoreça. Para isso, a pluriatividade é também uma forma de exploração do trabalhador.

Alentejano (1998, p.53) afirma que:

o termo pluriatividade significa uma forma de acentuação da exploração capitalista, na medida em que faz parte do conjunto de transformações em curso no mundo de hoje para a flexibilização e precarização das relações de trabalho e a reestruturação produtiva que têm como efeito básico o aumento da exploração do trabalho e a ampliação da margem do lucro dos capitalistas

Entretanto, impor para os trabalhadores rurais que continuem a exercer sua atividade no campo, podendo ser agrícola ou não agrícola, e recorrer a outras para poder complementar sua renda, evidencia uma elevação de sua jornada de trabalho, implicando em uma superexploração do indivíduo.

Segundo Graziano da Silva (1999), essa “nova” estratégia da pluriatividade contribuirá para um aumento da renda familiar. Mas, mesmo com o incremento salarial, este não remunerará o trabalhador na medida de sua hora/trabalho. Deste modo, confirma-se a exploração de seu trabalho.

Para Graziano da Silva (1999), as atividades urbanas possuem melhores remunerações que os trabalhos rurais, mas com a precarização das relações de trabalho nem as atividades nas cidades proporcionarão salários compatíveis com sua jornada de trabalho, pois como a reserva de mão-de-obra está se ampliando, a tendência é o rebaixamento dos salários, sendo vantajosos apenas para os patrões, seja de qualquer ordem de atividade.

Nesse sentido, a pluriatividade é uma realidade que interessa para o capital e não para o trabalhador que além de ser superexplorado não é remunerado de acordo com sua jornada de trabalho.

Diante destas novas formas de organização do trabalho, tanto na indústria como na agricultura, é que Graziano da Silva (1999, p.03) afirma que “o desejo da estabilidade social representada pelo emprego das grandes corporações cedeu lugar, no imaginário popular, ao prestador de serviços autônomo que trabalha em sua própria casa”, o que, de certa forma, está presente nesta afirmação que a decisão desta escolha sobrecarrega o indivíduo, mas, na verdade, é a lógica do capital que impõe certas relações de trabalho e de produção que corresponda às necessidades de sua acumulação.

Pode-se ainda salientar, como afirma Moreira (1985), o papel do Estado, a partir de uma ação que elabora e difunde um imaginário de questão nacional que servirá como elemento massificador e controlador da ordem vigente. Sendo assim, impõe certos tipos de relações alienando o trabalhador rural que terá que recorrer a este modelo como única forma de sobreviver.

Portanto, visualiza-se que a partir do metabolismo societal do capital, nas quais as mediações de segunda ordem sobrepõem as de primeira ordem, surgem em algumas realidades a pluriatividade, como uma forma de relação trabalho/ capital que nega as verdadeiras necessidades dos trabalhadores rurais, sendo visto apenas como elemento de produção responsável pela reprodução e acumulação do capital e não como ser social.

A classe dominante apoiada pelo aparato institucional do Estado, cria estratégias variadas para extrair a mais-valia com a superexploração do trabalhador e, assim, reestruturar a lógica do capital. Então, a pluriatividade é uma estratégia encontrada pelo capital de subordinação do trabalhador rural, levando a sua precarização e exploração, a fim de reestruturar sua lógica e manter a hegemonia do Estado e das classes dominantes.

Com isso, não se pode “comprar” o termo pluriatividade sem realizar uma análise de seu verdadeiro significado. Deve-se ir além de sua definição, entendê-lo nas suas entrelinhas, a partir da realidade que está por trás desta forma de organização do trabalho. Deste modo, compreender que a pluriatividade não é apenas a multiplicidade de atividades exercidas pelos trabalhadores rurais, mas também a multiplicidade de estratégias do capital para se reproduzir.

3.3) AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA VILA RURAL DA PAZ EM ROLÂNDIA E NA VILA RURAL JOÃO INOCENTE EM CAMBÉ.

Torna-se relevante analisar o processo de reestruturação do capital a partir da exploração das relações de trabalho, nas quais derivam-se novas formas como a ascensão das ocupações não-agrícolas dentro do território rural e também fora dele, o que resulta na pluriatividade da população rural.

Entender tal contexto facilitará na compreensão do Programa Vilas Rurais, pois ele representa essa subordinação das relações de trabalho com a formação de espaços de reserva de mão-de-obra, uma vez que a produção agropecuária nas Vilas não proporciona condições de sobrevivência familiar. Sendo assim, grande parte dos moradores recorre às atividades externas ao lote para auferir a renda necessária. Tal realidade pode ser evidenciada a partir das Tabelas 18 e 19.

Tabela 18: Ocupação atual dos moradores na Vila Rural João Inocente-Cambé

Tipos de ocupações	Nº	%
Ocupações fora da Vila	77	42,3
Ocupações só no lote	23	12,6
SUBTOTAL	100	54,9
Sem idade para trabalhar (- de 12 anos)	38	20,9
Com idade para trabalhar, mas sem ocupação (+ de 12 anos)	44	24,2
TOTAL	182	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Tabela 19: Ocupação atual dos moradores na Vila Rural da Paz-Rolândia

Tipos de ocupações	Nº	%
Ocupações fora da Vila	83	51,9
Ocupações só no lote	17	10,6
SUBTOTAL	100	62,5
Sem idade para trabalhar (- de 12 anos)	38	23,8
Com idade para trabalhar, mas sem ocupação (+ de 12 anos)	22	13,8
TOTAL	160	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Tais dados permitem verificar que a maior parte dos moradores apresenta ocupações externas ao lote como forma de conseguir a renda necessária para a manutenção de sua família.

A área destinada a cada morador propicia apenas uma produção para seu autoconsumo e, quando possível, vendem o excedente. Mas, vê-se a partir da realidade estudada que em alguns casos a escala de produção inviabiliza a comercialização e, algumas vezes, também se torna insuficiente até para o consumo familiar.

Desse modo, evidencia um dos objetivos do Programa que é a constituição de reservas de força de trabalho para outros setores, tanto rurais quanto urbanos, o que corresponde aos interesses dominantes na demanda de trabalhadores e, ainda, negligencia as verdadeiras necessidades desta camada, pois os coloca na condição apenas de trabalhadores para o capital.

Apesar dessa realidade ser uma constante nas Vilas Rurais, apresentam também certas peculiaridades, no que se refere à intensidade de tais atividades e, conseqüentemente, da renda.

A partir desses dados, verifica-se que há algumas diferenças em ambas as Vilas estudadas. A primeira refere-se ao número de ocupações externas, o que por conseqüência irá refletir no grau de remuneração das famílias. Ao analisar as rendas obtidas com o trabalho agropecuário nos lotes (Tabelas 8 e 9, páginas 61 e 62), vê-se que estas apresentam uma remuneração mensal menor do que a obtida com o trabalho fora dele.

Com isso, observa-se que a principal renda dos vileiros provém das ocupações fora do lote. Sendo assim, vale ressaltar a condição colocada pelo capital e pelo Estado para a população rural, que tem hoje as atividades não-agrícolas como acessórias e não mais como principal.

Outra questão posta pelas Tabelas 18 e 19 corresponde ao número de pessoas que não se ocupam em atividades econômicas geradoras de renda, o que proporcionará uma queda da remuneração per capita das famílias, pois quando estas se encontrarem em um número maior do que os ocupados, ocorrerá uma tendência de rebaixamento das rendas.

Nesse sentido, com relação às ocupações, a Vila Rural da Paz em Rolândia encontra-se em melhores condições de remuneração, pois 51,9% dos moradores apresentam ocupações externas e 37,6% das pessoas não têm nenhum tipo de ocupação; já, na Vila Rural João Inocente em Cambé, 42,3% de moradores exercem algum tipo de ocupação fora e 45,1% não executam nenhum tipo de atividade. (Tabelas 18 e 19)

Portanto, a renda do trabalho fora do lote proporciona melhor remuneração do que o trabalho agropecuário nos lotes. Com isso, a Vila Rural de Rolândia, por apresentar um maior número deste tipo de ocupação, encontra-se com um nível de renda superior a Vila de Cambé. Neste contexto, ainda, pode-se analisar o número de pessoas não ocupadas, o que em Cambé representa um total significativo, se comparado a Rolândia, que apresenta um percentual mais baixo.

Outra realidade observada nas duas Vilas Rurais analisadas é a presença da pluriatividade, pois a maior parte de seus moradores que possuem ocupações externas executam também serviços em seus lotes, o que pode ser verificado nas Tabelas 20 e 21.

Tabela 20: Moradores que trabalham nos lotes na Vila Rural João Inocente -Cambé

Nível de ocupação	Nº	%
Também apresentam ocupação externa	41	64
Trabalham apenas no lote	23	36
TOTAL	64	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Tabela 21: Moradores que trabalham nos lotes na Vila Rural da Paz-Rolândia

Nível de ocupação	Nº	%
Também apresentam ocupação externa	43	71,7
Trabalham apenas no lote	17	28,3
TOTAL	60	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Apesar das ocupações não-agrícolas serem predominantes nas Vilas analisadas, estas ocorrem fora dos lotes. Já, em seu interior, estas têm pouca representatividade (Tabela 8 e 9, páginas 61 e 62).

Na Vila Rural da Paz em Rolândia, apenas 2,9% das famílias se dedicam a este tipo de atividade; já, em Cambé, tem-se um número um pouco superior, 13,5%. Mas em ambas as Vilas, estas rendas não tem grande expressividade dentro do total mensal e não despense muita mão-de-obra, pois, em todos os casos, apenas um membro da família se dedica a tal atividade.

As ocupações rurais não-agrícolas referem-se ao artesanato, ou seja, crochês, guardanapos, colchas de retalhos, bolsas, que são confeccionados, exclusivamente, pelas mulheres como forma de aumentar a renda familiar.

Para alguns autores como Graziano da Silva (1999), os produtos agrícolas transformados, ou seja, que agregam valores, são considerados como uma atividade não-agrícola. No entanto, entende-se que tal atividade é agrícola, pois deriva de um produto agrícola, apenas há seu beneficiamento como forma de aumentar seu valor comercial ou mesmo para alcançar maior mercado.

A partir das Tabelas 20 e 21, verifica-se que, na Vila de Cambé, 64% dos moradores que trabalham em seus lotes possuem também atividades fora dele, e, na Vila de Rolândia, este número é ainda maior, representando 71,7%. Tais dados permitem entender que em ambas as Vilas Rurais, grande parte das pessoas que se dedicam aos trabalhos nos lotes apresentam juntamente trabalhos externos, o que evidencia a pluriatividade das famílias.

Nesse sentido, tais moradores pluriativos sobrecarregam seus horários de trabalho para tentar conciliar suas atividades. A maior parte de seu tempo é destinado ao trabalho externo e apenas nas horas vagas que é possível a dedicação ao seu lote. Isso evidencia a exploração do trabalhador, pois este tem que recorrer a várias atividades para compor sua renda mensal, uma vez que só o trabalho do lote não permite tal remuneração, servindo apenas como acessório.

Ao tratar da representação assumida pelas ocupações fora do lote como principal meio no qual se obtém a renda necessária para a sobrevivência das famílias, se torna relevante realizar uma discriminação dos tipos de trabalhos executados pelos moradores. Na Vila Rural de Cambé, dos 42,3% que executam algum tipo de atividade externa ao lote, 28,6% das ocupações são não-agrícolas e 13,7% são de ocupações agrícolas. (Tabela 22)

Na Vila Rural de Rolândia, dos 51,9% de moradores que se dedicam a ocupações fora do lote, 29,4% executam atividades não-agrícolas e 22,5% encontram-se em atividades agrícolas. (Tabela 23)

Com esses dados, tem-se que tanto em Rolândia como em Cambé, há uma predominância das atividades não-agrícolas, ao contrário da realidade evidenciada a partir da Avaliação de Impacto Sócio-Econômico da Atividade Vilas Rurais que foi realizado em 1999 pelo IPARDES, na qual foi demonstrada a predominância de moradores com ocupações agrícolas. (Tabela 24)

Deste modo, a realidade nos tipos de ocupações dos moradores das Vilas Rurais está modificando, principalmente, nas Vilas de Rolândia e Cambé, o que demonstra o processo de diminuição de empregos no campo, acarretando a busca por novas alternativas de sobrevivência. Mas, apesar de constatar este fato, salienta-se que as diferenças entre os

trabalhos no meio urbano e os trabalhos no meio rural, em ambas as Vilas analisadas, apresentam heterogeneidades.

Tabela 22: Ocupações dos moradores na Vila Rural João Inocente -Cambé*

Tipos de ocupações	Nº	%
1- Ocupações agrícolas	25	13,7
1.1 Trabalhador rural temporário (bóia-fria)	21	11,5
1.2 Tratorista	2	1,1
1.3 Caseiro de sítio	1	0,5
1.4 Porcenteiro	1	0,5
2- Ocupações não-agrícolas	52	28,6
2.1 Ocupações em empresas ¹⁸	18	9,9
2.2 Vendedor ¹⁹	6	3,3
2.3 Diarista	5	2,7
2.4 Funcionário de escola	4	2,2
2.5 Pedreiro	2	1,1
2.6 Jardineiro	2	1,1
2.7 Ocupação em oficina	2	1,1
2.8 Segurança	2	1,1
2.9 Açougueiro	2	1,1
2.10 Vigilante	2	1,1
2.11 Babá	2	1,1
2.12 Pintor	2	1,1
2.13 Moto-taxista	1	0,5
2.14 Empregada doméstica	1	0,5
2.15 Motorista	1	0,5
SUBTOTAL	77	100
Do lar	24	13,2
Desempregados	8	4,4
Jovens e idosos	73	40,1
TOTAL	182	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

* Classificações estabelecidas pelos próprios moradores no momento da aplicação dos questionários.

Na Vila Rural João Inocente, a predominância do trabalho urbano é mais significativa, apresentando uma desigualdade de 14,9% para o trabalho rural, ou seja, em números relativos, este total representa 27 pessoas a mais que se dedicam às atividades na cidade.

¹⁸ Referem-se aos estabelecimentos de embalagem, de reciclagem, de cadeado, de decoração, lavanderia, frigorífico e ferro-velho

Tabela 23: Ocupações dos moradores na Vila Rural da Paz -Rolândia*

Tipos de ocupações	Nº	%
1- Ocupações agrícolas	36	22,5
1.1 Trabalhador rural temporário (bóia-fria)	30	18,8
1.2 Tratorista	3	1,8
1.3 Administrador de sítio	2	1,3
1.4 Porcenteiro	1	0,6
2- Ocupações não-agrícolas	47	29,4
2.1 Ocupações em empresas ²⁰	22	13,8
2.2 Diarista	6	3,8
2.3 Empregada doméstica	4	2,5
2.4 Vendedor ²¹	3	1,9
2.5 Pedreiro	3	1,9
2.6 Açougueiro	3	1,9
2.7 Motorista	2	1,3
2.8 Cozinheira	1	0,6
2.9 Vendedor no Empório	1	0,6
2.10 Pintor	1	0,6
2.11 Gari	1	0,6
SUBTOTAL	83	100
Do lar	11	6,9
Desempregados	2	1,3
Jovens e idosos	64	40
TOTAL	160	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

* Classificações estabelecidas pelos próprios moradores no momento da aplicação dos questionários.

Com relação a Vila Rural da Paz, apenas 6,9% separa a diferença entre trabalhos no campo e trabalhos na cidade, ou seja, em ocupações no meio urbano há apenas 11 pessoas a mais. Deste modo, a proporção entre ambas as atividades em Rolândia é bem menor.

No Relatório realizado pela Prefeitura Municipal de Rolândia, juntamente com a Emater em 1999, o número de ocupações agrícolas fora do lote representava uma proporção maior às ocupações não-agrícolas, tendo 81,9% de trabalhadores no campo e 18,1% nas cidades. Com isso, há cinco anos, o emprego rural predominava e com uma

¹⁹ Correspondem aos vendedores externos que vão até as casas para vender seus produtos como: enxovais, gás de cozinha, cestas de palha

²⁰ Referem-se aos estabelecimentos de materiais de construção, móveis, cerealista, frigorífico, usina de cana, cooperativa e estofado

²¹ Correspondem aos vendedores externos que vão até as casas para vender seus produtos como: roupas, produtos de beleza e doces.

porcentagem bem superior, o que significa que o decréscimo deste tipo de atividade está se configurando há pouco tempo.

Tabela 24: Ocupação dos moradores nas Vilas Rurais do Paraná-1999

Tipos de ocupações fora do lote	%
Ocupações agrícolas	26,4
Ocupações não-agrícolas	10,6
<hr/>	
SUBTOTAL	37
Sem ocupação	56,3
Com ocupações apenas nos lotes	6,5
<hr/>	
TOTAL	100

Fonte: IPARDES (2000)

Org.: Karina Furini da Ponte, 2003

Pode-se observar, na Vila Rural da Paz, que mesmo os trabalhos na cidade, representando a maior parte, as ocupações rurais continuam tendo um peso significativo. Portanto, este aumento no número de pessoas, que antes recorriam a trabalhos rurais e hoje buscam trabalhos urbanos, se dá pela própria conjuntura econômica e política estabelecida no Brasil. Deste modo, observa-se um decréscimo no total de empregos no campo e a falta de políticas públicas destinadas a manutenção e recriação deste tipo de atividade. Com isso, para garantir a sobrevivência de sua família, muitos moradores estão partindo para outros tipos de ocupações.

Essa “escolha” por atividades nas cidades se dá mais por condições impostas pelo capital do que por vontade própria, pois analisando a Vila de Rolândia, a maior parte dos moradores (52,9%), mesmo executando ocupações ligadas ao meio urbano, preferem empregos no campo, pois além de gostar do trabalho com a terra (35,3%), este tipo de atividade proporciona maior autonomia (11,8%), se comparado aos empregos nas cidades, onde há horários estabelecidos e regras a serem seguidas. (Tabela 25)

Ao contrário da Vila Rural da Paz, a Vila Rural João Inocente tem um número de pessoas que trabalham na cidade mais significativo e em maior proporção. Com isso, irá refletir na preferência pelos empregos urbanos com 67,6%, pois este tipo de ocupação, além de oferecer maior estabilidade salarial e trabalhista (32,4%), encontra-se com uma maior demanda (18,9%), se comparado com as ocupações no campo, com seu declínio no número de empregos. (Tabela 26)

Tabela 25: Preferência para tipos de empregos na Vila Rural da Paz-Rolândia

Tipos de empregos	Nº	%
1- Ligados ao meio urbano	16	47
1.1 maior estabilidade salarial e trabalhista	6	17,6
1.2 menos exigência física	6	17,6
1.3 maior oportunidade de empregos	4	11,8
2- Ligados ao meio rural	18	52,9
2.1 Gosta do trabalho com a terra	12	35,3
2.2 Maior autonomia	4	11,8
2.3 Maior tranquilidade	1	2,9
2.4 Menos qualificação profissional	1	2,9
TOTAL	34	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Tabela 26: Preferência para tipos de empregos na Vila Rural João Inocente -Cambé

Tipos de empregos	Nº	%
1- Ligados ao meio urbano	25	67,6
1.1 maior estabilidade salarial e trabalhista	12	32,4
1.2 maior oportunidade de empregos	7	18,9
1.3 menos exigência física	6	16,2
2- Ligados ao meio rural	12	32,4
2.2 Gosta do trabalho com a terra	6	16,2
2.3 Maior tranquilidade	3	8,1
2.4 Maior autonomia	2	5,4
2.5 Menos exigência física	1	2,7
TOTAL	37	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Com relação à preferência nos tipos de empregos na Vila de Cambé, a maior parte dos moradores optou pelas ocupações nas cidades, e isso se deve a sua própria condição atual. Tal fato não evidencia que se tornaram “urbanos”, mas que pelas condições oferecidas, o meio urbano é o único espaço que no momento está oferecendo as condições para sua sobrevivência. Sendo assim, a opção por este tipo de ocupação se dá pela busca de suas necessidades.

A partir dessa análise, observa-se que em Cambé a maior parte dos moradores exerce ocupações não-agrícolas e, em Rolândia, mesmo a maioria tendo apresentado este tipo de emprego, o rural ainda representa uma grande expressividade. Neste

sentido, questiona-se então o porquê da diferença entre ambas. Sendo que o mais intrigante é que a distância da Vila de Cambé da sede do município é de 9 km, havendo ainda o problema do transporte coletivo com difíceis horários e acesso; já, a Vila de Rolândia está há 1 km do Patrimônio São Martinho e a distância da sede do município (16 Km) é amenizada com a facilidade obtida pelo transporte coletivo. Para a Vila de Rolândia seria mais coerente, dentro desta perspectiva, que grande parte dos moradores trabalhassem na cidade, e, na Vila de Cambé no campo, mas não é isso que ocorre.

Para melhor compreender essas duas realidades, se torna relevante analisar os tipos de produção agrícola de ambos municípios, o que fornecerá subsídios para entender a demanda por força de trabalho nas diferentes localidades, o que se pode observar nas Tabelas 27 e 28.

Tabela 27: Principais produtos agrícolas do município de Rolândia (em toneladas)

ano	cana-de-açúcar	soja	milho	trigo	café
1990	249.389	33.214	26.778	20.880	8.300
1991	307.047	32.285	27.037	11.827	11.648
1992	384.412	33.750	31.245	16.050	4.023
1993	363.399	37.800	27.165	17.879	5.115
1994	359.450	44.350	31.100	7.300	3.264
1995	380.109	43.750	32.308	14.775	920
1996	445.541	54.000	33.372	14.400	7.320
1997	355.897	43.235	31.620	21.195	2.184
1998	372.342	45.600	43.020	28.080	6.022

Fonte: www.ibge.gov.br. Acessado em 14/05/2003

Org.: Karina Furini da Ponte,2003

Tabela 28: Principais produtos agrícolas do município de Cambé (em toneladas)

ano	soja	trigo	milho	cana-de-açúcar	café
1990	44.448	33.060	14.282	9.768	5.216
1991	40.083	21.585	28.964	11.745	12.003
1992	43.055	24.234	28.845	18.395	2.520
1993	51.025	30.290	32.280	23.670	3.456
1994	61.625	13.800	33.900	24.588	2.765
1995	63.700	27.130	37.280	28.058	860
1996	72.000	23.460	52.690	37.274	5.916
1997	61.440	43.730	63.080	39.417	7.646
1998	61.920	42.120	70.980	34.432	9.056

Fonte: www.ibge.gov.br. Acessado em 14/05/2003

Org.: Karina Furini da Ponte,2003

A partir desses dados correspondentes à produção agrícola dos municípios estudados, pode-se entender como apresentam os tipos de ocupações para os moradores das cidades, do campo e, principalmente, das Vilas Rurais.

Com relação a Rolândia, a principal cultura é a da cana-de-açúcar, sendo um produto que na fase de colheita demanda mão-de-obra temporária. Deste modo, a maior parte dos moradores da Vila Rural da Paz, no mesmo município, que tem ocupações agrícolas, está envolvido com esse tipo de produção. O fato da expressividade da produção e absorção de mão-de-obra na cana-de-açúcar em Rolândia se dá também pela instalação da COROL, umas das maiores cooperativas do Estado do Paraná. Sendo assim, a cana-de-açúcar apresenta um número significativo na quantidade produzida, se comparada com as outras culturas como a soja, o milho e o trigo.

Em Cambé, os principais produtos cultivados no município são a soja, o trigo e o milho, sendo culturas altamente tecnificadas, o que apresenta uma menor exigência de mão-de-obra no processo produtivo.

Segundo Romeu de Souza, técnico agrícola de Cambé e responsável pela ajuda técnica na Vila Rural João Inocente, o município apresenta um alto grau de tecnificação em suas culturas, deste o plantio, que na maior parte das vezes é direto, até a colheita da produção.

O número de postos de trabalhos agrícolas em Cambé é reduzido. Com isso, entende-se o motivo de muitos trabalhadores rurais, principalmente, os moradores da Vila Rural, recorrerem às ocupações não-agrícolas como forma de sobrevivência. Já, em Rolândia, há maior demanda de empregos agrícolas, o que justifica um número significativo de moradores da Vila Rural se manterem ainda com ocupações agrícolas.

Outro fato que se torna relevante neste contexto, se refere à trajetória de vida dos moradores. Para isso, procurou-se analisar suas origens e suas profissões durante seus deslocamentos. Com esta análise a partir da origem dos moradores, referentes aos dois últimos deslocamentos, tem-se que na Vila Rural da Paz em Rolândia a maior parte residia na zona rural, representando 70,6%, no penúltimo deslocamento, e 61,8% no último deslocamento anterior a entrada na Vila Rural. (Tabela 29)

Já, na Vila Rural João Inocente em Cambé, esses dados apresentam algumas diferenças, pois, no penúltimo deslocamento, a maior parte dos moradores residia na zona rural correspondendo 67,6%, mas no último deslocamento a origem urbana vai representar a maior proporção com 51,4%. (Tabela 30)

Tabela 29: Deslocamentos dos moradores da Vila Rural da Paz- Rolândia²²

Origem	penúltimo deslocamento		último deslocamento	
	Nº	%	Nº	%
Zona Rural	24	70,6	21	61,8
Zona Urbana	10	29,4	13	38,2
TOTAL	34	100	34	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Tabela 30: Deslocamentos dos moradores da Vila Rural João Inocente -Cambé

Origem	Penúltimo deslocamento		último deslocamento	
	Nº	%	Nº	%
Zona Rural	25	67,6	18	48,6
Zona Urbana	12	32,4	19	51,4
TOTAL	37	100	37	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Com relação às profissões que os moradores exerciam anteriormente, observa-se que em Rolândia, tanto no penúltimo como no último deslocamento, as ocupações ligadas ao campo mostram-se com maior número sendo representadas, respectivamente, com 79,4% e 82,3%, podendo verificar um aumento nesse tipo de ocupação. (Tabela 31)

Tabela 31: Profissão dos moradores da Vila Rural da Paz-Rolândia (durante os dois últimos deslocamentos)

Profissões	penúltimo deslocamento		Último deslocamento	
	Nº	%	Nº	%
Profissões no meio rural	27	79,4	28	82,3
Profissões no meio urbano	5	14,7	6	17,7
Profissões no meio rural e urbano	1	2,9	0	0
Sem ocupação	1	2,9	0	0
TOTAL	34	100	34	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Em Cambé, os dados mostram que para o penúltimo deslocamento, 75,7% dos moradores se dedicavam às atividades rurais e, no último, esta porcentagem cai para 51,3%, podendo verificar um decréscimo nesse tipo de ocupação. (Tabela 32)

²² Tomamos como base de análise os dois últimos deslocamentos dos moradores, sendo que o último deslocamento refere-se ao período anterior à entrada na Vila Rural.

Tabela 32: Profissão dos moradores da Vila Rural João Inocente-Cambé (durante os dois últimos deslocamentos)

Profissão	penúltimo deslocamento		Último deslocamento	
	Nº	%	Nº	%
Profissões no meio rural	28	75,7	19	51,3
Profissões no meio urbano	7	18,9	12	32,4
Profissões no meio rural e urbano	1	2,7	1	2,7
Sem ocupação	1	2,7	5	13,5
TOTAL	37	100	37	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Então, apesar da semelhança em ambas as Vilas com o predomínio das ocupações rurais, há algumas diferenças no que se refere ao grau de importância assumida por elas no decorrer de sua trajetória de vida.

Outro fato importante com relação à profissão é o aumento dos trabalhos nas cidades para os moradores da Vila de Cambé. Tomando como parâmetro a relação entre o penúltimo e o último deslocamento, percebe-se que houve um acréscimo de 13,5%; já, na Vila em Rolândia este crescimento foi pequeno, representando apenas 3%.

Ao analisar os dados de origem e profissão dos moradores da Vila Rural de Rolândia a maior parte, tanto no penúltimo como no último deslocamento, tem origem rural e trabalhos ligados ao campo. Neste sentido, ainda que houvesse um decréscimo de residências rurais e um acréscimo no número de moradias no meio urbano destes trabalhadores, um número considerável destas pessoas continuou a praticar atividades no campo. Tal realidade deriva da própria situação na demanda por trabalhos agrícolas no município de Rolândia. Com isso, ao assumirem a posse do lote, grande parte dos moradores continua a exercer atividades que praticavam anteriormente, ou seja, as ligadas ao meio rural.

Na Vila Rural João Inocente em Cambé, ao comparar os dados de origem dos deslocamentos e profissões exercidas durante este período, há uma diferença significativa, pois, no penúltimo, a maior parte morava no campo e tinha empregos rurais; já, no último deslocamento, anterior a entrada na Vila Rural, a maior parte morava nas cidades e inicia-se um processo de crescimento no número de atividades ligadas ao urbano, mesmo que o trabalho rural ainda represente a maior porcentagem. Desta forma, percebe-se mais nitidamente em Cambé o processo de expropriação dos trabalhadores rurais e a decadência na qual o campo brasileiro está sendo considerado, tanto que antes de ingressarem no Programa

Vila Rural, a maior parte já morava na cidade e com um considerável número de empregos urbanos.

Com isso, a quantidade de atividades nas cidades começaram a crescer no último deslocamento e continuam a crescer, tanto que, hoje, a maior parte dos moradores exerce este tipo de atividade, ou seja, não é um processo recente, como em Rolândia, pois a partir do diagnóstico realizado pela Prefeitura Municipal de Cambé em maio de 2002, os empregos urbanos já predominavam com 61% e 39% para ocupações rurais. Já, em Rolândia, este processo de expulsão do campo é mais recente, pois o número de moradores empregados nas cidades já é a grande maioria, mas o trabalho no campo ainda se apresenta de forma significativa.

Portanto, o processo de decadência e negligência no qual o campo está sendo visto ocorre de forma desigual, atingindo os espaços com formas e intensidades diferentes. Com isso, tem-se um processo de massificação dos camponeses que não encontram mais lugar no campo a não ser como subordinado ao capital, ou a partir da sujeição da renda da terra ao capital, ou com a venda de sua força de trabalho.

Como há a necessidade da busca pela sobrevivência, muitos camponeses recorrem a outros lugares ou a outros tipos de atividades para conseguir a manutenção e recriação de sua família. Não se pode pensar que só porque estes trabalhadores rurais estão morando e trabalhando nas cidades é que perderam o sentido de ser rural, pois pela necessidade de sobrevivência, muitos se adaptam a outros tipos de condições, pela própria imposição colocada pelo capital.

Para ter uma melhor visualização desse processo, pode-se utilizar como análise a Tabela 33, na qual através dos questionamentos sobre o trabalho com a terra tem-se que, em Cambé, 62,2% dos moradores trabalham no campo porque gostam e apenas 13,5% exercem este tipo de atividade por falta de opção; já, dos 24,3% que não trabalham ressaltaram que não gostam (10,8%), outros 5,4% afirmaram que não executam nenhum tipo de atividade no campo, mas gostariam e 5,4% também alegaram problemas de saúde, uma vez que o trabalho rural exige maior esforço físico.

Na Vila Rural de Rolândia, a realidade se configura de forma semelhante, ou seja, 58,8% trabalham com a terra porque gostam e apenas 23,5% afirmaram que foi por falta de opção; já, 17,6% não trabalham, mas gostariam (8,8%), e a outra justificativa é a falta de tempo (5,9%) para executar este tipo de atividade e apenas 2,9% não gostam de tal atividade.(Tabela 34)

Tabela 33: Opiniões do trabalho com a terra na Vila Rural João Inocente -Cambé

Trabalham com a terra	Nº	%
1- Sim	28	75,7
1.1 Gostam	23	62,2
1.2 Falta de opção	5	13,5
2- Não	9	24,3
2.1 Não gostam	4	10,8
2.2 Problemas de saúde	2	5,4
2.3 Mas gostariam	2	5,4
2.4 Baixa remuneração	1	2,7
TOTAL	37	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Tabela 34: Opiniões do trabalho com a terra na Vila Rural da Paz-Rolândia

Trabalham com a terra	Nº	%
1- Sim	28	75,7
1.1 Gostam	20	58,8
1.2 Falta de opção	8	23,5
2- Não	6	17,6
2.1 Mas gostariam	3	8,8
2.2 Falta de tempo	2	5,9
2.3 Não gostam	1	2,9
TOTAL	34	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Com isso, nas duas Vilas Rurais analisadas, apesar do emprego nas cidades representarem a maior parte das ocupações, o gosto pelo trabalho com a terra ainda permanece, tanto na forma de ocupações externas ou com uma agricultura de autoconsumo no ½ hectare que compõe seu lote.

Então, ao afirmarem, na Vila em Cambé, a preferência pelo trabalho urbano, o que foi verificado, na Tabela 26 página 124, não é que houve uma mudança de costumes transformando-se em pessoas “urbanizadas”, mas que o capital impôs limites aos trabalhos no campo, fazendo com que a alternativa para conseguirem sua sobrevivência será obtida com o trabalho nas cidades. Desta forma, preferem trabalhar no meio urbano porque é o único espaço que oferece as possibilidades para a manutenção de sua família, mas as atividades no

campo continuam sendo as preferidas pelos moradores, apesar da inviabilidade colocada pelo capital.

Outro elemento a ressaltar é a perspectiva dos moradores para o futuro de seus filhos, quanto a moradia e trabalho. Em Cambé a maior parte dos moradores, ou seja, 67,6% preferem que seus filhos migrem para as cidades, pois além de proporcionarem mais oportunidades de empregos (54,1%), oferecem também as condições de estudos necessárias para sua qualificação profissional (8,1%). (Tabela 35)

Tabela 35: Perspectivas para os filhos dos moradores na Vila Rural João Inocente-Cambé (com relação a trabalho e moradia)

Local	Nº	%
1- Cidade	25	67,6
1.1 Maior oportunidade de empregos	20	54,1
1.2 Maior oportunidade de estudo	3	8,1
1.3 Menos exigência física no emprego	2	5,4
1.4 Melhor remuneração	2	5,4
2- Campo	12	32,4
2.1 Maior tranqüilidade	8	21,6
2.2 Mais segurança	3	8,1
2.3 Facilidade na obtenção de alimentos	1	2,7
TOTAL	37	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Na Vila Rural de Rolândia, 55,9% gostariam que seus filhos continuassem no meio rural, pois este proporciona maior tranqüilidade (47%), além de ter uma maior facilidade na obtenção de alimentos básicos para sua sobrevivência (8,8%), pois, nas cidades, por haver uma maior dificuldade de produzi-los, é necessário comprar, o que elevaria os gastos mensais da família. Por outro lado, 44,1% preferem que seus filhos migrem para as cidades, justificando também uma maior oportunidade de trabalho (26,5%) e de estudos (11,8%). (Tabela 36)

A partir da análise dos dados da perspectiva dos moradores para seus filhos, em ambas Vila Rurais, as respostas condizem com os tipos de ocupações que estão ligados no momento, ou seja, em Rolândia a maior parte prefere que seus filhos continuem no campo, pois apesar das atividades no urbano representarem a maior parte, os trabalhos no campo ainda apresentam muito significado para os moradores; já, em Cambé, as famílias preferem

que seus filhos vão para as cidades. Deste modo, apesar das atividades urbanas representarem a maior parte, o trabalho no campo, para os moradores de Rolândia, ainda permanece como meio pelo qual tanto eles, como seus filhos, poderão conseguir a sobrevivência.

Tabela 36: Perspectivas para os filhos dos moradores na Vila Rural da Paz-Rolândia (com relação a trabalho e moradia)

Local	Nº	%
1- Cidade	15	44,1
1.1 Maior oportunidade de empregos	9	26,5
1.2 Maior oportunidade de estudo	4	11,8
1.3 Melhor remuneração	2	5,9
2- Campo	19	55,9
2.1 Maior tranquilidade	16	47
2.2 Facilidade na obtenção de alimentos	3	8,8
TOTAL	34	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Nessa análise ainda, tem-se que em Rolândia, a diferença entre a preferência pela cidade e pelo campo é mínima, ou seja, em números relativos apenas 4 pessoas a mais preferem o campo como local de moradia e trabalho para seus filhos, e apenas 2 pessoas a mais que preferem o trabalho rural ao urbano. Neste sentido, ao recorrer a análise do processo de transformação do campo, observa-se que neste município está se agravando recentemente, tanto que a diferença no número de moradores que trabalham no campo e na cidade é pequena, ou seja, 5% ou 8 pessoas a mais que tem empregos na cidade.

Com isso, em Rolândia, ao mesmo tempo em que a maior parte das pessoas acredita no campo como melhor local de trabalho e moradia, há um número crescente de moradores também que já perderam estas expectativas, encontrando nas cidades um espaço que oferecerá as condições propícias para suas necessidades.

Na Vila Rural de Cambé, a preferência pelas ocupações urbanas se dá pelo falta de empregos no meio rural existentes naquela região. Desta forma, as cidades representam a alternativa mais viável na busca pela melhoria das condições de vida.

Ao ressaltar que o meio urbano é o local no qual os moradores têm perspectiva de emprego e até de acesso a certas infra-estruturas, não se considera que este apresenta todas as necessidades para esta população. Sabe-se que nas cidades há também uma diminuição nos postos de trabalhos e, em algumas, precários sistemas de infra-estruturas. Mas

pela própria condição colocada pela realidade rural, esta tende a oferecer menos vantagens, nos termos aqui colocados, do que nas cidades.

Então, ao afirmar que houve um aumento no número de ocupados nas cidades e uma diminuição da perspectiva para o campo, não se pode concluir que estas famílias perderam o sentido do rural, pois elas estão tendo que se adaptar às condições impostas pelo capital como forma de sobreviver.

Este processo está ligado, principalmente, às mudanças ocorridas no meio rural, no qual o capital faz com que dissemine um descrédito ao campo, pois em sua visão este já não pode mais ser visto como local apenas de produção agropecuária, mas assumindo outras feições como a moradia e outros tipos de ocupações como forma de negligenciar sua responsabilidade perante a agricultura familiar. Desta forma, se torna mais viável criar soluções alternativas do que implantar medidas estruturais.

CAPÍTULO 4: OS SENTIDOS DO PROGRAMA VILAS RURAIS.

4.1) AS VÁRIAS DENOMINAÇÕES PARA O PROGRAMA VILAS RURAIS.

Há muitos questionamentos em torno dos significados assumidos pelo Programa Vilas Rurais, pois este representa uma realidade pouco comum no contexto agrário brasileiro, principalmente, porque é exclusivo do Estado do Paraná e representa um novo tipo de política pública para o meio rural, diferentemente das já existentes. Deste modo, torna-se relevante analisar suas várias denominações para que, assim, possa entender o Programa no contexto geral das reformas propostas pelo Estado.

Inicialmente, o Programa foi colocado pelo ex-governador Jaime Lerner como uma nova política de reforma agrária. Neste sentido, é necessário entender o que significa tal política para assim analisar sua veracidade ou não.

Primeiramente, a reforma agrária seria uma alteração na estrutura fundiária de modo que ocorresse uma distribuição mais eqüitativa de terra e renda. Tais conquistas, derivadas de um processo de reforma, não garantem só as necessidades econômicas, mas abrangem também aspectos sociais e políticos, que são conseqüências da sua própria condição de reinserção no modo de produção.

Complementando, Fabrini (2001, p.66) afirma que “a democratização da posse da terra, efetivada através da reforma agrária, viabilizará outras conquistas, tanto econômicas como políticas”, e também social, na busca de sua reprodução como cidadão, o que demonstra que esta política não se restringe somente à distribuição de terras, mas a outras condições para a superação da situação de exclusão nas quais se encontram os trabalhadores do campo.

As conquistas econômicas estão relacionadas tanto à viabilidade de uma produção agrícola como a sua inserção no mercado e, conseqüentemente, a reprodução social desta população envolvida; já, o político consiste em pressionar o poder do Estado na conquista de seus direitos, como “garantir condições para desenvolver a produção, crédito financeiro, infra-estrutura, assistência técnica” (FABRINI, 2001, p.70)

A reforma agrária visa também o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, um desenvolvimento do modo de produzir com a criação e aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, o que leva a uma ampliação da produção, podendo contribuir para o crescimento econômico e social do país, pois poderá haver um incremento produtivo de bens

agrícolas para o abastecimento do mercado capitalista e, ainda, a formação de um mercado consumidor.

Neste sentido, é inconcebível considerar as Vilas Rurais como uma política de reforma agrária, pois como estas se configuram, não preenchem tais requisitos específicos de uma política de distribuição de terra e renda. Isso se deve a vários motivos.

As Tabelas 37 e 38 retratam a estrutura fundiária do Estado do Paraná de 1970 a 1996. Com isso, tem-se que, a partir de 1970, o processo de modernização da agricultura, dentre outras conseqüências, trouxe também uma maior concentração fundiária no Estado, o que levou a uma diminuição no número de pequenas propriedades e um aumento das médias e grandes. Neste processo, apesar das pequenas propriedades representarem um maior número de estabelecimentos, estes ocupam uma pequena parcela da área total do Estado e, por outro lado, as médias e grandes propriedades, apesar da minoria, estendem-se por um número significativo de área. Este é o cenário da concentração fundiária no Estado do Paraná.

Com a instalação do Programa a partir de 1995, a estrutura fundiária do Estado continua desigual, permanecendo ainda com uma forte concentração fundiária. Como resultado, tem-se que nos dados de 1995/96, período de instalação do Programa, a concentração fundiária continuou acentuada, pois 92,7% dos estabelecimentos (menos de 100 hectares) ocupam somente 38,9% da área total do Estado; já, por outro lado, os grandes estabelecimentos (acima de 1.000 hectares) apresentam-se com apenas 0,4% do número total e controlam 20% da área total do Estado. Deste modo, a maior parte dos estabelecimentos controla poucas áreas e uma pequena parcela destes detém uma grande extensão de terras.

Ao realizar uma análise mais pormenorizada da estrutura fundiária do Paraná, tem-se que a partir dos dados de 1995/96, 41,8% dos estabelecimentos, com menos de 10 hectares, ocupam apenas 5% da área total; ao passo que 0,4% dos grandes estabelecimentos, com mais de 1.000 hectares, apresentam-se com 20% da área total dos estabelecimentos no Estado.

Esse é o caráter fundiário no Estado do Paraná, sendo que se compararmos à realidade brasileira, há um número ainda que significativo de pequenos estabelecimentos. Tal fato se deve ao processo histórico de colonização que foi baseado na pequena propriedade.

Tabela 37: Número de estabelecimentos por grupos de áreas no Estado do Paraná de 1970 a 1996.

Classes de área (ha)	Número dos estabelecimentos									
	1970		1975		1980		1985		1995/96	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 100 ha (Pequena)	536.208	96,8	455.954	95,4	430.026	94,8	441.262	94,6	342.925	92,7
100 a menos de 1.000 ha (Média)	17.158	3	20.213	4,2	22.349	4,9	23.425	5	25.432	6,9
1.000 e mais de (Grande)	1.087	0,2	1.348	0,3	1.537	0,3	1.548	0,3	1.450	0,4
TOTAL	554.453	100	477.515	100	453.912	100	466.235	100	369.807	100

Fonte: Censos Agropecuários de 1970,1975,1980,1985 e 1995/96.

Org: Karina Furini da Ponte

Tabela 38:Área dos estabelecimentos por grupos de áreas no Estado do Paraná de 1970-1996.

Classes de área (ha)	Área dos estabelecimentos (Hectares)									
	1970		1975		1980		1985		1995/96	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 100 ha (Pequena)	7.672.390	52,5	7.134.566	45,6	6.976.756	42,6	6.973.557	41,8	6.198.026	38,9
100 a menos de 1.000 ha (Média)	4.220.749	28,9	5.057.383	32,3	5.666.926	34,6	6.017.737	36	6.550.666	41,1
1.000 e mais de (Grande)	2.732.391	18,7	3.439.013	22	3.736.644	22,8	3.707.566	22,2	3.197.940	20
TOTAL	14.625.530	100	15.630.962	100	16.380.326	100	16.698.860	100	15.946.632	100

Fonte: Censos Agropecuários de 1970,1975,1980,1985 e 1995/96.

Org: Karina Furini da Ponte

Outro ponto se refere à produção agropecuária nos lotes, pois pelas dimensões apresentadas (½ hectare) e pela falta de incentivos se torna inviável uma sobrevivência com base na extração de renda a partir de seu lote, pois este serve apenas como um complemento de renda não na forma monetária, mas através do autoconsumo pela pequena produção e a moradia.

Não se pode considerar o Programa Vilas Rurais como uma reforma agrária, pois é, de fato, mais uma política pública voltada para os interesses das classes dominantes do que uma possível alteração na estrutura fundiária com a formação de pequenas propriedades, o que seria o objetivo de um projeto de reforma agrária. Por essa razão, a escolha do codinome “Nova Reforma Agrária” é uma propaganda falaciosa.

Com isso, além das Vilas Rurais não representarem uma política de reforma agrária, apresentam-se como uma forma de negar tal processo, uma vez que para o Estado e o capital não é interessante uma sociedade mais eqüitativa, pois alterará sua estrutura econômica e de poder.

Segundo Geiger (1995), o Brasil sempre permaneceu enraizado em seu passado colonial, mantendo sempre fortes heranças de um país patrimonial e cartorial. Apesar das transformações no sistema de capitalismo global, o Brasil não conseguiu libertar-se desta tradição agrária e conservadora.

Contudo, as classes sociais dominantes sempre estiveram e estão ligadas à propriedade de terra, pois esta não é representada apenas como fator econômico, mas também como poder que irá estabelecer a subordinação do trabalhador e ampliar suas relações políticas. Com isso, irão favorecer sua ligação com o Estado de modo a conduzir um quadro de vantagens à sua lógica capitalista.

O importante a lembrar também é que estas classes utilizam o Estado como caminho para chegar a seus objetivos, por isso, é que surgem as medidas paliativas para não se alcançar um desenvolvimento mais equilibrado, pois a lógica do capital é a desigualdade social como meio pela qual se extrai a subordinação do indivíduo. Entendendo que a classe do capital no Brasil está enraizada na propriedade de terra, e que é a partir deste bem que se adquire o poder de controle da sociedade para conseguir seus objetivos de acumulação e reprodução, se torna difícil conceber que no Brasil haja uma política de reforma agrária, pois estas divergem dos interesses mencionados.

Nesse sentido, é que surgem os movimentos de luta pela terra como organizações contraditórias a esta lógica presente no Brasil, com o intuito de pressionar o

poder público para a aplicação de propostas que atendam a esta camada excluída de seus meios de produção.

Deve-se ressaltar que, para o Estado, os assentamentos rurais representam a concretização da reforma agrária. Tal hipótese não é verdadeira, uma vez que a reforma é uma política de Estado e os assentamentos provêm da reivindicação dos trabalhadores rurais.

A negação de uma reforma agrária de Estado e da luta dos movimentos sociais surgem pelo choque de interesses que tais políticas proporcionam a classe dominante, pois esta pressupõe profundas mudanças na estrutura fundiária e no questionamento do poder dos latifundiários, o que denota o interesse dos capitalistas em negar e abafar tais reivindicações.

Diante dessa postura assumida pelo Estado com relação aos movimentos sociais, o governo pretende também desideologizar a questão agrária e a luta pela terra, pois tais organizações incluem um caráter social, político e produtivista, o que vai contra os interesses dominantes. Para isso, criam-se medidas paliativas como o Programa Vilas Rurais, pois além de não contrariar interesses maiores, ainda forma espaços de que o capital necessita.

Outra perspectiva na qual o Programa Vilas Rurais é considerado, vem de uma visão como política de desenvolvimento rural. Neste sentido, Souza (2000) ao ressaltar as transformações no rural, tanto nos tipos de ocupações, como na interação com o meio urbano, afirma que são necessárias estratégias de desenvolvimento rural que levem em consideração esta nova realidade.

Para isso, afirma que o Programa Vilas Rurais é uma política que segue estas mudanças, pois proporciona o retorno desta população rural ao campo, incentivando a criação e impulso de atividades não-agrícolas, “pode ser colocada como uma alternativa ao agravamento das questões sociais e econômicas, particularmente a profunda crise agrícola que impõe transformações profundas no modo de produzir e de viver no espaço rural” (SOUZA, 2000, p.62). Com isso, para Souza (2000), a política das Vilas Rurais contempla as necessidades dos trabalhadores rurais a partir deste novo rural que está se configurando.

Graziano da Silva (1999) também afirma que o Programa Vilas Rurais do Estado do Paraná é um importante passo nessa direção, como sendo um projeto de desenvolvimento rural que contempla essas transformações do rural, principalmente, no que concerne a questão da habitação, pois o mesmo autor afirma que são necessárias políticas que visem à dissociação entre local de moradia e de trabalho na zona rural. Sendo assim, ressalta que:

seria fundamental criarmos políticas para estimular o uso não agrícola do solo rural, como por exemplo um programa de habitações rurais em que os inquilinos não fossem necessariamente trabalhadores rurais das fazendas onde residem (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.117).

Entretanto, Graziano da Silva (1999) lança limitações, justificando que a escala do lote não oferece condições para o desenvolvimento econômico dos moradores. Desta forma, não conseguem viver com a renda que obtêm da atividade agrícola e não-agrícola produzida internamente. Para Graziano da Silva (1999, p.117) “as Vilas Rurais deveriam ser suficientemente grandes para possibilitar a criação no seu interior de demandas de bens e serviços que pudessem ser gerados ali mesmo, de modo que os moradores pudessem dispor de outras fontes de renda”.

Esses serviços mencionados estão relacionados às atividades não-agrícolas, ou seja, o autor apresenta sua compreensão de “urbanização do campo”, no que se refere às pequenas propriedades, pois não são necessários incentivos para a produção agrícola, mas sim, em outras atividades, na medida em que os responsáveis pela produção agropecuária são as grandes propriedades.

Há uma convergência com relação à visão de Souza (2000) e Graziano da Silva (1999), pois ambos afirmam que para o Programa Vilas Rurais ter sucesso são necessários estímulos às atividades não-agrícolas.

A partir dos objetivos do Programa, constata-se que os incentivos às atividades não-agrícolas nos lotes eram contemplados, mas isto ocorreu apenas em alguns casos específicos como na Vila Rural de Pitangueiras, com a execução de um projeto de confecção, e, na Vila Rural da Paz em Rolândia, com a construção do Empório destinado à comercialização dos produtos produzidos nos lotes.

A pequena abrangência dessas atividades se deve tanto à falta de recursos do Estado e dos moradores para estes empreendimentos, como à falta de perspectiva dos viliiros para com estas atividades.

Desse modo, há sérios problemas econômicos para as famílias das Vilas Rurais, pois há a falta de empregos, tanto nos lotes como fora, e de incentivos a projetos de geração de renda dentro dela, o que leva a manutenção do nível de pobreza de seus moradores.

Antes de analisar se o Programa Vila Rural pode ser considerado uma política de desenvolvimento rural, torna-se necessário entender o que contempla tal política e qual a visão predominante no Brasil.

Uma política de desenvolvimento rural pressupõe a constituição de elementos que poderão proporcionar melhores condições de vida tanto à população rural como a população urbana, pois, sendo de caráter rural, tal política não deve abranger apenas o campo, uma vez que tanto este espaço como o urbano estão cada vez mais articulados e interligados.

Verifica-se atualmente, no meio acadêmico, uma maior preocupação com a questão de se pensar em estratégias de desenvolvimento que permitam o encaminhamento de condições para ambos os territórios, tanto rurais como urbanos. Esta inquietação deriva das condições de transformações e novas articulações que estão se estabelecendo entre ambos os espaços. Sendo assim, a necessidade em entender o rural e o urbano pelos teóricos seria o ponto de partida para compreender essas realidades com o objetivo de refletir as políticas de desenvolvimento de acordo com estas peculiaridades.

Com relação a tal enfoque, o Brasil ainda permanece com uma visão de política que na verdade não proporciona as devidas superações das condições atuais vivenciadas pelo meio rural. Este fato se deve a várias condições embutidas na perspectiva da classe dominante e do Estado para um desenvolvimento.

Inicialmente, a concepção de desenvolvimento no Brasil sempre esteve atrelada a valores conservadores, ou seja, a partir de objetivos nacionais. Um exemplo foi o Regime Militar de 1964, no qual, segundo Souza (2001), teve como marco um modelo de desenvolvimento a partir de uma concepção tecnocrático-economicista.

Nesse sentido, no Brasil, a visão que predomina tem como base o território como trunfo para políticas de desenvolvimento que visem os interesses das classes dominantes, mediado pelo Estado.

A essência para o desenvolvimento rural tem como elemento fundamental a agricultura patronal das grandes fazendas. Com isso, a partir dos anos de 1960, as políticas governamentais passaram a promover uma modernização unilateral da agricultura, nos quais incentivos e créditos tinham, predominantemente como destino, a classe latifundiária.

Sendo assim, as políticas públicas voltadas para um desenvolvimento rural no Brasil têm como direcionamento apenas os interesses da classe dominante, negligenciando a promoção da agricultura familiar.

Para Veiga (2002), o Brasil ainda não se deu conta de que a agricultura familiar é uma solução que proporciona o desenvolvimento territorial. Neste caso, cita exemplos concretos de realidades dos países desenvolvidos, nos quais tal opção de

favorecimento a esta estratégia levou a um nível de desenvolvimento superior às localidades com predomínio da agricultura patronal.

Não é necessário ir muito longe para constatar tal realidade, pois há regiões no Brasil que apresentam os mais altos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), tendo como base a agricultura familiar, como afirma Veiga (2002), sendo tais municípios localizados predominantes na região sul do país.

Com isso, as políticas de desenvolvimento no Brasil não proporcionam melhores condições de vida para a sociedade em geral, pois parte de princípios minoritários, apenas de uma pequena camada dos latifundiários. Sendo assim, a imensa quantidade da população, que não faz parte desta realidade, continua na mesma condição de precarização.

Como o Brasil apresenta ainda traços de uma herança latifundiária, se torna inconcebível o dispêndio de recursos para uma camada que, como produtor agrícola, não se torna interessante para o Estado. A manutenção da condição de marginalizados do processo se torna necessária para que assim o capital possa manobrar a seu favor, ou explorando sua força de trabalho, ou se apropriando de sua renda da terra.

Outra perspectiva colocada como uma estratégia viável para as políticas de desenvolvimento territorial está relacionada ao estímulo para o setor de serviços no campo, uma vez que a tendência do mercado atualmente favorece tal ramo da economia.

Nesse sentido, autores como Veiga (2002) e Abramovay (2000) ressaltam a necessidade da valorização do patrimônio rural, tanto o físico como as paisagens, quanto os bens imateriais como as tradições locais, saberes artesanais e culinários, como também o campo como moradia para uma camada da população urbana que busca melhor qualidade de vida e segurança.

Segundo Veiga (2002), as políticas de desenvolvimento territorial no Brasil sempre estiveram alicerçadas na função setorial do campo como espaço agrícola. É necessário expandir o leque de oportunidades, pois a tendência imposta pelo mercado recai sobre o chamado setor “terciário”. Desta forma, sendo uma alternativa para o rural buscar sua reinserção em um contexto que anteriormente o eliminou.

Essa tendência é uma política paliativa para o rural, pois na inviabilidade de soluções para a crise da agricultura familiar, o que já foi mencionado o jogo de interesses contido nesta situação, leva a falta de políticas agrícolas para tal camada, criando-se formas alternativas de renda para esta população, desvincilhado-a das atividades agropecuárias. Portanto, há uma mercantilização do rural, ou seja, a transformação da terra como mercadoria a partir dos serviços que esta poderá proporcionar para a sociedade.

Anteriormente, as ocupações não-agrícolas eram uma forma complementar de renda, ou seja, uma estratégia acessória em momentos de crise da agricultura. Hoje, seu significado alterou-se, passou a dar maior ênfase a esta alternativa como sendo a salvação da crise agrária no Brasil. Tal favorecimento não deriva apenas da condição atual do mercado, no qual encontra-se uma tendência para o setor de serviços, mas, principalmente, como uma alternativa mais viável para camuflar os problemas no campo.

Nesse sentido, criar e estimular tais atividades surge como uma forma de manter ocupada uma população desempregada, o que poderia levar migrações às cidades e ampliação do problema. As ocupações não-agrícolas são uma forma conformista de obscurecer a verdade da realidade rural sem que, de uma certa forma, sejam necessárias políticas mais radicais.

As políticas de desenvolvimento rural no Brasil assumem um significado de controle político direcionado apenas para um fim específico. Neste contexto, há um desvirtuamento de seu sentido. É necessário entendê-las como estratégias que contribuem para uma justiça social que envolva a sociedade como um todo e não para interesses apenas de uma vertente.

Souza (2001) ressalta que para se pensar em um novo modelo de desenvolvimento nestes moldes, a idéia de autonomia assume um valor central nesta reconceituação. A autonomia é a liberdade que a sociedade assume para regular suas próprias decisões e leis a fim de alcançar seus objetivos, e não do Estado. Uma sociedade autônoma poderá gerir seu território de acordo com suas peculiaridades e necessidades específicas, a fim de alcançar uma sociedade menos desigual, não igualitária, pois qualquer território pressupõe relações de poder e que tem como base o binômio dominantes-dominados. Mas, pensar nesta perspectiva, a partir do sistema imposto pelo capital, se torna até utópico, pois uma igualdade pressupõe riscos a sua própria manutenção.

Torna-se difícil acreditar em uma sociedade autônoma, se continuar a seguir o sistema vigente, pois a autonomia leva a retirada do poder de dominação do Estado e das classes hegemônicas, que utilizam as políticas de desenvolvimento para conseguir sua lógica.

Mesmo Souza (2001), ao repensar nessa perspectiva, acredita que:

como é possível, hoje, em meio a uma conjuntura política e ideológica internacional tão avessa a utopias de liberdade, e em um mundo que assiste a uma avassaladora globalização da economia e da cultura, com seu corolário de fortalecimento das grandes empresas e desenraizamento cultural, redefinir a questão do desenvolvimento a partir das idéias de autonomia e

territorialidade autônoma de maneira, para dizê-lo de forma incisiva, que não seja patética ou quixotesca?

Dessa forma, se torna enredado pensar o Programa como uma política de desenvolvimento rural, pois esta pressupõe uma melhoria nas condições de vida da população, o que não se pode dizer para as Vilas Rurais.

A partir da Avaliação de Impacto Sócio-Econômico da Atividade Vilas Rurais realizada pelo IPARDES (2000), verificou-se que 83,7% das famílias moradoras das Vilas Rurais no Estado do Paraná encontram-se em situação de pobreza, sendo que destas 41,5% estão em um nível de extrema pobreza e 42,2% em uma escala de pobreza; ao passo que 10% se encontram em condições um pouco mais favoráveis e apenas 2,2% de moradores apresentam uma melhora no nível de vida. Assim, não se pode partir do pressuposto de que o Programa Vilas Rurais é uma política de desenvolvimento territorial, pois para a grande maioria de seus moradores não houve uma melhoria na qualidade de vida.

A partir dessas análises entende-se as Vilas Rurais como uma política paliativa para os problemas rurais e urbanos, pois elas não evidenciam uma mudança que parte da raiz, ou seja, uma modificação na estrutura de poder, pois como já foi mencionado, qualquer alteração desta ordem diverge da lógica estabelecida.

Então, para tentar conter tais contradições derivadas do processo do capital criam-se alternativas mais aceitáveis para a classe dominante e que, ao mesmo tempo, servem como uma forma que propicie condições para sua acumulação, o que se torna evidente nas Vilas Rurais que têm como base a formação de reserva de mão-de-obra, ou seja, a subordinação e dominação do trabalho como elemento central para todo o processo.

Como se pode ver, tornou-se inviável a sustentação de tal hipótese. Com isso, passou-se a denominar as Vilas Rurais como uma política habitacional para a população rural. Tal vertente de análise passou a ser a mais aceita e difundida.

A partir da declaração do ex-presidente da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), Rafael Dely, revelou-se a visão predominante das Vilas Rurais como um programa que busca a construção de residências para os bóias-frias, tendo o objetivo de combater a falta de moradia para esta população, proporcionando - lhe condições mínimas de habitação no campo, uma vez que dotá-la de infra-estrutura nas cidades incorreria em um gasto maior do que no meio rural.

Essa declaração é reveladora de um outro caráter da política do Programa, pois a compra de terra no campo tem um custo inferior aos mesmos investimentos nas

idades. Desse modo, as Vilas Rurais representam uma nova forma de organização do espaço geográfico e é um novo elemento na questão campo – cidade, já que, com esse Programa, as moradias de trabalhadores que antes se localizavam nas periferias das cidades, agora se encontram no campo. E, ainda, há a disponibilização de mão-de-obra barata tanto para o campo quanto para a cidade.

Essa perspectiva é a mais plausível para considerar as Vilas Rurais, pois, anteriormente a entrada no Programa, seus moradores viviam em precárias condições de moradia. Já, nas Vilas, têm uma casa de 44,5 m², cujas prestações giram em torno de R\$30,00 a R\$35, 00, ou seja, representa custos menores do que com o aluguel, além das melhores condições materiais das residências.

Esse processo de pagamento dos lotes inicia-se a partir da instalação dos moradores nas Vilas, tendo 30 meses de carência pagando taxas simbólicas, e, transcorrido este período, inicia-se o pagamento de prestações mensais que giram em torno de 20% do salário mínimo vigente, para que, posteriormente, possam receber o título de proprietários dos lotes.

Apesar de considerar essa denominação mais viável, representa uma medida mais aceitável para o Estado, pois, para tentar conter os problemas urbanos realocou esta população no campo, o que se torna menos oneroso, demonstrando, ainda, a “preocupação” na qualidade de vida desta. Ao invés de proporcionar habitações nas cidades, proporciona seu retorno ao campo, pois são trabalhadores rurais. Observem a intenção política. Mas deve-se lembrar que se trata de trabalhadores rurais bóias-frias, ou seja, são pessoas que sempre, ou a maior parte de sua vida, trabalharam no campo e que foram expulsos deste. Neste sentido, dar habitação e um pequeno espaço de terra para plantar não permite sua reprodução como ser rural, pois será necessário trabalhar fora para auferir a renda necessária.

Desse modo, “encaixá-los” em políticas habitacionais só amenizam seus problemas e do Estado também, pois para implantar as Vilas Rurais não é necessária uma modificação na estrutura fundiária do Estado e, ainda, forma-se uma reserva de mão-de-obra para os setores, tanto rural como urbano.

Até então, buscou-se realizar uma análise do Programa Vilas Rurais a partir de uma visão do interesse do capital na sociedade, mas torna-se necessário também entender o outro lado, ou seja, como a Vilas são concebidas para seus moradores e o que elas proporcionam para suas famílias.

Partindo do pressuposto de que, apesar das políticas públicas terem uma forte base nos interesses maiores das classes dominantes, há também uma outra vertente que

corresponde aos dominados, o que, em algumas vezes, tais políticas proporcionam certos elementos favoráveis às suas condições de vida, ou melhora, no sentido de que anteriormente não encontravam.

Esse fato pode ser evidenciado a partir dos dados coletados em campo sobre as condições de vida dos moradores antes de ingressarem nas Vilas Rurais e sua situação atual. Para isso, tem-se que em Rolândia, a maior parte, ou seja, 52,9% dos moradores afirmaram a não satisfação de sua vida anteriormente ao ingresso no Programa, principalmente, porque pagavam aluguel (32,3%); ao passo que agora melhorou (88,2%) pela aquisição da casa (55,9%) e espaço para produzir (32,3%). (Tabelas 39 e 40)

Tabela 39: Condições de vida dos moradores anterior à entrada na Vila Rural da Paz-Rolândia

Situação:	Nº	%
1- Bom	16	47,0
1.1. Melhores condições econômicas	8	23,5
1.2. Tinham emprego	8	23,5
2- Ruim	18	52,9
2.1. Pagavam aluguel	11	32,3
2.2 Dificuldade no acesso às infra-estruturas	2	5,9
2.3. Não tinham emprego	2	5,9
2.4. Dificuldades econômicas	2	5,9
2.5. Não tinha nenhum bem material	1	2,9
Total	34	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Já, para os moradores da Vila Rural João Inocente em Cambé, a maior parte das famílias afirmou que, antes de ingressarem no Programa, as condições de vida eram satisfatórias (59,4%), pois tinham melhores condições econômicas (32,4%) e tinham emprego (24,3%), mas ao ressaltarem as condições atuais, vê-se que 64,9% afirmam que a vida melhorou pela aquisição da casa (35,1%), do lote (16,2%) e agora há um espaço para produzir determinados produtos para seu autoconsumo (10,8%). (Tabelas 41 e 42)

Tabela 40: Condições de vida dos moradores atualmente na Vila Rural da Paz- Rolândia

Situação:	Nº	%
1- Melhorou	30	88,2
1.1. Aquisição da casa	19	55,9
1.2. Espaço para produzir	11	32,3
2- Piorou	1	2,9
2.1. Falta de emprego	1	2,9
3- Está a mesma coisa	3	8,8
Total	34	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Tabela 41: Condições de vida dos moradores anterior à entrada na Vila Rural João Inocente -Cambé.

Situação:	Nº	%
1- Bom	22	59,4
1.1. Melhores condições econômicas	12	32,4
1.2. Tinham emprego	9	24,3
1.3 Estava perto das infra-estruturas	1	2,7
2- Ruim	15	40,5
2.1. Pagavam aluguel	9	24,3
2.2 Pouca remuneração no trabalho	2	2,7
2.3. Não tinha emprego	1	2,7
2.4. Falta de tranquilidade	1	2,7
2.5. Precárias condições de moradia	1	2,7
2.6. Problemas familiares	1	2,7
Total	37	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Tabela 42: Condições de vida dos moradores atualmente na Vila Rural João Inocente-Cambé.

Situação:	Nº	%
1- Melhorou	24	64,9
1.1. Aquisição da casa	13	35,1
1.2. Aquisição do lote	6	16,2
1.3. Espaço para produzir	4	10,8
1.4. Vida menos onerosa	1	2,7
2- Piorou	8	21,6
2.1 Piores condições econômicas	5	13,5
2.2. Falta de emprego	3	8,1
3- Está a mesma coisa	5	13,5
Total	37	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Esta peculiaridade de Cambé, ao afirmarem que antes a vida era boa, se refere, principalmente, ao tipo de emprego das famílias, pois como a maior parte já trabalhava e ainda trabalha nas cidades, dificultou o acesso a eles, uma vez que a Vila Rural se encontra a 9 km do município. Postas estas dificuldades, muitos moradores perderam o emprego, o que reflete na queda das condições de vida. Mas, mesmo afirmando que anteriormente se encontravam em boas condições de vida, hoje, a maior parte dos moradores da Vila de Cambé afirma que está melhor.

Então, apesar das condições colocadas para os vileiros, como reserva de mão-de-obra, dificuldade para uma produção para a comercialização e falta de determinadas infra-estruturas, suas condições de vida melhoraram. Este fato se deve, principalmente, pela aquisição de uma casa com espaço para produção de alimentos para seu autoconsumo, e que pode ser vendido, quando houver excedente.

Antes de ingressarem no Programa Vilas Rurais, a maior parte dos moradores não tinha imóveis, sendo que é uma das condições colocadas para aquisição de um lote. Portanto, residiam em casas de terceiros, pagando aluguel, ou nas residências de seus familiares. Para muitos é a primeira moradia própria, uma vez que ao quitarem as prestações

receberão o título de proprietário. Além da moradia, recebem um lote com espaço que poderá ser destinado para uma produção agrícola, o que muitos não encontravam nas residências anteriores.

Desse modo, apesar das Vilas Rurais representarem uma política pública de controle social onde o capital tem como instrumento de manipulação criando tais territorialidades para sua dominação e retirando muitas necessidades da população envolvida, as Vilas podem também ser concebidas como ofertas de elementos necessários para seus moradores.

Nesse sentido, tem-se o Programa como uma condição de existência para suas famílias, pois apesar de serem precárias e algumas vezes não as beneficiar, sendo vantajoso apenas para o capital e para o Estado, as Vilas oferecem condições antes não encontradas que, dependendo do caso, estariam na mesma situação.

As Vilas Rurais proporcionam aos vileiros uma casa em uma área de $\frac{1}{2}$ hectare com espaço para produzir, mesmo que seja para seu autoconsumo, e, em alguns casos, para a comercialização. Elementos que na cidade não poderiam encontrar, pois, caso se inserissem em alguma política habitacional no meio urbano, estas apenas oferecem uma casa, tendo que trabalhar fora para conseguir as necessidades materiais para sua manutenção.

Nas Vilas, o trabalho externo é a forma principal de renda para suas famílias, mas, caso esta não ocorra, há outras formas de auferir meios para suprir as necessidades básicas para seu autoconsumo; já, no meio urbano, há uma maior dificuldade para se conseguir uma produção para seu consumo tendo que recorrer totalmente ao mercado.

É necessário ressaltar que essa produção agrícola nas Vilas Rurais não proporciona as devidas condições para sua sobrevivência plena, uma vez que tanto o objetivo como as condições físicas dos lotes e políticas do Estado não facilitam tal atividade. Mas é uma forma de conseguir produtos da alimentação básica que, no caso de residirem nas cidades, teriam que trabalhar para comprar.

Nesse sentido, há uma diferença entre moradias na cidade e no campo, no caso das Vilas Rurais. Na primeira as condições oferecidas são apenas habitacionais; já, nas Vilas, seus moradores encontram tanto a moradia como os fatores que favorecem uma produção de autoconsumo. Então, as Vilas proporcionam certos elementos que para a cidade seriam inviáveis, sendo, principalmente, a chance de conseguir alimentos para seu autoconsumo e até vender o excedente.

Deste modo, o Programa representa para as famílias uma oportunidade de sobrevivência que, apesar de precária, tem vantagens a mais que as cidades não conseguiriam

proporcionar. Além do que, as Vilas são mais assistidas pelo Estado que, apesar de serem insuficientes, recebem assistências que as políticas urbanas não encontram.

No ato da instalação do Programa recebem mudas de plantas, insumos para a produção e outros tipos de incentivos que vão depender de cada Vila. Há também uma equipe da prefeitura que mantém um monitoramento constante no andamento das famílias.

Neste caso, apesar do Programa representar certos interesses do capital e do Estado, serve também como uma condição de sobrevivência para estas famílias que, se comparado à sua situação anterior de vida ou a outros locais que poderiam estar hoje, houve uma melhora, mas ainda continuam em um nível de pobreza.

Com isso, apesar dos aspectos negativos das Vilas estarem em maior parte, tem-se também outro lado de favorecimento para suas famílias. Esta análise pode ser constatada também a partir das Tabelas 43 e 44, nas quais verifica-se o grau de satisfação de seus moradores.

Na Vila Rural da Paz, todos os moradores, ou seja, 100% estão satisfeitos com o Programa, resposta sempre justificada pela aquisição da moradia (50%) e do espaço para produzir sua alimentação (50%), sendo estas as maiores satisfações para as famílias. (Tabela 43)

Tabela 43 : Satisfação dos moradores com a Vila Rural da Paz- Rolândia

Satisfação:	Nº	%
1- Sim	34	100,0
1.1. Aquisição da casa	17	50,0
1.2. Espaço para produzir	17	50,0
1.3. Vida mais tranqüila	15	44,1
1.4. Aquisição do lote	12	35,3
1.5. Autonomia no trabalho	1	2,9
1.6. Bom relacionamento entre os vizinhos	1	2,9
1.7. Vida menos onerosa	1	2,9
1.8. Proximidade com as infra-estruturas necessárias	1	2,9
2- Não	-	-
TOTAL	99	-

Fonte: Trabalho de Campo-março/2003

Respostas Múltiplas

Base de cálculo: 34

Na Vila Rural João Inocente, também há uma convergência na satisfação dos moradores com o Programa, o que representa 78,4%, principalmente, pela moradia (43,2%) e pela vida mais tranqüila, se comparada a da cidade, (37,8%). Esta resposta se justifica pela trajetória de vida dos moradores, pois, ao analisar a Tabela 30 página 127, vê-se que, anteriormente ao ingresso na Vila Rural, grande parte dos moradores, tanto no penúltimo como no último deslocamento, morava nas cidades, enfrentando os problemas urbanos de violência, poluição, e agora o campo está proporcionando um nível de vida melhor. (Tabela 44)

Tabela 44: Satisfação dos moradores com a Vila Rural João Inocente- Cambé

Satisfação:	Nº	%
1- Sim	29	78,4
1.1. Aquisição da casa	16	43,2
1.2. Vida mais tranqüila	14	37,8
1.3. Aquisição do lote	7	18,9
1.4. Espaço para produzir	5	13,5
1.5. Vida menos onerosa	1	2,7
1.6. Fartura de alimentos	1	2,7
2- Não	8	21,6
2.1. Menor oportunidade de empregos	3	8,1
2.2. O lote não permite a sobrevivência	3	8,1
2.3. Falta infra-estrutura	3	8,1
2.4. Falta de união entre os moradores	2	5,4
TOTAL	92	-

Fonte: Trabalho de Campo-março/2003

Respostas Múltiplas

Base de cálculo: 37

Portanto, apesar do Programa não aliviar a pobreza em que se encontram esses trabalhadores, ele proporcionou melhores condições, nas quais estão relacionadas, principalmente, a aquisição da casa e do lote, pois antes não tinham imóveis, tendo que pagar aluguel.

Nesse sentido, pode-se pensar o Programa apenas como melhoria na qualidade habitacional, o que consideramos válido, mas o direito de melhores condições de vida não se refere apenas a este aspecto, é necessário proporcionar condições de reprodução e manutenção desta população, a partir de uma produção agropecuária que permita auferir

renda, sendo esta como proprietário de seus meios de produção em terras com dimensões apropriadas e não em ½ hectare.

Com isso, a Vila Rural é uma alternativa paliativa que tende a solucionar apenas alguns aspectos dos problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais, mas nega muitos outros de igual relevância, pois estes contrariam os interesses do Estado e da classe latifundiária.

Na necessidade de ocultar o verdadeiro sentido das Vilas Rurais, tem-se várias denominações a elas atribuídas, mas que na verdade servem como forma de ocultar outros significados implícitos ao Programa. Neste sentido, torna-se necessária agora uma análise destes sentidos para que, assim, facilite a compreensão das estratégias das Vilas Rurais dentro do contexto das políticas públicas do Estado.

4.2) O PROGRAMA VILAS RURAIS COMO FORMA DE CONTROLE SOCIAL

Para entender as Vilas Rurais como forma de controle social, faz-se necessário, primeiramente, compreender as transformações no metabolismo do capital, pois considera-se este como elemento principal que irá desencadear todas as formas de controle e de submissão do ser social a fim de alcançar sua reprodução e acumulação ampliada.

A partir da década de 1970, verificam-se transformações globais que, conseqüentemente, irão repercutir em uma crise do sistema do capital vigente até então. Como resposta a tais mudanças, o capital passa por um processo de reorganização a fim de buscar alternativas para superar tais alterações e prosseguir sua lógica.

Desse modo, as relações sociais passam a ser o foco principal para se obter uma reestruturação do sistema. Antunes (1999) ressalta que as mediações de primeira ordem, ou seja, as necessidades de sobrevivência dos indivíduos, são sobrepostas pelas mediações de segunda ordem, que são direcionamentos assumidos pelo capital como forma de alienar e explorar o trabalho.

Durante todo o processo histórico do capital houve diferentes formas de controlar as relações sociais, mas a partir deste período há uma maior dominação e subordinação para que o capital possa se reestruturar. Com isso, tem-se um capital que intensificará a negligência com as necessidades do indivíduo como ser social, sobrevalorizando-o como elemento de produção necessário ao sistema de sua reprodução. Assim sendo, o trabalho será uma categoria central deste processo, e não só ele, mas também todas as relações sociais como forma de estranhamento e subordinação.

Portanto, o capital utiliza-se do controle social para sua reestruturação, pois ao mesmo tempo em que se criam relações que favorecem seus objetivos, como a subordinação do trabalho, criam-se também relações contraditórias ao seu sistema como as organizações de classes sociais constituídas pelos sujeitos dominados pelo capital. Entretanto, como a base de toda a lógica tem como centro o sujeito, torna-se necessário aplicar seu controle para subjugar-lo em todos os sentidos.

A partir da década de 1970, pelo próprio alcance de subordinação excessiva assumida pelo capital, houve um crescimento no número de movimentos sociais oponentes ao sistema. Para isso, é que se torna necessária a aplicação de tal sistema de controle para que continue a subordinação do indivíduo a ele.

Apesar de considerar que a fase atual é marcada por um aumento na quantidade e qualidade dos movimentos sociais, não se deve desconsiderar as existências anteriormente a este período. Mas, pelo próprio caminhar da história e dos acontecimentos este vem se fortalecendo ainda mais, principalmente, pela fase excessiva de dominação do capital que repercute na mesma intensidade nas reivindicações contraditórias.

O controle social sempre foi uma ação quase que exclusiva do capital como forma de seguir sua lógica, ou seja, na sua própria natureza o controle é um elemento intrínseco, com isso, alienando os indivíduos através da subordinação de seu trabalho.

Está ocorrendo, porém, um processo contraditório, pois este controle, que antes era quase todo dominado pelo capital, está sendo retransferido com maior intensidade para o ser social, o que é demonstrado pela eclosão no número de organizações reivindicatórias contra sua lógica.

Segundo Mészáros (1989, p.31),

a dominação e a expansão sem obstáculos das estruturas e mecanismos capitalistas, inerentemente irracionais, de controle social estão encontrando sérias resistências, na forma de pressões resultantes dos imperativos elementares da simples sobrevivência.

Há um agravamento da crise do controle social do capital e, conseqüentemente, de seu sistema, pois como sofreu uma perda parcial de seu poder de controle, irá refletir na sua capacidade de se expandir.

É necessário lembrar que o capital necessita do controle social para sua lógica de reprodução e, se alterado este processo, proporcionalmente alterará seu sistema. Por

isso, é que se evidencia uma fase de crise, pois o capital não consegue mais controlar tal contradição que resultou de sua própria lógica.

Para tentar se reestruturar e aplicar o controle da sociedade, o capital tem como elemento principal de ação o Estado como nível institucional organizador e elemento de ação que servirá de base para se configurar sua lógica.

Neste sentido, Moreira (1985) ressalta que o Estado tem vários objetivos, sendo definidos como: administrar a reprodução da hegemonia dos dominantes e da formação econômica-social tal como é; regular a extração e redistribuição da mais-valia; executar os estratagemas espaciais impostos pela vertente cidade-campo dos dominantes; definir a internalização da divisão internacional do trabalho; elaborar e difundir um imaginário de questão nacional que servirá como elemento massificador e controlador da ordem vigente.

Desse modo, o interesse do Estado se resume no interesse da classe dos dominantes e, por consequência, do capital, pois este serve como aparato institucional que legitimará os estratagemas espaciais que favorecerão as necessidades da vertente dos dominantes.

Mészáros (1989) também reconhece que o Estado representa um papel vital para o sistema de produção do capital, ressaltando que:

sob o impacto de uma taxa de lucro declinante, a margem de manobra da ação política tradicional tem sido reduzida à função de executar servilmente os ditames postos pelas necessidades mais urgentes e imediatas da expansão do capital, mesmo quando tais operações são invariavelmente desvirtuadas e apresentadas como sendo de 'interesse nacional' por ambas as partes do consenso 'nacional' (MÉSZÁROS, 1989, p. 41).

Sendo assim, o capital utiliza-se da política de Estado como meio para alcançar as suas necessidades econômicas, políticas e sociais. Neste sentido ainda, Mészáros (1989, p.42) afirma que:

a política – que nada é se não for aplicação consciente de medidas estratégicas capazes de afetar profundamente o desenvolvimento social como um todo- é transformada em mero instrumento de grosseira manipulação, completamente desprovido de qualquer plano global e de uma finalidade própria.

Então, o papel do Estado diante deste contexto é de servir à lógica do capital, o que difere das necessidades da sociedade em geral. Sendo assim, o Estado, que teria como

objetivo maior atender aos anseios da população, negligencia tal perspectiva, atendendo apenas uma classe minoritária e privilegiada.

Como possíveis alterações na estrutura do problema irão repercutir na lógica de reprodução do sistema do capital, pois para este é necessária a dominação dos meios de produção e a subordinação do trabalhador a ele, tais medidas políticas não contemplam esta esfera, uma vez que alterará a estrutura de poder.

O Estado surge como um elemento que proporcionará ao capital “soluções” paliativas. Sendo assim, contribuem com alternativas mais imediatas com resolução em curto prazo, pois estas amenizam o problema apenas momentaneamente como uma forma de abafá-lo. Como tais medidas não agem na sua raiz, estes tendem a aparecer no futuro até mais consolidados, o que segundo sua lógica será outra questão que deverá ser pensada mais à frente.

É nesse sentido de intervenção do Estado a favor do capital que segue a linha de raciocínio para o Programa Vilas Rurais no Paraná, apesar de que o Programa não se constitui como uma política de Estado, pois permanece apenas durante determinado governo. Mas, a estes diferentes períodos de governo configuram as ideologias do Estado em determinados momentos.

Pode ser considerada uma política de governo, pois foi implantada e “incentivada” nos dois mandatos de Jaime Lerner (1995-2002) e, cessado este, o Programa não dará continuidade, apenas manterão as Vilas já existentes. Deste modo, há uma política de governo, e não uma política de Estado, pois esta pressupõe sua continuidade, independente da gestão.

Segundo Orlando Pessuti, vice-governador do Estado e também secretário da Agricultura do Estado do Paraná, o Programa Vilas Rurais sofrerá adaptações à nova filosofia de trabalho do governo Roberto Requião. Sendo assim, a necessidade consiste na ampliação da possibilidade dos vileiros de produzir em escala e não na implantação de novas Vilas, pois da forma como esta se estrutura atualmente não passa de uma política habitacional.

A escala dos lotes nas Vilas Rurais impossibilita a sobrevivência a partir de uma produção agrícola. Apesar de ser uma proposta do governo atual se torna uma difícil tarefa diante da estrutura na qual foram implantadas as Vilas.

Tais propostas surgiram no momento da transição de governo, sendo declarações postas no início do mandato do governador Roberto Requião que assumiu o governo do Estado em janeiro de 2003. Com isso, se torna difícil estabelecer parâmetros para

o futuro das Vilas Rurais, uma vez que ainda são muito precipitadas tais previsões, mas uma tendência é unânime, não haverá mais implantação de novas unidades.

O caráter de política de governo, assumido pelo Programa Vilas Rurais, além de apresentar-se como uma forma pré-determinada de duração, representa uma forma imediatista na resolução dos problemas do Estado, pois para contê-los surgem iniciativas isoladas e a partir de interesses maiores.

Nesse sentido, as verdadeiras necessidades da população envolvida, sendo nesse caso os bóias-frias, são negligenciadas e postas apenas como fator de manobra dos interesses do capital e do Estado, ou seja, a tentativa na “solução” das necessidades desta camada é colocada apenas como intenção política, de servir como um exemplo “bem sucedido” do governo implementador e não como uma verdadeira solução que atenda aos seus problemas.

Com isso, condicionado pelos interesses do capital, o Estado cria medidas que não dão conta dos amplos direitos que a população almeja e, no caso das Vilas Rurais, fornecem apenas alguns elementos que logo após a transição de governo poderão estar relegados à sua situação anterior, ou seja, esquecidos pelo poder público, pois como é uma política de governo poderá encerrar-se juntamente com o mandato de seu governador implementador, o que vai depender do interesse de cada um.

Nesse caso, a população é tratada como joguete, já que possui certas condições em determinados períodos, para depois se encontrar novamente totalmente esquecida. Em um certo momento, deslocam-se estas famílias de seu local de origem para outro que, posteriormente, se torna inviável, podendo retornarem novamente à condição anterior. Há, então, um ir e vir espacial e de recursos para esta população.

Estes diferentes posicionamentos perante os projetos derivam de questões políticas inerentes a cada governo, o que não cabe aqui discutir, mas, no momento da implantação do Programa Vilas Rurais, o Estado representava certos interesses, que, de uma certa forma, vai de encontro aos anseios da classe dominante e do capital.

O Programa Vilas Rurais tem vários objetivos implícitos a seus significados, como já se pode entender no transcorrer do trabalho, o que demonstra o interesse do Estado na implantação de um grande número de Vilas. Mas, evidencia-se que por trás destes há um elemento principal que domina e orienta toda esta lógica embutida no Programa. Este se refere ao controle social, elemento necessário pelo capital para se reestruturar e se manter enquanto tal. Uma das formas de controle social no Programa Vilas Rurais deriva da própria condição do Estado do Paraná dentro da questão agrária.

Para esta análise, se torna relevante entender, primeiramente, o cenário das lutas dos movimentos sociais no campo paranaense, tomando como parâmetro os casos nacionais, para que assim possa dar seqüências às idéias propostas.

A partir da Tabela 45, visualiza-se que os Estados com maior número de ocupações no Brasil são: Pernambuco com 599, Mato Grosso do Sul com 377 e o Paraná com 347. Ao contabilizar as famílias envolvidas têm-se algumas alterações, caracterizando o Estado de São Paulo com um número expressivo. Com isso, durante este período de 1988 até 2003, Pernambuco mobilizou 80.626 famílias na luta pela terra com as ocupações no Estado, em segundo vem São Paulo com 64.561, Mato Grosso do Sul com 58.557 e o Paraná com 43.987 famílias.

Portanto, a partir desses dados, pode-se entender o significado assumido pelo movimento de luta pela terra no Paraná, sendo considerado, em termos de Brasil, o terceiro Estado com maior número de ocupações e o quarto em número de famílias envolvidas.

A ocupação de terras consiste em uma ação organizada derivada do processo de luta dos movimentos sociais.

Segundo Fernandes (2000a, p. 282), a ocupação desempenha um importante passo como forma de acesso a terra, pois além de apresentar-se como um meio de resistência ao processo de expropriação, exploração e recriação do campesinato representa:

a defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania.

Com isso, a luta dos movimentos sociais vai contra a lógica do capital para garantir seu espaço de permanência e reprodução. Eles apresentam toda uma base de luta e reivindicação não só por terra, mas por condições econômicas, políticas e sociais para sua sobrevivência como cidadão e também como trabalhador rural.

Portanto, denota-se que os movimentos sociais são organizações derivadas do próprio processo do capital, mas consiste em uma forma contraditória, pois suas reivindicações vão buscar o que o capital retirou desta camada marginalizada do sistema.

Então, diante da lógica do capital, no sentido de criar mecanismos para sua reprodução e acumulação, o ser social tornou-se um elemento central para o sistema. Com

Tabela 45: Número de ocupações de terra no Brasil- 1988-2003

Região/UF	Nº de ocupações	%	Nº de famílias	%
NORTE	348	9,8	49.986	9,07
AC	15	0,4	1.390	0,2
AM	4	0,1	2.024	0,4
AP	1	0,02	50	0,009
PA	217	6,1	36.141	6,5
RO	41	1,2	6.257	1,1
RR	2	0,06	48	0,008
TO	68	1,9	4.359	0,8
NORDESTE	1370	38,6	204.641	37
AL	154	4,3	27.896	5,0
BA	215	6,0	40.745	7,4
CE	46	1,3	5.965	1,1
MA	73	2,0	11.332	2,1
PB	95	2,7	10.665	1,9
PE	599	16,9	80.626	14,5
PI	44	1,2	5.351	1,0
RN	90	2,5	11.098	2,0
SE	54	1,5	10.963	2,0
CENTRO-OESTE	663	18,7	102.728	18,5
DF	19	0,5	2.304	0,4
GO	194	5,5	25.060	4,5
MS	377	10,6	58.557	10,6
MT	73	2,0	16.807	3,0
SUDESTE	623	17,5	99.620	18
ES	51	1,4	7.386	1,3
MG	229	6,4	22.211	4,0
RJ	32	0,9	5.462	1,0
SP	311	8,7	64.561	11,6
SUL	548	15,4	96.513	17,4
PR	347	9,8	43.987	7,9
RS	97	2,7	37.579	6,8
SC	104	2,9	14.947	2,7
BRASIL	3.552	100	553.771	100

Fonte: DATALUTA-Banco de Dados da Luta pela Terra, 2002 e 2003.
Org.: Karina Furini da Ponte, 2003

isso, passa-se a criar relações de subordinação e exploração do indivíduo através de sua transformação em um ser produtivo, desvinculando todas suas necessidades sociais. Qualquer política e assistência que tende a priorizar o indivíduo fica comprometida pela necessidade maior que consiste na formação de articulações para se extrair a mais-valia deste trabalhador.

Nesse sentido, a realidade do campo paranaense, o que converge com o contexto nacional do Brasil, é marcada por um processo de expulsão e subordinação da população rural. Como ponto inicial há o processo de modernização da agricultura, o que levou a uma diminuição da necessidade de trabalho no setor agrícola e a uma maior exclusão dos proprietários descapitalizados, pois sem condições econômicas encontraram dificuldades para sua inserção no modelo imposto. Deste modo, houve um processo massivo de eliminação dos camponeses e sua conseqüente proletarização, além de encontrar na realidade rural uma enorme sujeição ao capital colocada para os agricultores familiares, o que leva a um afunilamento ainda maior para suas condições de reprodução e manutenção. A partir desta realidade, o capital retirou do campesinato condições dignas de sobrevivência e impôs formas precarizadas para sua manutenção.

Diante desse contexto é que se verifica o crescente número de movimentos de luta contra essa lógica para garantir sua recriação e criação de condições para sua manutenção como cidadãos com direitos de acesso às necessidades básicas. Tais necessidades divergem da lógica do capital, pois para este não se torna interessante à criação de condições para um campesinato autônomo, pois desta forma se torna mais complicada sua subordinação ao sistema.

Com isso, os movimentos sociais são os resultados do processo do capital, ou seja, o sistema já não consegue mais controlar o que ele próprio criou e proporcionar as condições requeridas por esta camada vai contra seus interesses, pois colocaria em risco sua própria manutenção.

Então, na inviabilidade de conter tal contexto, ignora-se e oculta-se qualquer forma de manifestação social contrária. Mas, quando esta estratégia esvaia de seus dedos, o sistema deturpa seu significado, como afirma Mészáros (1989, p.33) que “quando os conflitos já não podem ser ocultados, são tratados meramente como efeitos divorciados de suas causas”.

Outra estratégia, criada pelo capital, segundo Mészáros (1989), é a de distorcer o sentido da causa, ou seja, afirma-se que tais expectativas não são derivadas de sua contradição, mas sim, como necessidades em ascensão da própria sociedade. Deste modo, fica mais fácil sair do problema e nada fazer por ele, pois se mostra como algo natural e inevitável.

O capital não consegue mais resolver o que ele mesmo produziu. Sendo assim, na incapacidade de solucionar tais impasses, criam-se “soluções ilusórias”, mas que não poderão resolver o problema a partir de sua causa principal, como o Programa Vilas Rurais, por exemplo.

O mais interessante de toda essa estratégia, é que o Estado ainda ganha com essas medidas compensatórias, pois representam para ele sua eficiência para a “solução” na causa social, demonstrando sua “preocupação” com estas necessidades da sociedade que não é derivada de sua contradição, mas da própria evolução humana, ideologia que querem que se acredite.

Com isso, lançam-se propostas, afirmando serem alternativas para os problemas sociais, mas, na verdade, divergem das verdadeiras causas destes problemas, convergindo com as necessidades do capital e do Estado. O capital na inviabilidade de conter tais contradições lança propostas como o Programa Vilas Rurais, que na verdade não representa uma política de reforma agrária, como era propagado no início de sua instalação, mas sim, apresenta-se como uma forma de negar tal processo, uma vez que para o Estado e o capital não é interessante uma sociedade mais equitativa, pois alterará sua estrutura econômica e de poder.

Na verdade essas alternativas criadas pelo Estado apenas encobrem os problemas mais imediatos, mas de que nada resolverão em longo prazo, pois tais meios não alteram a estrutura do problema. Sendo assim, poderão retornar posteriormente. Portanto, pode-se pensar até quando o capital, juntamente com o Estado, irá protelar tais problemas, pois sua lógica é esta: “resolver” o agora para que o sistema possa saltar estes obstáculos e caminhar em direção à sua acumulação e reprodução. Entretanto, quanto mais se adia mais se acirram os problemas, uma vez que, pela lógica do capital, as contradições tendem a aumentar.

Sendo assim, as Vilas Rurais representam uma forma de controle social do Estado para tentar negar e abafar os movimentos sociais no Paraná, uma vez que já foi mencionada a dimensão assumida por tais organizações. Outra forma de controle social, evidenciada no Programa Vilas Rurais dá-se através das relações de trabalho estabelecidas para seus moradores, que é um dos elementos centrais para a lógica do capital.

Deste modo, denota-se a existência da pluriatividade nas Vilas Rurais como uma estratégia criada pelo capital diante da crise na qual se encontra. É necessário ressaltar aqui que tal alternativa constitui o elemento principal na execução do Programa, ou seja, seu objetivo desde o início era a formação de reservas de mão-de-obra tanto para o campo como

para a cidade. Então, as Vilas Rurais surgiram como uma necessidade do capital para a demanda de mão-de-obra e não como uma forma de garantir as necessidades de reprodução enquanto camponeses autônomos.

A pluriatividade é uma forma também de tentar conter os movimentos sociais, pois como os mesmos resultam da situação posta para a agropecuária brasileira e a pluriatividade como alternativa para estes problemas, não são necessárias medidas estruturais, pois as questões estarão “amenizadas” a partir de reformas mais supérfluas.

A adoção de tal estratégia é um meio de camuflar o desemprego no campo com a utilização de outros tipos de relações de trabalho, proporcionando, em alguns casos, a renda necessária para que esta população continue no campo e não migre para outros locais, engrossando a massa de expropriados. É também como uma forma de eliminar do poder público os encargos sociais com esta camada e como uma substituição para políticas públicas mais estruturais.

Além desse caráter de camuflar os problemas, a pluriatividade é um meio de criar reservas de trabalhadores para o capital, pois como sua lógica está embasada na exploração e precarização do fator trabalho, tendo mão-de-obra sobrando, permitirá tal estratégia.

Sendo assim, a pluriatividade é um controle social no sentido de posicionar o indivíduo de acordo com os objetivos do capital, negligenciando as verdadeiras necessidades sociais, econômicas e políticas destas pessoas.

Nesse sentido, se torna uma forma compensatória no campo, substituindo o trabalho rural por outros mais convenientes para o capital. Oculta os problemas da sociedade sem alterações que iriam em sentido oposto aos interesses do sistema.

A pluriatividade é uma forma encontrada pelo capital de proporcionar a alienação do indivíduo diante da situação na qual se encontra, pois, na inviabilidade de proporcionar condições dignas de sobrevivência no campo com um espaço de dimensões adequadas para uma produção agrícola que possa garantir sua reprodução, no caso das Vilas Rurais, proporciona tal meio paliativo como forma de manter ocupada esta camada e ainda garantir mão-de-obra para o mercado.

A alienação representa a base de sustentação para a lógica do capital, um processo que se dá como trabalhador e como cidadão. Através do trabalho, busca-se uma formação de consciência do ser como elemento somente de produção, negligenciando e ocultando as necessidades sociais deste indivíduo. O trabalhador é apenas uma peça do processo produtivo necessária para a acumulação e reprodução do capital. Tal processo é

desconhecido pelo trabalhador, pois, uma vez desvendado, entenderá a lógica do sistema e seu papel diante deste contexto, o que o posiciona como elemento questionante de toda esta ordem. Deste modo, entendendo toda esta complexidade que o envolve colocará em risco o próprio caminhar do capital.

Como cidadão, o processo de estranhamento também se faz presente na medida em que compreender sua colocação na sociedade com seus direitos possibilitaria questionar a lógica do capital, que tem como elemento fundamental o jogo social destes indivíduos como membros subordinados.

Tudo aparece para o indivíduo como algo natural e inevitável, ou seja, sua condição social e produtiva é consequência da sua evolução. Há um desvirtuamento do verdadeiro sentido, pois, caso este seja explícito, colocará em risco a manutenção do status da alienação que é o alicerce fundamental para a reprodução do sistema do capital.

Então, as Vilas Rurais têm na sua essência o controle social desses indivíduos a partir da sua alienação para que se torne menos complicada sua subordinação. A alienação se dá por vários aspectos, sendo as relações de trabalho a principal forma, pois a maior parte dos moradores das Vilas Rurais da Paz e João Inocente trabalha no meio urbano, mesmo tendo um histórico de trabalhos rurais.

Nesse contexto, vê-se a passividade colocada pelo capital para a aceitação de determinadas condições, tendo os vileiros que recorrerem a certas atividades como forma de sobreviver, ou seja, na impossibilidade de proporcionar empregos no campo, coloca-se o indivíduo em situações de permanecer, quase obrigados, por não ter outra alternativa. Sendo assim, os moradores das duas Vilas Rurais analisadas agem de acordo com o capital e não lutam contra ele, pois ao aceitarem a condição de pluriativos estão, de uma certa forma, buscando alternativas para sua sobrevivência, uma vez que o campo já não mais proporciona as condições favoráveis para sua manutenção. Com isso, buscam meios, de acordo com as imposições e limitações colocadas pelo capital, para continuar sua reprodução.

Outra forma de alienação está no processo de aquisição dos lotes, pois há uma intenção implícita de que não é necessário lutar e invadir como fazem os movimentos sociais, é necessário apenas fazer uma inscrição para que se consiga um pedaço de terra. Tal lógica vem no sentido de negar a necessidade de um processo mais demorado e violento a partir das organizações sociais, demonstrando a facilidade na obtenção de suas necessidades. Mas, quais são as necessidades postas para estas famílias?

Dessa forma, pode-se entender a passividade assumida pelas famílias que moram nas Vilas Rurais de Cambé e Rolândia com relação à sua condição de trabalhador

urbano, mesmo gostando do trabalho rural, como foi mostrado nas Tabelas 33 e 34 página 130, ou seja, assumem uma postura de adaptação às condições colocadas pelo capital sem nenhuma reivindicação.

Através da trajetória de vida dos moradores de ambas as Vilas Rurais analisadas, verifica-se que quase a totalidade nunca participou de movimentos sociais. Apenas em Cambé é que se constatou 2 moradores que já participaram por considerar a luta um importante passo para conseguir o acesso a terra; já, em Rolândia não há nenhuma família que tenha passado por algum processo de reivindicação.

Com relação às opiniões dos moradores com as ações dos movimentos sociais, observam-se os diferentes posicionamentos em ambas as Vilas. Em Rolândia 55,9% não concordam com os movimentos sociais, sendo que destes 44,1% não acham correto a invasão de propriedades privadas; já, 23,5% concordam, sendo que 17,6% acham necessário lutar para conseguir terra e 20,6% não opinaram. (Tabela 46)

Tabela 46: Opinião dos moradores com relação às ações dos movimentos sociais na Vila Rural da Paz -Rolândia

Opinião	Nº	%
1- Discordam	19	55,9
1.1 Não consideram correto invadir terras privadas	15	44,1
1.2 Pela bagunça e violência	4	11,8
2- Concordam	8	23,5
2.1 Consideram necessário lutar para conseguir a terra	6	17,6
2.2 Todas as pessoas têm direito de ter terra e plantar	2	5,9
3- Não opinaram	7	20,6
TOTAL	34	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Em Cambé, 56,7% não concordam com os trabalhos dos movimentos sociais, pois destes 37,8% consideram incorreta a atitude de ocupar terras privadas, 24,3% concordam por achar correto a luta pela terra e 18,9% não omitiram opinião. (Tabela 47)

Percebe-se que há um consenso na discordância com os trabalhos dos movimentos sociais e até no passado dos moradores que nunca participaram de nenhuma forma de reivindicação de seus direitos.

Tabela 47: Opiniões dos moradores com relação às ações dos movimentos sociais na Vila Rural João Inocente-Cambé

Opinião	Nº	%
1- Discordam	21	56,7
1.1 Não consideram correto invadir terras privadas	14	37,8
1.2 Pela bagunça e violência	4	10,8
1.3 Tem muita gente no movimento que não precisa de terra	3	8,1
2- Concordam	9	24,3
2.1 Consideram necessário lutar para conseguir a terra	9	24,3
3- Não opinaram	7	18,9
TOTAL	37	100

Fonte: Trabalho de campo-março/2003

Tal contexto não se restringe apenas ao caso das Vilas Rurais, pois na sociedade em geral há uma grande parcela da população que permanece alienada e passiva diante das condições vividas, algumas vezes nem muito alienada, entendendo a lógica do sistema, mas a passividade sobressai.

A realidade é dinâmica, portanto, tal contexto evidenciado em ambas Vilas Rurais analisadas com o predomínio da alienação e passividade de seus moradores pode ser modificado, passando para um estágio de reivindicação de suas condições.

Os indivíduo ou grupos deles podem tanto permanecer em uma fase de aceitação da situação, ou vice-versa, num processo de reivindicação. Tal realidade contém várias causas que não cabe aqui analisar, é necessário apenas entender esta dinâmica do indivíduo.

O Programa Vilas Rurais representa um aspecto contraditório do sistema, pois, ao mesmo tempo em que mostra sua fragilidade, apresenta-se como uma forma de poder do capital e do Estado. Como o capital não consegue proporcionar as condições adequadas de reprodução do indivíduo, pois para ele não se torna interessante, uma vez que sua base é a dominação do ser social e não sua autonomia, criam-se formas alternativas e conformistas para estes problemas, meios estes que tendem a negar e abafar sua fragilidade perante a situação derivada de seu próprio sistema.

A fragilidade do Estado se refere também à inviabilidade de proporcionar condições de manutenção dessa população nas cidades, uma vez que, na maior parte dos casos, essas famílias residiam nestas localidades. O meio urbano não consegue mais resolver

seus próprios problemas e transferem estes para o campo, pois o meio rural apresenta certas vantagens que as cidades não podem proporcionar.

Os custos do preenchimento das necessidades sociais nas cidades são elevados, pois, além do preço da terra, há também a instalação de determinadas infra-estruturas; já, no campo, no caso das Vilas Rurais, o preço na compra da terra é inferior, além de oferecer vantagens como a formação de uma reserva de mão-de-obra e de ser uma propaganda de assistência à população rural. Então, esta fragilidade vai representar ao mesmo tempo uma forma de poder conferido ao capital e ao Estado. Poder este de camuflar os problemas e de criar soluções de que vão tirar proveito. O poder, aqui mencionado, representa o controle social sobre tal situação, pois simultaneamente é uma forma de aliviar as tensões sociais no campo e formar espaços que favoreçam a lógica do capital, como os núcleos pluriativos.

Portanto, na inviabilidade de controlar as tensões sociais e de proporcionar as reivindicações requeridas por elas, uma vez que não é interessante para a classe dominante tratar o indivíduo como ser social com direitos perante a sociedade, criam-se formas alternativas como as Vilas Rurais, pois ao mesmo tempo em que afirmam tomada de atitude perante tais problemas, não contrariam interesses maiores.

Com isso, o Programa Vilas Rurais é uma forma de controle social. Uma alternativa paliativa que surge para abafar os movimentos sociais e ao mesmo tempo criar condições de dominação e manipulação da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Vilas Rurais é uma política pública paranaense implantada em meio a uma situação agrária marcada por transformações conjunturais e estruturais no campo com a emergência de novas ruralidades. Em tal realidade tem-se a implantação de infra-estruturas sociais, alterações nas relações de trabalho e intensificação dos movimentos sociais de luta pela terra. É a partir deste enfoque que se desenvolve a análise deste trabalho.

O campo vem de uma tradição marcada pelo estigma de atrasado e sem perspectiva de progresso frente a realidade do urbano, territórios característicos da modernidade e do progresso.

Em nome dessa premissa de atraso é que há a instalação de infra-estruturas, antes dominantes apenas nas cidades, e introdução ou intensificação de relações de trabalho, não essencialmente agrícolas, elementos postos como referentes a sua “salvação”, pois é necessária a inserção de características urbanas para se desenvolver, segundo esta vertente de análise.

Considera-se que o processo de “urbanização do campo” nada tem a ver com o avanço do progresso ao rural, mas sim como uma forma de controle social na medida que para o Estado e o capital não se torna interessante políticas estruturais para salvar o desemprego e o êxodo rural.

O processo de “urbanização do campo” apresenta uma visão de que apenas o meio urbano tem importância para o desenvolvimento da sociedade. Sendo assim, o modo de vida e o espaço rural não apresentam relevâncias. Concorde-se que são espaços diferentes, mas cada um, de acordo com suas peculiaridades, apresentam significados para a sociedade em geral.

As transformações do campo nas quais pode-se verificar, em alguns espaços rurais, ao nosso ver não podem ser consideradas como “urbanização do campo”, há sim novas ruralidades emergindo neste momento específico, pois o rural está se adaptando para poder criar e recriar seu território.

Afirmar a “urbanização do campo” significa a destruição do rural, pois como este tende a homogeneizar ao meio urbano perderá sua singularidade. Deste modo, nessa perspectiva, facilita a não aplicação de políticas para este setor, pois se o rural irá desaparecer não são necessárias medidas para ele a não ser adotar alternativas que modifiquem sua postura, ou seja, introduzir características modernas e urbanas para sair do atraso.

É necessário ressaltar que o atraso no qual o campo é visto pela perspectiva da “urbanização” se refere apenas a pequena produção e esta não apresenta uma escala de produção relevante para o desenvolvimento do país. Sendo assim, apenas as grandes produções agropecuárias que geram divisas para a Nação é que são as mais assistidas pelo Estado com políticas e incentivos a modernização de sua base produtiva. Nesse sentido, para a primeira classe tem-se a substituição das atividades agropecuárias por ocupações não-agrícolas; já, para a segunda, aplicam medidas modernizantes para o setor agrícola, pois estas tendem a proporcionar maior rentabilidade.

Não se considera esta transformação no rural como um processo de “urbanização do campo”, mas sim como um território que está se modificando e adaptando frente às condições impostas pela sociedade. Os territórios são dinâmicos, até o urbano. Neste caso, tem-se novas ruralidades que vão emergir diante de um sistema do capital que necessita se reestruturar a partir da crise de 1970, tendo como base as relações de trabalho, ou seja, a exploração e precarização do trabalho, juntamente, com a ineficiência de verbas para a promoção de uma agricultura familiar.

Dentro desta nova tendência do campo é que surge o Programa Vilas Rurais, pois as Vilas apresentam tanto a instalação de infra-estruturas como, principalmente, as relações de trabalho atuais, ou seja, tem-se o predomínio das ocupações rurais-não-agrícolas e a pluriatividade dos moradores.

Observou-se com os dados colhidos no campo que a maior parte de suas famílias apresenta concomitantemente atividades nos lotes e ocupações externas a eles, o que evidencia sua pluriatividade. Deste modo ainda, tem-se que as cidades são os principais pólos de emprego destas famílias.

Tal fato se deve aos objetivos do Programa que visa não a formação de pequenas propriedades agrícolas com produtores autônomos, uma vez que este representa uma política de reforma agrária, mas sim a constituição de núcleos de trabalhadores para outros setores que na lógica do Estado e do capital representam as atividades dinâmicas para o desenvolvimento da sociedade como as grandes produções agropecuárias e as atividades urbanas e de serviços.

Inicialmente, as Vilas eram colocadas como uma “Nova Reforma Agrária”, mas como é possível considerar um lote de ½ hectare como tal? Além destas reduzidas dimensões tem-se também a lógica do Estado que inviabiliza qualquer reforma mais estrutural, pois esta tende a alterar a estrutura de poder da classe dominante. Deste modo, é

que lançam alternativas mais paliativas como meio de resolver os problemas agrários no Brasil.

Além de servir como válvula escapatória se utilizam destas propostas para adequá-las a nova realidade do sistema, como a formação de núcleos de trabalhadores pluriativos. Desta forma, tem mão-de-obra sobrando para manobrar a fim de que haja uma acumulação e exploração dos trabalhadores.

Tal análise das relações de trabalho, nos permite entender, tanto neste caso específico das Vilas Rurais, como em âmbito mais geral, como a questão do trabalho tem sido colocada pelo capital e pelo Estado, principalmente para a população rural, o que evidencia nesta fase uma intensificação da exploração e dominação do trabalhador. Portanto, na inviabilidade de proporcionar condições dignas de vida no campo e amenizar o desemprego rural, criam formas mais conformistas como a pluriatividade e as ocupações rurais não-agrícolas como um meio de retirar os custos do Estado com encargos sociais, caso esta população migre para os centros urbanos, e servindo também como uma alternativa de negar qualquer reforma estrutural.

A pluriatividade é colocada para o trabalhador como a única estratégia capaz de garantir sua permanência e reprodução no campo (GRAZIANO DA SILVA, 1999) como se o fracasso ou progresso dependesse apenas dos trabalhadores, retirando do Estado suas obrigações e seu papel diante da sociedade.

Tem-se que a pluriatividade é uma estratégia do capital, diante do momento atual, para substituir políticas mais estruturais e não como forma de busca pelo desenvolvimento no campo.

Esta tendência colocada como um recente processo no campo, tenta aniquilar os problemas causados pela falta de políticas públicas que estimulem uma produção agropecuária nas pequenas propriedades, pois esta classe não tem importância para o Estado a não ser explorando seu trabalho ou se apropriando de sua renda da terra.

Sendo assim, a pluriatividade, que na sua gênese era apenas uma estratégia do produtor rural em momento de crise como forma de complementar sua renda, hoje é tida como uma alternativa do capital para compensar o desemprego no campo, conter o êxodo rural e ainda aumentar e explorar a massa de trabalhadores.

Deste modo, a pluriatividade é uma saída compensatória para um campo carente de políticas públicas e ao mesmo tempo tenta encaixá-lo na lógica do mercado, pois a tendência atual é a ampliação do setor de serviços para o rural como o lazer que busca vender

o patrimônio rural através do aspecto da natureza e seu modo de vida como tradição, culinária.

A saída para uma “urbanização do campo” e a introdução de relações de trabalho em que os trabalhadores rurais têm como foco não mais as atividades na mesma ordem mostram uma negligência com o rural enquanto território, pois na inviabilidade de políticas que contemplem estas atividades lançam outras alternativas que na verdade mostra que o campo já não mais serve com suas características e singularidades.

Esta perspectiva posta para o campo iniciou como um processo acelerado e marcante a partir da modernização da agricultura na década de 1960, na qual ocorreu como um fenômeno unilateral em que a maior parte dos créditos e incentivos se deu para os grandes proprietários de terra. Sendo assim, os menos capitalizados sofreram enormemente os efeitos deste processo com sua expulsão por falta de oportunidade de inserção no novo sistema causando uma proletarização destes antigos pequenos proprietários e, ainda, a substituição de muitos postos de trabalho pelas máquinas.

Desde então, esta massa de trabalhadores rurais vem crescendo, processo acentuado pela falta de assistência tanto para os pequenos produtores como para a criação de empregos. Este cenário agrário é nacional, apesar de desigual pela intensidade com que ocorreu o processo, mas como forma contraditória de reivindicação tem-se uma crescente tanto quantitativamente como qualitativamente dos movimentos sociais que lutam por uma criação ou recriação de condições mais justas de trabalho e vida.

Este processo de luta tem marcado profundamente a realidade agrária brasileira sendo visto como uma fragilidade do Estado, pois apesar das medidas de contenção das lutas, como a criminalização dos movimentos sociais, estas têm surtido resultados bem tímidos diante da imensidão da questão.

Com isso, na inviabilidade de conter tais pressões sociais o capital, juntamente com o Estado, tem o controle social como chave para solucionar os entraves causados por eles mesmos, pois tais reivindicações são derivadas de seu próprio sistema.

Sendo assim, lançam políticas compensatórias e assistencialistas para amenizar o problema, como as Vilas Rurais, pois medidas mais estruturais tende a caminhar contra sua lógica. Uma distribuição de terras e dispêndio de recursos para esta camada não é interessante na medida em que pode diminuir os meios de produção da classe dominante, forma pela qual detém seu poder, e ainda canalizar verbas para um setor que, segundo sua visão, não contribui para o desenvolvimento seria incoerente. Deste modo, criam-se “soluções” ilusórias para substituir tais políticas mais estruturais.

Há um desvirtuamento da verdadeira causa do problema, o que leva às políticas que não propiciam a totalidade das necessidades desta população, pois o Programa apenas proporciona ½ hectare de terra e uma casa. Certo que já representa uma aquisição na medida que anteriormente não encontravam e caso estivessem em uma política habitacional nas cidades não haveria um espaço para uma produção de autoconsumo como nas Vilas. Mas, deve-se lembrar que são camponeses expropriados, então seria necessário proporcionar um pedaço de terra na qual pudesse garantir uma renda agrícola para esta camada.

Apesar do Programa ser uma condição de existência para muitos moradores não proporciona as devidas condições necessárias para sua manutenção.

Outra forma de análise das Vilas Rurais é como um meio de negar e abafar os movimentos sociais, pois demonstram que para a aquisição dos lotes não é necessário invadir e lutar, mas sim, apenas fazer a inscrição e passar pela seleção. Demonstrando a facilidade da resolução dos problemas.

Tais medidas surtem resultados apenas em curto prazo, pois como não agem na raiz do problema este tende a retornar até mais consolidados. Nesse sentido, vê-se que a preocupação do Estado é resolver o que está aparente no momento, com isso, contornando apenas a situação.

O Programa Vilas Rurais representa ao mesmo tempo uma fragilidade e o poder do Estado e do capital. A fragilidade consiste nas dificuldades em lidar com seu próprio problema, uma vez que tal contexto de expropriação e dominação é uma faceta do capital, e o poder representa tais formas de políticas alternativas que ainda constitui elementos de que o capital necessita, como ter mão-de-obra sobrando para que haja o prosseguimento de sua lógica.

Então, o Programa Vilas Rurais representa uma forma de controle social diante da realidade agrária enfrentada pelo Estado do Paraná com um número significativo de ocupações por terra, derivados da organização dos movimentos sociais, e como meio de adaptar ao campo relações de trabalho de que o capital necessita.

Para ocultar tais intenções explícitas ao Programa, tem-se várias denominações a ele atribuído. Primeiramente, foi considerado uma política de reforma agrária, mas já foi visto que devido o tamanho dos lotes e a postura do Estado frente a tal política não se pode considera-la dessa forma.

Outra denominação é como uma política de desenvolvimento rural. Mas a partir das análises realizadas a campo, tem-se que a grande maioria das famílias se encontra

em um nível de pobreza. Sendo assim, se torna incoerente uma classificação nessa perspectiva.

A forma mais coerente é como uma política habitacional, pois há a aquisição de moradia pelas famílias que anteriormente não tinham residência própria e viviam em precárias condições habitacionais. Esta vertente demonstra a superficialidade do Programa, pois fornecer apenas condições habitacionais não garante todas as necessidades desta camada.

Tanto o Programa das Vilas Rurais como o projeto maior na qual está inserido tal política que é o Paraná 12 meses representam a visão do Estado para o rural. Este tem como base principal de assistência à carência de infra-estrutura do campo proporcionando condições de moradias, abastecimento de água, energia elétrica e saneamento básico, o que se pode observar pelo dispêndio de verbas para estas áreas.

Considera-se relevante esta assistência na área social, mas esta garante apenas condições de manutenção presentes. São necessários também incentivos a uma produção agropecuária para que possam garantir esta perpetuação das condições futuramente, para que em longo prazo não sejam necessárias tais políticas assistencialistas.

Portanto, o Programa Vilas Rurais tem o objetivo de adaptar as políticas públicas com a realidade do Estado e do capital que está baseada na minimização dos gastos estatais, com a pluriatividade como alternativa de tentar frear o desemprego no campo, e sem contrariar interesses maiores, ou seja, uma política de reforma agrária.

Ao mesmo tempo serve como uma solução para os problemas derivados do seu próprio sistema que gera expulsão e desemprego dos trabalhadores rurais buscando amenizar os conflitos sociais e ainda gera condições para a perpetuação do sistema do capital. Mas tais condições não proporcionam todas as necessidades para a sobrevivência da população rural, pois as necessidades sociais são postas como elementos secundários diante do sistema. Assim, as Vilas representam muito mais um interesse do capital e do Estado do que as necessidades das famílias atendidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pud/td/autor005.html>>. Acesso em: 17 nov. 2002

ALENTEJANO, Paulo C. R. O debate acerca da noção de pluriatividade. In: **Reforma Agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: Repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais**. Dissertação de Mestrado; CPD/UFRJ. Rio de Janeiro, 1998. p.51-65.

_____. Rural e urbano: um corte válido e útil?. In: _____. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais**. Dissertação de Mestrado; CPDA/UFRJ. Rio de Janeiro, 1998.p.28-50.

ANTUNES, Ricardo. **O sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade: uma resposta à crise da agricultura familiar? In: _____. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa,1998. p. 148-170.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a nova reforma agrária. In: LEITE, Sérgio (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001. p.193-223.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

FABRINI, João Edmilson. **Assentamentos de trabalhadores sem-terra: experiência de lutas no Paraná**. Marechal Cândido Rondon: LGeo, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000a.

DATALUTA (Banco de Dados da Luta pela Terra). Disponível em: <http://www.nera@prudente.unesp.br>. Acesso em 13 jun.2003.

FRESNO, Consuelo del Canto. Nuevos conceptos y nuevos indicadores de competitividad territorial para las áreas rurales. In: **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**, Madrid: Universidad Complutense, n.20, 2000. p. 25-38.

GEIGER, Pedro P. A urbanização brasileira nos novos contextos. In: GONÇALVES, M.F. (org). **O novo Brasil urbano**. impasses/dilemas/perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, p.23-40,1995.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ.**A urbanização específica garante o título de posse para o vileiro**. Curitiba, 2002. (Relatório fornecido pela EMATER/Rolândia)

_____.**Projeto Paraná 12 meses**. Curitiba, dez.1996. (Relatório fornecido pela EMATER/ Curitiba)

_____. **Vilas Rurais**. Disponível em: [http:// www.pr.gov.br/vilasrurais](http://www.pr.gov.br/vilasrurais). Acesso em 25 fev. 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EduFF; São Paulo: Contexto, 2002.

IBGE. **Censo Demográfico- Brasil:1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. **Censo Demográfico- Brasil:2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.org.br>. Acesso em 28 jun. 2003.

IBGE. **Censo Agropecuário- Paraná:1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo Agropecuário- Paraná:1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

_____. **Censo Agropecuário- Paraná:1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo Agropecuário- Paraná:1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

_____. **Censo Agropecuário- Paraná:1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

IPARDES- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Avaliação de Impacto Sócio-Econômico da Atividade Vilas Rurais. **Net**. Curitiba, 2000. Disponível em: www.pr.gov.br/ipardes. Acesso em: 17 abr.2003.

MARQUES, Marta Inês. O conceito de espaço rural em questão. In: **Terra Livre**, São Paulo, V. 2, n. 19, p. 95-112. jul/dez. 2002

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MÉSZÁROS, István. **A necessidade do controle social**. Tradução: Mário Duayer. 2.ed. São Paulo: Ensaio, 1989.

_____. **O século XXI. Socialismo ou barbárie?** Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

MOREIRA, Ruy. A relação cidade campo como questão do capital. In: _____. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Estudo sobre sociedade e espaço. Petrópolis: Vozes, p.156-185,1985.

PÉREZ, Edelmira C. Hacia una nueva visión de lo rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). **Una Nueva Ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires: Asdi/ Clacso, , p.17-30, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas considerações teóricas. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppel. **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Infobook, p.27-42, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora da USP, 1996.

SCHNEIDER, S. Pluriatividade e periurbanização: as novas estratégias de reprodução da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. In: **Agricultura familiar e industrialização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.165-193,1994.

SIQUEIRA, Deis; OSÓRI, Rafael. O conceito de rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). **Una Nueva Ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires:Asdi/ Clacso, p. 66-79, 2001.

SOLARES, C. J. Lo rural y lo urbano: una reflexión em torno a su definición. In: **Avances de investigación**. Universidad Autónoma de Chapingo. Sociologia Rural, nº1, p. 5-28.Chapingo, p. 5-28, 1998.

SOUZA, Marcelino de; Grossi, Mauro E. Del. As Vilas Rurais no Estado do Paraná: uma política não-agrícola com viés agrícola. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária- ABRA**. São Paulo, n.1,2,3, jan-dez. p.61-84, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de Souza. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (org.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 2001.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. In: **Revista de Geografia**. v. 9, n. 17, p.15-21, jan/jun. 2003.

VEIGA, José Eli. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. texto inédito, 2001(a).

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). **Una Nueva Ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires:Asdi/ Clacso, p. 89-112, 2001(b).

_____. Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Brasília: **NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural)**, 2001(c). Disponível em : <http://www.nead.org.br/artigoddomes/index.php>. Acesso em: 17 nov.2002.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Áurea A . V.; MASSOQUIM, Nair G. Vila Rural: uma nova modalidade na organização espacial. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2002, Petrolina. **Anais**. Petrolina: UFPE, 2002. p. 181-182.

ASARI, Alice Yatiyo et al. Programa Vilas Rurais: política pública de fixação dos trabalhadores no campo? In: **Geografia**, Londrina, v.11, n.1, p.105-122, jan/jun. 2002.

BAIGORRI, Artemio. De lo rural a lo urbano. Hipótesis sobre las dificultades de mantener la separación epistemológica entre Sociología Rural Y Sociología Urbana en el marco del actual proceso de urbanización global. In: V Congreso Español de Sociología, 1995, Granada. **Anais eletrônicos**, 1995. Disponível em: <http://www.fortunecity.com/victorian/carmelita/379/papers/ru urbano.<> Acesso em: 17 nov.2002

BANA, Luzia. **Vilas rurais no processo de transformação do espaço rural no município de Paranavaí**, 2001. Dissertação (mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia- Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

CERVI, Emerson. **Vilas Rurais não obtém auto-suficiência**. Folha de Londrina, Londrina; 11/02/2001. Caderno Reportagem, p.15-16.

DORES, Julia L. P. das; ASARI, Alice Yatiyo. A atuação governamental e o processo de migração interna: o caso da Vila Rural da Paz em Rolândia (PR). In: **Geografia**, Londrina, v.10, n.02, p.195-210, jul/dez. 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento como categoria geográfica. In: **Terra Livre**, São Paulo: AGB, n. 15, 2000b.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v.92).

_____. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma Agrária. **NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária)**, Presidente Prudente, série estudos, n.2, p.01-32, dez.1998.

FROEHLICH, José Marcos. As antinomias pós-modernas sobre a natureza (e algumas considerações incidentais sobre o rural contemporâneo). In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2000, Petrópolis. **Anais eletrônicos**. Petrópolis: ANPOCS, 2000. Disponível em: <http://www.clacso.Edu.ar/libros/anpocs00/gt14100get1414.doc>. Acesso em: 17 nov.2002.

GARCIA, Márcia Regina. Vila Rural: a concretização de um sonho? In: XI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2002, Petrolina. **Anais**. Petrolina: UFPE, 2002. p. 154-155.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Normas operacionais do Programa Vila Rural**. Curitiba, maio de 1995. (Relatório fornecido pela EMATER/Rolândia)

_____. www.gov.br/ipardes (Site oficial do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social -IPARDES)

_____. www.pr.gov.br/cohapar. (Site oficial da Companhia de Habitação do Paraná-COHAPAR)

_____. www.pr.gov.br/emater. (Site oficial da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER)

GRAZIANO DA SILVA, José. A industrialização e urbanização da agricultura. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.7, n.3, p.2-10, jul/set. 1993.

_____. Prefácio-Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil: uma introdução à obra de Ignácio Rangel. In: RANGEL, Ignácio. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000. p. 07-37.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Tradução: Javier González-Pueyo. Barcelona: Península, 1970.

LENIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução de José Paulo Netto; Revisão, com base no original russo por Paulo Bezerra. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Reforma Agrária**: O impossível diálogo. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2000.

MÉSZÁROS, István. O marxismo hoje: entrevista com István Mészáros. Tradução: João Roberto Martins Filho. In: **Monthly Review**, v. 44, n. 11, abril de 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ciléia Claudia. **Vila Rural João Inocente: a volta ao campo?** Londrina, 1999. Monografia (Bacharel em Geografia). Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina.

_____. Vila Rural João Inocente: a volta ao campo? In: XV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2000, Goiânia. **Anais**.Goiânia: UFG, 2000. p. 425-426.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Autonomia e dependência em assentamentos rurais e Vilas Rurais: estudo comparativo. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2000, Goiânia. **Anais**.Goiânia: UFG, 2000. p. 287-392.

PONTE, Karina Furini da. Algumas reflexões a partir dos projetos de “reforma agrária” do Programa Vilas Rurais e dos assentamentos rurais. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2002, Petrolina. **Anais**. Petrolina: UFPE, 2002. p. 351-352.

_____. **Programa Vila Rural. Uma alternativa no assentamento da população de origem rural. O caso da Vila Rural Taquara do Reino de Ibiporã-PR**. Londrina, 2002. Monografia (Bacharel em Geografia). Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina.

_____. Taquara do Reino Ibiporã - PR. Programa Vilas Rurais. Uma alternativa no assentamento da população de origem rural. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2002, João Pessoa. **Anais do encontro**. João Pessoa: UFPB, 2002. CD-ROM

_____. Vilas Rurais e retorno da população ao campo: a quem interessa? In: XV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2000, Goiânia. **Anais do Encontro**. Goiânia: UFG, 2000. p. 402-404.

PONTE, Karina Furini da; FERNANDES, Bernardo Mançano. Uma análise das características das Vilas Rurais e dos assentamentos rurais no Estado do Paraná. In: FUSCALDO, Wladimir César; MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. **Geografia, ciência e filosofia**. Interdisciplinaridade e interfaces do conhecimento. Contribuições científicas da XVIII Semana da Geografia da Universidade Estadual de Londrina. Londrina: UEL, p. 494-496, 2002

_____. As Vilas Rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades. In: **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 19, p. 113-125. jul/dez. 2002.

PONTE, Karina Furini da; ASARI, Alice Yatiyo. Algumas reflexões acerca da modernização da agricultura no Estado do Paraná. In: FUSCALDO, Wladimir César; MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. **Quem tem medo do interior? Urbano-rural: que espaço é esse?** Contribuições científicas da XVII Semana da Geografia da Universidade Estadual de Londrina. Londrina: UEL, p. 78-80, 2001.

_____. Programa Vilas Rurais: retorno do trabalhador rural ao campo? In: **Geografia**, Londrina, V.10, n.02, p.163-174, jul/dez. 2001.

PRADO Júnior, Caio. A questão agrária no Brasil. In: _____. **Contribuição para a questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, p.15-85, 1981.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Bairros Rurais Paulistas**. Dinâmica das relações bairro-cidade. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

RANGEL, Ignácio. **A questão agrária brasileira**. Recife: CDEP, 1962.

SANTOS, Maria do Socorro. A produção social do espaço: do campo à cidade, da cidade ao campo. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2000, Petrópolis. **Anais eletrônicos**. Petrópolis: ANPOCS, 2000. Disponível em : <<http://www.clacso.Edu.ar/libros/anpocs00/gt14100get1414.doc>> Acesso em: 17 nov.2002.

SANTOS, Roseli Alves. **Vilas rurais no noroeste do Paraná: a intervenção estatal atenuando as desigualdades socioespaciais**. 2001. Dissertação de mestrado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia-Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

SHANIN, Teodor. (org.). **La clase incómoda: Sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1923)**. Madrid: Ed. Alianza, 1983.

SCHEJTMAN, Alexander. Las dimensiones urbanas en el desarrollo rural. In: **Revista CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe)**, Chile, n.67, p.15-32, abril 1999.

SOUZA, Maria Adélia A. O novo Brasil urbano: integração ou fragmentação. In: GONÇALVES, M.F. (org). **O novo Brasil urbano**. Impasses/dilemas/perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, p.65-71,1995.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

TEUBAL, Miguel. Globalización y nuevas ruralidad en América Latina. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). **Una Nueva Ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires:Asdi/ Clacso, p.36-56, 2000.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Desenho societal dos sem terra no Brasil, 500 anos depois. In: **Revista Abra**, Campinas, v.28, p.31-46, 2001.

_____. “Leitura” geográfica e gestão política na sociedade de classes. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n.24, 1998.

_____. Por uma geografia do trabalho. In: **IV Colóquio Internacional de Geocrítica**, Barcelona, 2002.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**. 6 ed., São Paulo: Brasiliense S.A., 1985.

WHITAKER, Dulce C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002.

ZAAR, Miriam Hermi. “Vila Rural”: Un nuevo ejemplo de pluriactividad?. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v.VI, n.119, agost.2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-46.html>. Acesso em: 20 nov.2002.

ANEXO

Roteiro de Questionário-Vila Rural

Data:

Nome:

Endereço:

2) Dois últimos deslocamentos anteriores à entrada na Vila Rural:

Cidade / Estado	Z. R.	Z. U.	Profissão	Causas das mudanças: A) falta de emprego; B) motivos de saúde; C) motivos familiares; D) outros

3) Com relação ao relacionamento com a vizinhança:

3.1) Há ajuda entre os vizinhos? () Sim () Não

3.2) Há troca de trabalhos com os vizinhos? () Sim () Não

B) TRABALHO, PRODUÇÃO E RENDA.

4) Produtos agrícolas cultivados no lote:

Tipos de culturas	Quantidade Consumida (menos da metade; metade; mais da metade; toda a produção)	Quantidade Vendida (menos da metade; metade; mais da metade; toda a produção)	Valor da venda

Referente ao mês de março/2003

5) Criação de animais:

Tipos de Animais	Quantidade Consumida (menos da metade; metade; mais da metade; toda produção)	Quantidade Vendida (menos da metade; metade; mais da metade; toda produção)	Valor da venda

Referente ao mês de março/2003

6) Para onde vai a produção comercializada?

Intermediário Indústria feiras na cidade restaurantes cooperativa Não produz Não comercializa Outros

7) Quais as dificuldades encontradas na comercialização da produção?

Distância do centro consumidor Dificuldade no transporte Falta de mercado consumidor Não encontra dificuldade Outras

8) Quantas pessoas trabalham no lote?

1 pessoa 2 pessoas 3 pessoas 4 pessoas

Nomes:

Idade:

8.1) Tem outra ocupação? Sim Não

8.2) Sexo: Masculino Feminino

9) Existe alguma atividade não-agrícola no lote?

Sim Não

9.1) Qual ?

9.2) Quantas pessoas empregam? 1 pessoa 2 pessoas 3 pessoas

Nomes:

Idade:

9.3) Valor da renda obtida com a venda?

até R\$50,00 mais de R\$ 50,00

9.4) Porque praticam tais atividades?

aumentar a renda familiar para ter uma ocupação outros

9.5) Tem outro tipo de ocupação? Sim Não

10) A renda do trabalho só com o lote permite a sobrevivência da família? Sim Não

11) A renda familiar é suficiente para manter as despesas? Sim Não

12) Você trabalha com a terra?

Sim Porque? gosta falta de opção é a única atividade que sabe outros

Não Porque? não gosta a remuneração é pouca falta de opção outros

13) Vocês recebem ajuda de algum técnico para plantar? Sim Não

14) Estão organizados com alguma cooperativa? Sim Não

15) Quais as principais dificuldades encontradas para a produção no lote?

tamanho do lote falta de recursos financeiros próprio falta de incentivo do governo (
 condições físicas impróprias falta de assistência técnica falta de infra-estrutura Não
encontra dificuldades outros

16) Para a produção no lote, há a utilização de mão-de-obra externa? Sim Não

16.1) Tipo de trabalhador: bóia-fria permanente

17) Realiza algum financiamento para a produção? Sim Não

C) INFRA-ESTRUTURA DA VILA RURAL

18) Percepção dos moradores quanto ao atendimento:

18.1) Terminais telefônicos: Bom Ruim O que falta para melhorar?

18.2) Assistência de saúde: Bom Ruim O que falta para melhorar?

18.3) Água, energia elétrica e coleta de lixo: Bom Ruim O que falta para melhorar?

18.4) Transporte coletivo: Bom Ruim O que falta para melhorar?

18.5) Escolas: Bom Ruim O que falta para melhorar?

19) Está pagando a prestação do lote? Sim Não

19.1) Tem alguma prestação atrasada? Sim Não Quantas? 1 2 3 4

20) Está satisfeito com o trabalho da associação?

Sim Porque? sempre fazem festas e confraternizações conseguiram colocar o orelhão
 conseguiram a construção do centro comunitário conseguiram colocar o torrador de
café outros

Não Porque? não conseguiram nada para a Vila Rural não tem muito conhecimento
sobre o trabalho da associação outros

D) AÇÃO DO ESTADO E DAS ENTIDADES PARTICULARES

21) O governo fornece algum incentivo para a Vila Rural? Sim Não
Quais? Adubo veneno bomba costal calcário mudas de café mudas de plantas frutíferas cobertor utensílios de cozinha recurso para a construção do Empório outros

22) A Vila Rural é uma Reforma Agrária?

Sim Porque? ambos ganham terra mas é um tipo de Reforma Agrária diferente, pois nas Vilas Rurais os lotes são menores outros

Não Porque? as famílias não conseguem sobreviver com o lote nas Vilas Rurais os moradores tem que pagar pelo lote ao contrário da Reforma Agrária na Vila Rural não houve ocupação de terra o governo não dá incentivos como na Reforma Agrária a quantidade de terra é pequena outros

23) Você já fez parte de algum movimento social? Sim Não

24) Você está satisfeito com o tamanho do lote da Vila Rural ou gostaria de ter mais terras como nos assentamentos rurais?

Sim Porquê?

Não Porquê?

25) Você concorda com o trabalho do MST?

Sim Porquê? é necessário lutar e invadir para conseguir terra

Não Porquê? Não é correto invadir terras que tem dono o MST só faz bagunça

Em parte Porquê? ao mesmo tempo que é necessário uma distribuição de terras, não é correto invadir propriedades particulares, é o governo que deveria dar terras

E) EXPECTATIVAS

26) Como era sua vida antes de morar na Vila Rural? (emprego, moradia, assistência de saúde, escola).

Bom Ruim mais ou menos

26.1) Porque?

tinha emprego pagava aluguel pouca remuneração falta de tranquilidade difícil acesso às infra-estruturas não tinha emprego outros

27) Como está agora? (emprego, moradia, assistência de saúde, escola).

melhorou piorou está a mesma coisa

27.1) Porque?

falta de serviço aquisição do lote aquisição da casa espaço para produzir a vida é menos onerosa maior tranquilidade facilidade de acesso às infra-estruturas não paga aluguel outros

28) Estão satisfeitos com o Programa Vilas Rurais?

Sim Porque? aquisição da casa aquisição do lote espaço para produzir vida mais tranqüila outros

Não Porque? menor oportunidade de emprego pouca mais infra-estrutura o lote não permite a sobrevivência outros

29) Com relação a trabalho e moradia você pretende que seus filhos:

vão para as cidades. Porque? maior oportunidade de estudo maior oportunidade de trabalho menos exigência física no emprego melhor remuneração outros

continuem no meio rural. Porque? maior tranqüilidade outros

30) Você prefere morar:

na cidade Porque? maior concentração de infra-estrutura maior oportunidade de lazer maior oportunidade de empregos outros

no campo Porque? maior tranqüilidade mais saudável maior facilidade de obtenção de alimentos menos gastos outros

31) Você prefere que tipo de empregos:

urbano Porque? maior oportunidade de empregos maior estabilidade salarial e trabalhista menos exigência física outros

rural Porque? maior autonomia maior tranqüilidade gosta do trabalho com a terra outros

32) O que significa a cidade pra você?

violência poluição concentração de infra-estrutura mais oportunidades de emprego melhor remuneração vida onerosa outros

32.1) E o campo?

natureza tranqüilidade estilo de vida mais saudável dificuldade de acesso à infra-estrutura outros

33) O que falta para melhorar as condições de vida na Vila Rural?

iluminação pública incentivos do governo para a produção e comercialização

emprego melhoria no transporte coletivo melhoria nos terminais telefônicos asfalto melhoria na assistência de saúde outros

34) Pretende continuar no lote? Sim Não